

Débora Ruviaro

**UMA LEITURA GRAMSCIANA DA “QUESTÃO  
NORDESTINA”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. María Del Carmen Cortizo.

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ruviaro, Débora  
Uma leitura gramsciana da "Questão Nordeste" / Débora  
Ruviaro ; orientador, Maria Del Carmen Cortizo -  
Florianópolis, SC, 2016.  
124 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Questão Nordeste. 3. Questão  
Meridional. 4. Gramsci. I. Cortizo, Maria Del Carmen. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Débora Ruviaro

## UMA LEITURA GRAMSCIANA DA “QUESTÃO NORDESTINA”

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Florianópolis, 01 de Dezembro de 2016.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Augusto de Paiva  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

### **Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> María Del Carmen Cortizo  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gestine Cássia Trindade  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Regina Krüger  
Universidade Federal de Santa Catarina



## RESUMO

O presente estudo apresenta, através da leitura dos principais autores da história brasileira, um esboço dos princípios explicativos do desenvolvimento da questão nordestina. O objetivo da pesquisa foi realizar uma análise da literatura localizando o tratamento do tema da desigualdade regional brasileira, e da questão nordestina, valendo-se de conceitos gramscianos como os de “bloco histórico”, “revolução passiva”, “intelectuais”, “questão meridional”. Desta forma, primeiramente estudou-se autores que serviriam na descrição da formação social brasileira, dando um olhar mais amplo sobre o tema abordado. Em seguida, escolheram-se dois autores chave para compreender mais detidamente a questão nordestina: Celso Furtado e Francisco de Oliveira. Concomitante a isso, buscou-se estudar alguns conceitos gramscianos no intuito de embasar teórica e metodologicamente a pesquisa. Assim como Gramsci analisa a questão meridional em relação à forma de unificação nacional italiana – o Risorgimento, que foi a revolução burguesa (e passiva) da Itália –, também se pode afirmar que a questão nordestina é resultado da forma de organização da economia e da política brasileira – através de ditaduras e de fenômenos da revolução passiva –, após o período colonial. Conclui-se que nem o Sul italiano nem o Nordeste brasileiro podem ser considerados “bolas de chumbo” que atrasam a economia. São as relações entre Norte/Sul e Centro-Sul/Nordeste, respectivamente, que sustentaram o capitalismo em ambos os países, sendo partes imprescindíveis do processo de desenvolvimento do capital. Deste ponto de vista, considera-se que a SUDENE se constituiu como um espaço de luta hegemônica na política brasileira. Quando da criação deste órgão, havia as duas possibilidades inscritas: a transformação da sociedade nordestina – o novo –, quanto o reestabelecimento da velha ordem – o velho. O resultado não foi apenas retrocessos, pois o Nordeste realmente transformou-se positivamente em alguns setores. Porém, as desigualdades sociais continuam aguçadas dentro da própria região e em relação às demais regiões do país.

Palavras-Chave: Questão Nordeste. Questão Meridional. SUDENE. Gramsci.



## ABSTRACT

Based in the in the study of the main Brazilian History authors, this study presents an outline of the explanatory principles of development of the Brazilian northeastern question. The objective of the research was to execute a literature review finding the approach of Brazilian's regional inequality subject and the Brazilian northeastern question, making use of Gramscian concepts such as "historical bloc", "passive revolution", "intellectuals" and "southern question". Thus, first were studied authors who would suit in the description of Brazilian social formation, giving a broader view on the discussed topic. Then, two key authors were chosen to deeper understand the Brazilian northeastern question: Celso Furtado and Francisco de Oliveira. Concomitant to this, some Gramscian concepts were studied in order to theoretically and methodologically base the research. As Gramsci analyzes the southern question concerning the way of Italian national unification – the Risorgimento, which was the bourgeois (and passive) revolution of Italy – it can also be affirmed that the Brazilian northeastern question is the result of the way of organization of economy and Brazilian politics – through dictatorships and passive revolution processes – after the colonial period. It is concluded that neither the Italian South or Brazilian Northeast can be considered as "lead balls" delaying economy. These relationships between North / South and between Center-South / Northeast, respectively, sustained capitalism in both countries, being essential parts of the capital development process. From this point of view, it is considered that SUDENE was constituted as a hegemonic struggle place in Brazilian politics. When this institution was settled up, there were two possibilities enrolled: the transformation of the Brazilian northeastern society – the new – or the reestablishment of the old order – the old. The result was not only retrocessions because Brazilian northeast actually changed positively in some sectors. However, social inequalities remain sharp within the region and in relation to other regions of the country.

Keywords: Brazilian Northeastern Question. Southern Question. SUDENE. Gramsci.





## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I – Gramsci e a Questão Meridional na Itália.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 O conceito de bloco histórico.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 O Conceito de Revolução Passiva .....</b>	<b>24</b>
1.2.1 O conceito de revolução passiva em Carlos Nelson Coutinho .....	25
1.2.2 O conceito de revolução passiva em Alvaro Bianchi.....	29
1.2.3 O conceito de revolução passiva em Luiz Werneck Vianna .....	32
<b>1.3 Apontamentos sobre a questão meridional italiana .....</b>	<b>35</b>
1.3.1 Gramsci e a Itália .....	36
1.3.2 A Questão Meridional.....	38
<b>Capítulo II – Constituição da questão nordestina no Brasil.....</b>	<b>47</b>
<b>2.1 Formação social e econômica do Brasil.....</b>	<b>48</b>
<b>2.2 A “Revolução Burguesa” no Brasil do século XIX.....</b>	<b>57</b>
<b>2.3 A escravidão no Brasil .....</b>	<b>64</b>
<b>2.4 A Cultura política brasileira .....</b>	<b>71</b>
<b>2.5 A constituição da questão nordestina.....</b>	<b>76</b>
<b>Capítulo III – Interpretações da questão nordestina: Francisco de Oliveira e Celso Furtado.....</b>	<b>81</b>
<b>3.1 Celso Furtado e a questão nordestina .....</b>	<b>82</b>
<b>3.2 Francisco de Oliveira e a questão nordestina .....</b>	<b>95</b>
<b>Considerações sobre a Questão Nordeste.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>



## Introdução

Em novembro de 2014, período decisivo para as eleições presidenciais do Brasil, aparentemente o país dividiu-se em dois: a metade setentrional vermelha<sup>1</sup> significando 51,64% dos votos elegeu Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) e a outra metade meridional azul<sup>2</sup> com 48,36% dos votos optou pelo candidato Aécio Neves do Partido da Social Democracia (PSDB) (TSE, 2015). Talvez esse tenha sido o pleito eleitoral em que mais decididamente ficaram escancaradas as diferenças regionais do país. Para melhor demonstrar esses resultados e expor a tão propagandeada divisão, o mapa da próxima página apresenta os resultados por estado.

De um modo geral, analisando o resultado das eleições através dos votos por região, poderia ser dito que Norte e Nordeste votaram em Dilma Rousseff enquanto Centro-Oeste, Sudeste e Sul votaram em Aécio Neves. Esta análise – divulgada insistentemente após a apuração – agrupa os estados em que cada candidato recebeu mais de 50% dos votos, fazendo uma generalização dos resultados da eleição.

A mídia desempenhou seu papel ratificando as evidências desta divisão, generalizando a população brasileira e dividindo-a em dois grupos. O grupo dos brasileiros mais instruídos e preocupados com o desenvolvimento econômico do país, eleitores de Aécio Neves; e o grupo de brasileiros beneficiários do Programa Bolsa Família eleitores de Dilma Rousseff. Essa dicotomia contribui na perpetuação da fábula dos dois Brasis, uma ideologia que propõe a divisão do país entre ricos e pobres, trabalhadores e desocupados, cultos e analfabetos; como se a nação não fosse uma só.

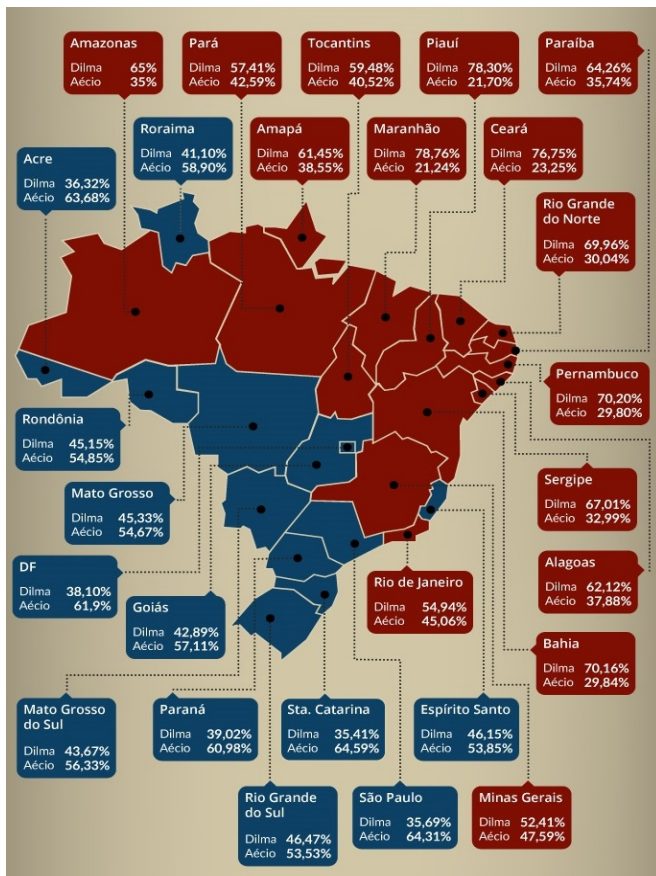
Como se pode notar no mapa acima, elaborado pela revista *Exame.com*, nos estados de Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro – 15 no total – mais de 50% dos votos válidos foram para a candidata Dilma Rousseff. Enquanto os outros 12 estados e o Distrito Federal tiveram mais de 50% dos votos válidos para Aécio Neves. Deve-se ressaltar que os 3 estados Acre, Roraima e Rondônia fazem parte da região Norte, e ainda assim a maioria dos eleitores votaram em Aécio Neves. Já os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro são da região Sudeste, mas 47,59% e 45,06% dos eleitores, respectivamente, votaram em Dilma Rousseff.

---

<sup>1</sup> Cor vermelha em referência à cor da bandeira do Partido dos Trabalhadores.

<sup>2</sup> Cor azul em referência à cor da bandeira do Partido da Social Democracia.

Imagem 1 – Resultado por estado do 2º turno eleições presidenciais 2014



Fonte: Revista Exame.com<sup>3</sup>

Dessa forma, nota-se a divisão veiculada na mídia sobre a existência de dois Brasis como algo a ser repensado e discutido. Analisando o mapa, percebe-se claramente que os resultados possuem algum tipo de significado em relação às desigualdades perversas e diferenças usuais entre estas regiões. Principalmente quanto à região Nordeste, ressalta-se a informação de que em todos os estados Dilma Rousseff foi a candidata mais votada. Dado incontestável é a possível

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/zoom/o-legado-das-eleicoes-2014-para-o-brasil/>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

alteração das cores do mapa nas próximas eleições, porém, as desigualdades regionais permanecerão.

Em decorrência das informações repassadas pela mídia salientadas anteriormente, aparecem no senso comum discursos de ódio separatistas fundamentados na improdutividade das regiões setentrionais, e em especial do peso morto que representa a Região Nordeste no cenário brasileiro.

Esses discursos não são novidade, porém, o resultado das eleições trouxe novas justificativas para esse tipo de manifestação, pois já era fato corriqueiro nas regiões meridionais brasileiras discussões sobre a “inutilidade” do Nordeste. Surgem argumentos supondo a não contribuição econômica dessa região, e como consequência, a necessidade de o restante do país arcar com os custos desta parte não produtiva. Juntam-se a isso, comentários preconceituosos contra as diferenças culturais, étnicas e raciais da identidade nordestina.

Contudo, independente do resultado das eleições, o fato provocador para o desenvolvimento desta proposta de pesquisa é a persistência das desigualdades econômicas, sociais e políticas entre as regiões brasileiras, principalmente a respeito da Questão Nordestina.

Segundo breve revisão de autores brasileiros como Prado Júnior (1961), Fernandes (1981), Ianni (1984), Antonil (1982), Holanda (1963), Freyre (2006), logo que Portugal iniciou a colonização, a região Nordeste do Brasil foi a primeira a ser povoada e explorada, pois havia uma grande exigência em garantir que o litoral não fosse invadido por outros países. Assim, os primeiros grandes centros coloniais instalaram-se no Nordeste, em detrimento das outras regiões. As capitânicas de Pernambuco, Maranhão e Bahia – as quais mais tarde alteraram sua divisão política, formando os nove estados nordestinos – eram consideradas os principais centros econômicos da colônia. Para compreender como ocorreu esse longo processo de transferência de um polo econômico para outros, faz-se necessário voltar alguns séculos na História.

As desigualdades sempre existiram, porém sob formas diferentes. Ainda no Brasil colônia, o Nordeste era a região mais desenvolvida economicamente através da produção de açúcar, enquanto as demais regiões eram povoadas por etnias indígenas. Depois do período açucareiro, houve o surto de mineração no Centro-Oeste, representando a atividade econômica mais rentável. Após a mineração, foram as fazendas de café do oeste paulista que passaram a representar maior vulto no âmbito nacional. Desde então, fins do século XVIII e início do XIX, a região nordestina nunca mais recuperou seu posto central no

desenvolvimento econômico brasileiro, apresentando, pelo contrário, altos índices de pobreza.

O assento das desigualdades regionais está em pauta nas discussões a respeito da política brasileira há algumas décadas, pois é um problema de proporções grandiosas e até a atualidade não houve soluções adequadas. Segundo consta no artigo 3º da Constituição Federal de 1988, inciso III, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 2010) é um dos objetivos fundamentais da República.

Antes disso, porém, nos idos de 1942, Caio Prado Júnior (1961, p. 7) alertava sobre “estas diferenças profundas que cindem a população rural entre nós em categorias largamente díspares”. Dentre outros, Celso Furtado, já em 1962, alertava que: “a formação de grupos regionais antagônicos poderá ameaçar a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional” (FURTADO, 2009, p. 34). A questão das desigualdades regionais é, portanto, um problema de longa data, o qual foi debatido – ainda que indiretamente – por todos os autores que se ocuparam da história brasileira.

Enquanto objeto de políticas públicas, em 1959 foi criada a SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – com o objetivo de incorporar a região ao processo de desenvolvimento nacional (SUDENE, 2015). No decorrer dos anos, foram criados e extintos diversos projetos com o intuito de promover o desenvolvimento regional. Mais recentemente, o Ministério da Integração Nacional é o responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR – a qual tem por objetivo reverter o quadro de desigualdades regionais do país (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2012).

Em vista disso, o governo Lula (2003-2011) tentou, através de políticas sociais, minimizar a desigualdade de renda no país e o resultado foram muitas pessoas saírem da linha de extrema pobreza, porém, sem tocar no problema da má distribuição de renda, ou seja, da desigualdade social (SALVADOR, 2012; SILVA, 2010; CHAUI, 2006; OLIVEIRA, BRAGA, RISEK, 2010; YAZBEK, 2010; IPEA, 2006).

Na tentativa de clarificar algumas problemáticas da questão nordestina, este estudo realizou um percurso teórico com os principais autores da história brasileira, construindo um esboço dos princípios explicativos para o desenvolvimento da questão.

Com o presente estudo, pretendeu-se realizar uma contribuição às discussões em torno do tema das desigualdades regionais, estimulando a reflexão, em particular no âmbito do Serviço Social, em relação ao

alcance das políticas sociais nos diferentes territórios, levando em conta essas desigualdades.

Pensa-se ser também importante esse tipo de pesquisa para as Ciências Sociais como um todo, para evidenciar o quadro de desenvolvimento e acirramento das desigualdades regionais brasileiras, contribuir para o entendimento das reais condições históricas do Brasil tendo como horizonte a superação da ordem capitalista. Também se pretendeu contribuir no adensamento do pensamento marxista e gramsciano no Brasil. Neste sentido, a principal referência teórico-metodológica foi a obra de Antonio Gramsci (1891-1937), o qual, entre outros temas, estudou a questão meridional italiana. Isto porque a Itália também possui profundas diferenças regionais demarcadas pelo Norte industrial rico e desenvolvido economicamente, enquanto o Sul permanece uma região empobrecida e atrasada. Na tentativa de buscar soluções para a resolução da questão meridional, Antonio Gramsci estudou exaustivamente a história italiana e o papel dos intelectuais (GRAMSCI, 1987, 2000, 2002, 2011). A principal conclusão de Gramsci na análise da questão meridional é que sem os camponeses do Sul, os operários do Norte jamais realizariam com êxito a revolução socialista na Itália.

O objetivo da pesquisa foi, portanto, realizar uma revisão da literatura analisando como um conjunto de autores tratou o tema da desigualdade regional brasileira, mais especificamente a questão nordestina, e quais as contribuições de Gramsci para pensar esta questão.

Desta forma, primeiramente estudou-se autores que serviriam na descrição da formação social brasileira, dando um olhar mais amplo sobre o tema abordado. Em seguida, escolheram-se dois autores chave para compreender mais detidamente a questão nordestina: Celso Furtado e Francisco de Oliveira. A opção por estes dois autores deu-se levando em consideração a quantidade e qualidade das obras publicadas em relação ao tema. Concomitante a isso, buscou-se estudar alguns conceitos gramscianos no intuito de embasar teórica e metodologicamente a pesquisa.

A exposição está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentam-se os conceitos gramscianos que deram base para o aprofundamento da pesquisa; no segundo capítulo, de forma resumida, apresenta-se o processo de formação da sociedade brasileira e as primeiras indicações sobre as desigualdades regionais; e no terceiro capítulo, as ideias principais dos dois autores selecionados para o estudo

da questão nordestina. No capítulo conclusivo são apresentadas algumas considerações gerais sobre o tema estudado.



## Capítulo I – Gramsci e a Questão Meridional na Itália

Antonio Gramsci (1891-1937, nascido na Ilha da Sardenha – Itália), é considerado um grande pensador marxista. O local de seu nascimento possui grande implicância na sua vida, pois é sentir na pele as experiências de ser um sardo do Mezzogiorno que o faz revoltar-se contra o *status quo* e lutar por um novo tipo de sociedade sem opressão e exploração. E encontra no marxismo um aporte para tal.

Longe de pura e simplesmente reproduzir uma teoria, porém, Gramsci procura atualizá-la e retomá-la em seu tempo histórico, dentro do contexto italiano. Nas palavras de Giovanni Semeraro sobre Gramsci:

[...] Sem tornar-se refém de esquemas preconcebidos, renovou o marxismo e se defrontou com os seus adversários analisando as contradições do seu tempo, os fatos históricos concretos, os homens e os grupos sociais reais, até chegar a descobrir os nexos de uma totalidade em movimento por trás da aparente fragmentação e normalidade (SEMERARO, 2006, p.11).

Nesse sentido, Gramsci não ficou olhando para trás avaliando a infalibilidade de um dogma teórico, mas manteve seus olhos abertos para o que acontecia na sua época, tanto na Itália, como em nível internacional. Manteve-se também sempre em interlocução com outros autores, construindo argumentos com base na observação e análise da realidade, mas também prestando atenção no que estava sendo dito e escrito pelos adversários. Ainda conforme Semeraro (2006):

Na base do conhecimento, como Gramsci o entende, não pode haver lugar para mito algum, seja ele de caráter racionalista, empiricista ou irracionalista. E, se critica o subjetivismo transcendental que atribui a uma mente universal abstrata a garantia da verdade, também recusa a visão fiscalista que reduz o mundo a um materialismo mecanicista e toda filosofia que identifica a vida humana com impulsos naturais e individualistas (SEMERARO, 2006, p.24).

A partir da análise de Semeraro, entende-se que Gramsci não ficava à espera da revolução, bem como não via a classe operária como um grupo iluminado e privilegiado a instalar o socialismo no mundo de forma imediata. Na análise gramsciana, compreende-se que para se chegar ao socialismo, haverá um longo processo de superação do modo

de produção capitalista e de construção do socialismo. E para tal, as classes subalternas devem preparar-se social e culturalmente, construindo sua hegemonia e trabalhando na educação das massas. Em suma, como diz Secco (2009, p. 61): “Afinal, por que ser comunista se o desenvolvimento histórico por si só nos levaria ao comunismo?”.

Gramsci chega a estas conclusões a partir da análise do progresso que as ideias socialistas atingiram em sua época no mundo todo - mais especialmente na Rússia -, bem como das condições de vida em que se encontrava a classe trabalhadora em seu próprio país, das estratégias burguesas de contrarrevolução, ou seja, a partir do real contexto histórico italiano e mundial:

Protagonista de uma época na qual em um curto arco de tempo eclodiram a I Guerra Mundial, a Revolução de Outubro, o fascismo, a crise de 1929, o nazismo, o stalinismo e o americanismo, Gramsci vivencia profundas convulsões sociais, a mobilização de gigantescas massas humanas, a formação de grandes partidos e inquietantes manipulações ideológicas (SEMERARO, 2014, p. 60).

Ao se ler os textos de Gramsci, desde os primeiros artigos em jornais até os Cadernos do Cárcere, percebe-se a amplitude de sua análise, passando pelos aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, educacionais, linguísticos, religiosos, folclóricos e até mesmo psicológicos dos trabalhadores.

É muito rica a importância que Gramsci dá à cultura popular, ao senso comum, ao bom senso e ao que se relaciona com o cotidiano dos trabalhadores italianos. Ele demonstra enorme respeito à classe trabalhadora, repudiando os intelectuais que se distanciam do povo, alimentados pela soberba do intelectualismo. Quando explica seu entendimento sobre a cultura, Gramsci recusa a ideia de a cultura ser um “saber enciclopédico” que preenche o homem no decorrer da sua vida. Segundo ele, esse tipo de saber

Serve para criar aquele tipo de intelectualismo balofo e incolor, [...] intelectualismo que gerou toda uma caterva de presunçosos e sabichões, mais deletérios para a vida social do que os micróbios da tuberculose e da sífilis o são para a beleza e a saúde física dos corpos. O estudentezinho que sabe um pouco de latim e de história, o rábula que conseguiu obter um diploma graças à irresponsabilidade e à desatenção dos

professores acreditam ser diferentes, superiores até mesmo ao melhor operário qualificado, que cumpre na vida uma tarefa bem precisa e indispensável e que vale cem vezes mais em sua atividade do que os outros valem na deles. Mas isso não é cultura, é pedantismo; não é inteligência, mas intelectualismo – e é com toda razão que se reage contra isso (GRAMSCI, 2011, p. 54).

Nestas palavras, pode-se perceber o quanto Gramsci repudia o tipo de intelectualismo egoísta, reservado a um grupo seletivo e superior, distanciado da grande massa porque é demasiado inteligente para conversar com os simples. Todos os seus estudos estavam voltados à compreensão e elaboração de um projeto de transformação social, não havia sentido em se estudar história e filosofia como fins em si mesmos. Concomitante a isso, é constante a preocupação do filósofo marxista em relação à educação das massas, entendendo ser esta a principal tarefa do partido político.

Conforme Semeraro (2014, p. 65) explicita: “tanto a consciência sem operosidade é fátua, assim como a operosidade sem consciência é ativismo inconsequente”, ao reafirmar a importância e relevância de agir tendo consciência das ações e dos seus efeitos. E isso tem muito valor em se tratando de transformação social.

Todos os conceitos gramscianos estão entrelaçados nas suas análises, não descolados do outro. Começa-se pela filosofia da práxis, passando pelo exame das Revoluções Russa (1917) e Francesa (1789), pelo Risorgimento Italiano<sup>4</sup>, chega-se à questão meridional, no estudo das classes subalternas, na discussão do moderno príncipe que é o partido político, na definição de intelectual e de que todos os homens são filósofos, na construção da hegemonia de uma classe, na discussão

---

<sup>4</sup> O período conhecido como Risorgimento, ocorrido entre 1815 e 1870, foi o processo histórico de constituição do Estado italiano. Vários elementos contribuíram para o desencadeamento deste processo histórico, ainda no final do século XVIII. Destaca-se o fim das hegemonias francesa e espanhola no território italiano e, principalmente, a existência de um movimento político unitário de questionamento do poder eclesiástico exercido pela Igreja Católica. Formou-se uma burguesia italiana, a qual passou a ter consciência crescente dos problemas nacionais, e não apenas municipais ou regionais. O partido dos moderados, do Piemonte, conduziu politicamente o movimento, realizando uma revolução burguesa sem a participação ativa das grandes massas (GRAMSCI, 2014a).

do Estado ampliado e os conceitos de sociedade civil e sociedade política, e no conceito de bloco histórico.

Deste modo, este capítulo abordará três conceitos gramscianos que são considerados importantes para a compreensão do processo de formação histórica do Brasil. Primeiramente, será apresentado o conceito de bloco histórico, o qual serve para entender como se constitui a hegemonia de determinada classe social e conseqüentemente as formas de quebrar esta hegemonia. Em seguida, o conceito de revolução passiva – já interpretado por importantes escritores brasileiros – demonstrando a forma de revolução burguesa ocorrida no Brasil, com decisões tomadas pelo alto e sem participação popular. Por fim, será exposta a questão meridional a partir do texto *Alcuni temi della questione meridionale* buscando elementos da análise de Gramsci sobre o meridiano italiano que poderiam contribuir para uma interpretação da questão nordestina brasileira.

Na tentativa de elucidação destes três conceitos, não se deixará outros apartados, já que é muito difícil separar os conceitos trabalhados por Gramsci, pois o autor criou um sistema de explicação da realidade onde não é possível estudar um conceito isoladamente dos outros.

### **1.1 O conceito de bloco histórico**

Para compreender o conceito de bloco histórico elaborado por Gramsci é necessário apreender como o marxismo percebe a sociedade burguesa: uma sociedade de classes, em que predominam duas classes principais, capitalistas detentores dos meios de produção e trabalhadores produtores da riqueza social. Assim, o bloco histórico é a determinada sociedade em certo espaço de tempo e lugar específicos, com sua estrutura e superestrutura.

Portelli (1977, p.15) explica que

Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política (PORTELLI, 1977).

Em suma, o bloco histórico é uma sociedade historicamente datada e localizada, organizada a partir da estrutura e da superestrutura que a compõem. Como a divisão entre estrutura e superestrutura é apenas no plano teórico para fins analíticos, na realidade social essas

duas esferas encontram-se organicamente ligadas, e os responsáveis por esse vínculo orgânico são os intelectuais.

Segundo Portelli (1977), os funcionários da superestrutura – os intelectuais – agem de acordo com a ideologia dominante para dar coesão ao bloco histórico, tornando-o forte e resistente contra outras hegemonias que possam ameaçá-lo.

O bloco histórico deve ser considerado como o ponto de partida de uma análise: a análise da maneira como um sistema de valores culturais (o que Gramsci chama de ideologia) impregna, penetra, socializa e integra um sistema social. Um sistema social só é integrado quando se edifica um sistema hegemônico, dirigido por uma classe fundamental que confia a gestão aos intelectuais: realiza-se aí um bloco histórico (PORTELLI, 1977, p. 16).

Desta forma, ao analisar e estudar como se constitui um bloco histórico, como se aparelha e por quem é organizado, é possível descobrir a melhor maneira de destruí-lo, quem é o inimigo e de que formas deverá ser atacado para derrubar sua hegemonia. É a partir deste estudo que Gramsci chega a soluções revolucionárias diferentes para sociedades diversas: a guerra de movimento na Rússia e a guerra de posição na Itália, por exemplo.

Dentro da superestrutura do bloco histórico, Gramsci distingue a esfera da sociedade política e a esfera da sociedade civil. Isto ocorre porque o autor possui uma concepção de Estado ampliado. Escreve Gramsci (2000), no Caderno 6:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma rerepresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que, na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 2000b, p. 244).

Neste sentido, a superestrutura é composta pelo Estado em seu sentido ampliado, não no significado estrito de governo. A sociedade política representa a ação coercitiva do Estado - com todos os aparelhos de coerção necessários -, enquanto a sociedade civil representa a hegemonia da classe social dominante sobre as classes subalternas,

garantida através dos aparelhos privados de hegemonia, os quais constroem o consenso difundindo a ideologia dominante.

Importa salientar que, assim como os conceitos de estrutura e superestrutura, sociedade política e sociedade civil estão separados apenas no plano conceitual, na realidade prática, esta separação não existe.

Segundo Portelli (1977, p. 65): “O aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é, na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais”. Como as escolas e universidades são aparelhos privados da hegemonia dominante, conseqüentemente a formação dos intelectuais está de tal forma elaborada para que estes reproduzam a ideologia daquele grupo dominante. Assim, ocorre a criação de um bloco ideológico/intelectual “que vincula as camadas de intelectuais aos representantes da classe dirigente” (PORTELLI, 1977, p. 65).

Essa questão dos intelectuais é muito importante na concepção do bloco histórico, porque se não houver intelectuais suficientemente engajados na reprodução da ideologia dominante, o bloco encontra-se suscetível a ataques contra hegemônicos,

Como sublinha Gramsci, tomando o exemplo do Risorgimento, a primazia econômica da classe fundamental é uma condição necessária, mas não suficiente, para a formação de um bloco ideológico: é preciso que a classe dirigente tenha uma verdadeira “política” para os intelectuais (PORTELLI, 1977, p. 66).

Ou seja, segundo as palavras do autor, não basta que a classe burguesa seja dominante economicamente. Ela precisa também que a sua visão de mundo seja hegemônica também nas outras classes, pois só a dominação não é suficiente para manter a hegemonia. Faz-se necessário o consenso.

Segundo Gramsci, faltou essa consciência de classe para o Partido de Ação no Risorgimento italiano. Enquanto os moderados de Cavour estavam conscientes que deveriam expandir sua ideologia de forma hegemônica, o Partido de Ação não conseguiu alcançar a massa com seu movimento. Escreve Gramsci no Caderno 19:

Para que o Partido de Ação se tornasse uma força autônoma e, em última análise, conseguisse pelo menos imprimir ao movimento do Risorgimento, um caráter mais acentuadamente popular e democrático [...], deveria ter contraposto à atividade empírica dos moderados [...] um

programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar os camponeses: à atração “espontânea” exercida pelos moderados deveria ter contraposto uma resistência e uma contraofensiva “organizada” segundo um plano (GRAMSCI, 2014, p. 65).

Nesse sentido, compreende-se que o erro do Partido de Ação, segundo Gramsci, foi o de não ter conseguido construir um projeto diferente do apresentado pelo Piemonte, mesmo que as consequências deste outro projeto não mudassem os rumos do Risorgimento. Ainda que os moderados vencessem ao final, talvez as classes subalternas tivessem ganhos maiores no sentido de reconhecer-se enquanto classe.

A classe hegemônica produz seus próprios intelectuais, porém as classes subalternas precisam importá-los porque não possuem um sistema de educação para tal. Dessa forma, “a consciência de classe de seus intelectuais pode ser menos elevada” (PORTELLI, 1977, p. 85), facilitando o transformismo, recurso utilizado pela classe hegemônica para atrair os intelectuais representantes das classes subalternas ao seu domínio. Este seria o papel dos intelectuais dentro de um bloco histórico.

Assim como os intelectuais são as peças fundamentais para firmar determinado bloco histórico, também a forma de desintegrar este bloco é dada através da decomposição destes intelectuais.

O conceito de bloco histórico é um exemplo da interlocução entre os diferentes conceitos gramscianos, segundo Portelli (1977):

O estudo do papel dos intelectuais no seio do bloco histórico permite agora restituir, em seu quadro preciso, os diferentes elementos do bloco histórico: este, como situação histórica global, compõe-se de duas esferas complexas: a um determinado modo de produção corresponde uma estrutura social precisa, onde domina uma classe fundamental; esta classe desenvolve progressivamente uma superestrutura diferenciada, especializando suas atividades, dando-lhe homogeneidade e direção política e ideológica – hegemonia – sobre as demais classes. Esta direção da sociedade é exercida em diversos graus por uma camada social ligada organicamente à classe dirigente: os intelectuais, encarregados de dirigir o complexo superestrutural e soldar a estrutura e a

superestrutura. Assim aparece a organização do bloco histórico (PORTELLI, 1977, p. 102).

Segundo o autor, o Mezzogiorno<sup>5</sup> é um bloco histórico dentro da Itália, mas a Europa também representa um bloco histórico em nível internacional (PORTELLI, 1977). Assim, quando da análise da questão meridional, Gramsci considera todos os elementos deste bloco histórico, compreendendo o papel importante dos intelectuais meridionais para a consolidação e manutenção do que define como “bloco industrial-agrário” (GRAMSCI, 1987).

Em outra passagem, no Caderno 13, Gramsci escreve sobre o “conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2000, p. 26). Dessa forma, percebe-se a concatenação do bloco histórico com os demais conceitos da filosofia da práxis. O bloco histórico representa a unidade dos contrários do método dialético de uma forma prática e sistemática. Ao se ter a possibilidade de conhecer como se organiza um bloco histórico, tem-se a chave para transformá-lo.

## 1.2 O Conceito de Revolução Passiva

O conceito gramsciano de revolução passiva tem sido muito utilizado para a explicação de processos históricos ocorridos em diversas épocas e em países distintos. Não é diferente no Brasil. Autores brasileiros estudam esse conceito a fim de contribuir no entendimento de alguns acontecimentos da história do Brasil, marcada pela não participação popular nas decisões da vida política do país.

Neste trabalho, foram selecionados três dos autores brasileiros que utilizam este conceito gramsciano: Carlos Nelson Coutinho, Alvaro Bianchi e Luiz Werneck Vianna. Elaborou-se, a seguir, uma síntese de cada autor, apresentando as diferenças nas interpretações.

O próprio termo “revolução”, com o adjetivo “passiva”, já se apresenta como um paradoxo (GALASTRI, 2010), talvez para “conferir uma conotação mais suave ao conceito de revolução” (BELLO, 2011), uma vez que uma revolução passiva não é realizada através de confrontos diretos, mas de lentas transformações sociais moleculares.

Segundo Domenico Losurdo (2006):

---

<sup>5</sup> O Mezzogiorno é a região macroeconômica do Sul da Itália, compreendendo os territórios de Campânia, Basilicata, Apúlia, Molise, Calábria, e as duas ilhas, Sicília e Sardenha.



A revolução passiva é uma categoria da qual os Cadernos do Cárcere se servem para mostrar a persistente capacidade de iniciativa da burguesia que, também na fase histórica na qual deixou de ser uma classe propriamente revolucionária, consegue produzir transformações político-sociais bastante relevantes, conservando firmemente nas mãos o poder, a iniciativa e a hegemonia, e deixando as classes trabalhadoras em sua condição de subalternidade (LOSURDO, 2006, p. 179 apud BELLO, 2011, p. 172).

Essa capacidade de iniciativa – identificada até a atualidade apenas na classe burguesa – de manter-se no poder ao mesmo tempo em que realiza transformações importantes na sociedade, também benéficas à classe trabalhadora, garante o apassivamento dessas últimas através do fenômeno do transformismo. Nesse momento, surge uma questão ímpar no tratamento da revolução passiva: ela é uma estratégia restrita da burguesia, ou pode também ser utilizada enquanto estratégia de luta das classes subalternas?

Em um ponto os autores selecionados para a discussão neste trabalho são unânimes: a afirmação da importância que o conceito adquire na obra de Antonio Gramsci, principalmente nos Cadernos do Cárcere, como parte imprescindível para a elaboração de outros conceitos como os de hegemonia, Estado ampliado e bloco histórico. Porém, na compreensão e interpretação do conceito de revolução passiva e sua aplicação no caso brasileiro, encontram-se divergências significativas entre esses mesmos autores.

### 1.2.1 O conceito de revolução passiva em Carlos Nelson Coutinho

Carlos Nelson Coutinho (2010) apresenta o conceito de revolução passiva da seguinte forma:

Trata-se de um instrumento-chave de que Gramsci se serve para analisar os eventos do Risorgimento, ou seja, da formação do Estado burguês moderno na Itália. Mas o conceito é também utilizado por ele como critério de interpretação de fatos sociais complexos e até mesmo de épocas históricas inteiras, bastante diversas entre si, como, por exemplo, a Restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo (COUTINHO, 2010, p. 32).

No que tange ao caso brasileiro, o autor faz distinções entre os diferentes processos de revolução passiva, explicando-os em separado, dando exemplos como a Independência, a República Velha, a Revolução de 1930 e a Ditadura Militar de 1964 (COUTINHO, 1988). Cada um desses episódios representa um processo de revolução passiva<sup>6</sup>. Já em nível mundial, o Welfare State também é considerado como um claro exemplo de revolução passiva (COUTINHO, 2010).

Coutinho entende que esse conceito constitui um critério de interpretação dentro da análise gramsciana, porém, não seria possível pensar a revolução passiva como uma estratégia de luta das classes subalternas, ou ainda realizar uma leitura positiva deste tipo de transformação “pelo alto”.

Na seguinte passagem de um texto escrito na década de 1980, fica clara a posição do autor:

O pensamento de Gramsci é capaz de fornecer sugestões não somente para a interpretação de nosso passado, mediante os conceitos de “revolução passiva” e de “transformismo”, mas também para a análise de nosso presente, através da noção de “Estado ampliado”; e pode também contribuir para a elaboração de uma estratégia de luta pela democracia e pelo socialismo, concebida como “guerra de posição” (COUTINHO, 1988, p. 135).

Ou seja, há uma evidente distinção entre o critério de interpretação de certos processos históricos através dos conceitos de

---

<sup>6</sup> Mais recentemente, segundo Coutinho (2007), sob o contexto do neoliberalismo, o conceito gramsciano que melhor explica os fenômenos da atualidade é o conceito de contra-reforma. Nas palavras do autor: “A luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado. Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de ‘uma certa parte das exigências que vêm de baixo’, que Gramsci considerava, como vimos, uma característica essencial das revoluções passivas” (COUTINHO, 2010, p. 36). Além disso, na análise do autor, processos de revolução passiva envolvem questões da grande política (disputa entre diferentes projetos de sociedade); enquanto que processos de contra-reforma envolvem questões da pequena política (disputa entre grupos da classe dominante). Assim, na época neoliberal, não estão em jogo diferentes projetos sociais, o que caracterizaria um processo de contra-reforma.

revolução passiva e transformismo, e as estratégias de luta pela democracia e pelo socialismo através da guerra de posição.

Assim, um processo de revolução passiva vai implicar sempre em dois momentos:

O da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente de baixo) e o da “renovação” (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto”, através de concessões das camadas dominantes). (COUTINHO, 2010, p. 33 – grifos do autor).

A partir desses dois momentos, percebe-se a diferença entre uma revolução do tipo jacobina realizada pelas classes populares e que rompe à força com a ordem social anterior; e outra revolução de tipo passiva, na qual as classes dominantes mesmo realizam as mudanças, progressivamente, de modo a conservarem-se no poder.

É importante frisar que, para que haja reação das classes dominantes, obviamente, deve existir um clima de insatisfação nas classes subalternas. Porém, essas últimas não se encontram em condições de levarem as mudanças a cabo, e não há uma iniciativa popular unitária, mas sim “subversivismo esporádico”.

Nesse sentido, ainda segundo Coutinho (1988), Gramsci distingue duas causas-efeito da revolução passiva: primeiro o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, produzindo processos ditatoriais, a ditadura sem hegemonia; e segundo, a prática do transformismo implicando novamente a exclusão das massas. Em outro momento, Coutinho (2007) afirma que o transformismo é uma consequência da revolução passiva, mas não uma consequência exclusiva, porque processos de contrarreforma também apresentam fenômenos de transformismo.

Como o grupo dominante que alcança o Estado possui apenas a função de domínio, e não de direção, é necessária a criação de um mínimo de consenso para que seja possível continuar a dominação. Esse consenso mínimo é garantido pelo transformismo, o qual pode ocorrer de duas formas: molecular ou de grupos inteiros (COUTINHO, 1988). No primeiro caso, há a incorporação individual de dirigentes ou representantes políticos das classes subalternas para o grupo dominante. No segundo caso, grupos inteiros são cooptados e apassivados, como, por exemplo, no período de governos populistas no Brasil.

Dessa forma, entende-se que na revolução passiva, o Estado sempre assume o papel de protagonista dos processos, utilizando-se da

força militar e da coerção quando necessário para excluir as massas das tomadas de decisão, mas ainda assim acolhendo algumas das suas reivindicações.

O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. A revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contrarrevolução e nem mesmo de contrarreforma; na verdade, numa revolução passiva, estamos diante de um reformismo “pelo alto” (COUTINHO, 2010, p. 33).

Isto porque, afinal de contas, as necessárias mudanças ocorrem, porém, de forma lenta e sem a participação efetiva do povo. Nesse sentido, ocorre o fortalecimento da “sociedade política (os aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção)” (COUTINHO, 1988, p. 128), enquanto a sociedade civil permanece afastada, sem forças para intervir nos processos. Desta forma, o autor entrelaça dois conceitos gramscianos: revolução passiva e Estado ampliado.

Coutinho (2010) apresenta resumidamente os momentos de uma revolução passiva: primeiramente, a classe dominante percebe a insatisfação das classes populares e reage às suas manifestações; em segundo lugar, essa reação acaba por responder e atender às demandas populares, ao mesmo tempo em que conserva a antiga ordem social; e por fim, abrem-se perspectivas para novas modificações, ao lado da conservação do domínio das mesmas elites.

Referindo-se a dois períodos históricos do Brasil – a ditadura de Vargas em 1937 e a ditadura militar de 1964 – Coutinho (1988) explica como ocorreu cada uma das três fases mencionadas em cada um dos dois processos ditatoriais:

- Ditadura Vargas em 1937 – consolidação do capitalismo no Brasil: é resultado do período que se inicia em 1922 com a fundação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e da revolta militar tenentista; após uma frustrada tentativa de revolução por parte de comunistas e tenentes de esquerda em 1935, Vargas tomou o poder em 1937 com o pretexto de estabelecer a ordem. Em contrapartida, foi um período de aceleração da indústria brasileira e da promulgação de leis de proteção ao trabalhador, há muito tempo reivindicadas pela classe trabalhadora.
- Ditadura militar em 1964 – expansão do capitalismo monopolista: também com pretextos de um eminente

golpe comunista, os militares tomaram o poder a fim de estabelecer a ordem e o progresso. Através de forte intervenção estatal, ocorreu o desenvolvimento e modernização capitalista no país; porém com suspensão de vários direitos, forte repressão militar e, portanto, desarticulação dos movimentos populares.

Desta forma, Coutinho demonstra como ocorreram esses dois processos de revolução passiva na história recente do Brasil, revelando-os como processos antidemocráticos, encabeçados por uma parte da elite brasileira, a qual passa a exercer seu domínio através da coerção do Estado. Importante frisar que o autor não concebe a possibilidade de uma leitura positiva do conceito de revolução passiva por parte das classes subalternas. Desse ponto de vista, a revolução passiva é um critério de interpretação da realidade que corresponde a uma forma de consolidação exclusiva da hegemonia burguesa no capitalismo.

### 1.2.2 O conceito de revolução passiva em Alvaro Bianchi

No texto de Alvaro Bianchi “Revolução passiva: o pretérito do futuro” (2006), o autor não exemplifica detalhadamente como o conceito de revolução passiva pode ser utilizado no estudo do processo histórico brasileiro, porém, ainda assim é importante para esta análise, por esclarecer alguns pontos desse conceito, já que aborda o assunto de maneira diferente dos outros autores pesquisados.

Segundo o autor, “o que a problemática da revolução passiva nos traz é uma chave interpretativa para a análise das formas de atualização da dominação capitalista no mundo contemporâneo” (BIANCHI, 2006, p. 55). Concordando com Coutinho nesse ponto, Bianchi não adere a uma visão da revolução passiva enquanto programa, a ser aproveitada como estratégia política das classes subalternas.

Justamente por ser “chave interpretativa do programa da burguesia. Crítica desse programa”, a estratégia gramsciana é de “anti-revolução passiva” (BIANCHI, 2006, p. 55). Segundo o autor, procurar neste conceito exemplos de ação para a classe trabalhadora, é incorrer nos mesmos erros de Benedetto Croce, reduzindo a transformação social, “colocando arreios na história” (BIANCHI, 2006, p. 56).

Assim como na explicação de Aggio e Henriques (2010), o texto de Bianchi dá centralidade aos dois princípios fundamentais da ciência política, descritos por Marx no Prefácio de 1859, e muito utilizados por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, são estes os dois princípios:

1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações (GRAMSCI, 1977, p. 871-872, apud BIANCHI, 2006, p. 37).

Conseqüentemente, é a partir desses dois princípios fundamentais que deve ser deduzido o conceito de revolução passiva. Ao fazer uma análise sobre a interpretação gramsciana do Prefácio de 1859, Bianchi (2006) levanta algumas questões: 1) é preciso levar em conta não só os próprios movimentos em uma correlação de forças políticas, mas também os movimentos do adversário; 2) existe uma revalorização da ação humana nos textos de Marx, introduzindo o tema da vontade coletiva; 3) o capitalismo ainda possui capacidade constante de desenvolvimento<sup>7</sup>; 4) é necessário distinguir entre movimentos orgânicos e fatos conjunturais; 5) é necessária a rejeição do economicismo e do determinismo no marxismo.

Atrelados aos dois princípios assinalados por Gramsci encontram-se os três níveis de correlação de forças, os quais dizem respeito a níveis diferentes de intervenção da vontade humana no mundo real: o primeiro nível, da realidade rebelde, em que a estrutura se impõe e os fatos tornam-se protagonistas; o segundo nível, intermediário, é de correlação de forças políticas, em que se apreendem os diversos momentos da consciência coletiva; e o terceiro nível, de uma correlação de força militar, há um confronto direto entre os sujeitos, é realizada a vontade coletiva, sendo predominante o momento da superestrutura, e não mais da estrutura (BIANCHI, 2006).

Desta forma, percebe-se que,

Não se trata de um subjetivismo ou de um voluntarismo. Não são as vontades individuais as que contam, mas aquelas que assumem a forma de “fatos” ao se materializarem como forças vivas nos movimentos das classes, agindo sobre e modificando a realidade antes dada (BIANCHI, 2006, p. 45).

---

<sup>7</sup> Posição compartilhada com Alessio Gagliardi (2010, p. 240): “O que caracteriza os Cadernos, com efeito, é a convicção neles contida de que o capitalismo de qualquer modo ainda seja capaz de desenvolvimento”.

Assim, na revolução passiva os fatos são os protagonistas da transformação social, e não os homens. A burguesia encontrara, então, uma forma de chegar ao poder sem passar pelo “trauma” de uma revolução jacobina como no caso francês, convenientemente, a revolução passiva se tornou a maneira universal de modernização capitalista, sem rupturas revolucionárias.

Bianchi (2006, p. 46) ressalta dois pré-requisitos para o desenvolvimento de uma revolução passiva: a ausência de iniciativas populares e a “impossibilidade, pelo menos momentânea, das classes subalternas assumirem o papel de classe dirigente”; e a “impossibilidade das classes dominantes obterem consenso ativo das classes subalternas através da incorporação dos interesses e aspirações dessas classes”.

Ou seja, nem as classes dominantes nem as classes subalternas encontram-se preparadas para conquistar a hegemonia da ordem social. Assim, o Estado assume a responsabilidade assegurando algumas das demandas populares, ao mesmo tempo em que garante a continuidade do poder dominante.

O autor ressalva, porém, que essa ausência de iniciativa das classes subalternas não significa passividade total, nem de outro lado ausência completa de consenso. O problema é que as massas não se encontram suficientemente organizadas para tornarem-se hegemônicas,

O que de fato há é um subversivismo “esporádico, elementar e inorgânico” que, pelo seu primitivismo, não elimina a capacidade de intervenção das classes dominantes, muito embora fixe seus limites e imponha a necessária absorção de uma parte das demandas de baixo, justamente aquelas que não são contraditórias com a ordem econômica e política. Cria-se assim, o consenso passivo e indireto das classes subalternas (BIANCHI, 2006, p. 47).

Através do transformismo contínuo, as classes dominantes garantem o consenso das massas, cooptando grupos inteiros, ou então seus principais dirigentes, destruindo mais ainda a força política e a capacidade organizativa dos grupos subalternos.

Portanto, há uma hegemonia restrita em processos de revolução passiva. Nas palavras do autor:

A revolução passiva é, desta forma, o exercício de uma hegemonia restrita, uma hegemonia burguesa em um período histórico no qual esta classe já perdeu a capacidade de assimilar a seu projeto as classes subalternas. A revolução passiva não é

hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado (BIANCHI, 2006, p. 48).

Nesse tipo de revolução, como aponta o autor, é o Estado que se torna dirigente das transformações, e não as classes sociais. No caso italiano, houve a união entre as classes feudal e burguesa, garantindo que as primeiras continuassem a existir, porém sem as mesmas funções e poder que detinham anteriormente.

Como exemplos de revoluções passivas, Bianchi (2006) cita, seguindo Gramsci, o liberalismo do século XIX, o fascismo, o americanismo e o fordismo. A partir destes exemplos, o autor evidencia como todas essas transformações estavam fortemente vinculadas aos diferentes níveis de relação de força existentes entre as classes sociais em cada período histórico.

### 1.2.3 O conceito de revolução passiva em Luiz Werneck Vianna

Para Werneck Vianna (2004, p. 43), o Brasil “pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva”. Isso porque é um dos países com tradição na arte de conservar-mudando ou mudar-conservando. O autor realiza uma análise de todo o processo histórico compreendido entre a Independência de 1822 e a ditadura militar de 1964, chegando à conclusão de que todo esse processo compreende uma longa revolução passiva.

Além de longa, o autor também a caracteriza de precoce, por ter iniciado ainda no século XIX, sendo, inclusive, um reflexo das revoluções europeias, pois teve como antecessor o fato da transferência da Corte portuguesa. Assim, “o protagonismo deve caber aos *fatos* e não ao ator” na revolução passiva brasileira (VIANNA, 2004, p. 46).

Em uma análise mais geral da atualidade, em nível mundial, escreve o autor:

Esse é um quadro que sugere a desqualificação da presença do *ator* no mundo, [...] reconhecendo-se somente o protagonismo dos “fatos”. A revolução passiva, antes um processo referido a formações nacionais com precisa contextualização histórica, ter-se-ia convertido no único processo a ter vigência universal, comprometendo, por meio de automatismos inscritos no coração das instituições de reprodução social, a mudança com a conservação (VIANNA, 2004, p. 60).



Dessa forma, percebe-se que o autor realiza uma ampliação da abrangência do conceito de revolução passiva, reconhecendo-o como grande catalisador das transformações sociais no capitalismo. Isso se deve ao modo como o autor apreende o conceito gramsciano.

Em outra passagem de Vianna (2004, p. 60) sobre a atualidade do conceito, lê-se que: “o referencial analítico gramsciano para a interpretação da revolução passiva, bem como o ‘programa’ de ‘guerra de posição’ esboçado em seu tratamento do assunto, adquire uma atualidade geral”. O que chama mais atenção nesse fragmento é o fácil entrelaçamento que o autor realiza entre revolução passiva e guerra de posição, mais claramente distanciados nas interpretações de outros autores.

Mais adiante, Vianna (2004, p. 61) mesmo reconhece que

O risco da dissociação entre ator e “fatos”, por falta, naquele, de critérios para uma adequada avaliação de sua situação, está em que a revolução passiva se institua como um processo em que a mudança esteja sempre limitada pelos avatares da conservação, obrigando o mundo a uma permanente reiteração desencantada da ordem estabelecida. Continuar a refletir sobre ela, em contextos, como o nosso, historicamente dominados por sua lógica, é uma forma de mobilizar o tipo de ação que venha a permitir a dinâmica da mudança ultrapassar a da conservação (VIANNA, 2004, p. 61).

Essa é, portanto, a posição do autor: há a possibilidade de inscrever a revolução passiva em um novo tipo de desenvolvimento histórico, em que as mudanças sejam mais grandiosas do que as conservações. Assim, observa-se uma visão positiva da revolução passiva.

O autor fala da “intuição” de Gramsci em seu estudo sobre as revoluções, quando evidencia que após a primeira experiência jacobina revolucionária, a forma universal de revolução burguesa foram as revoluções passivas. Seguindo esse mesmo princípio, Vianna supõe que aconteceria o mesmo com as revoluções socialistas: após sua primeira experiência na Rússia de 1917, realizada através de ataque frontal, talvez a transição socialista universal seja também na forma de revoluções passivas. Explica o autor:

Se é esse o sentido dos *fatos*, o ator das classes subalternas precisa libertar-se das referências históricas anacrônicas, opondo a sua “guerra de

posição” à “guerra de posição” da burguesia, ambos envolvidos no mesmo processo de revolução passiva (VIANNA, 2004, p. 76).

Nessa passagem, aparece a relação entre os dois conceitos gramscianos: a revolução passiva se realiza através de guerras de posições entre as duas classes antagônicas. Pois “a revolução passiva é o campo da guerra de posição” (VIANNA, 2004, p. 105).

A questão dos intelectuais também aparece ligada aos processos de revolução passiva na análise de Vianna (2004, p. 83): “A revolução passiva seria o contexto do protagonismo político-social dos intelectuais”. Não dos intelectuais orgânicos de Gramsci no caso do Risorgimento italiano, mas dos intelectuais tradicionais, pois estes exerciam o papel de funcionários do Estado. Neste exemplo de revolução passiva, segundo o autor, Gramsci via negativamente a função destes intelectuais porque eles comportavam-se como *intelligentzia*, como substitutos das classes sociais.

Diferentemente de outros autores, Vianna (2004) percebe duas possibilidades inscritas na revolução passiva: o império dos *atos* e do *ator*:

- O império dos fatos, em que as mudanças avançam de forma ininterrupta, porém muito lentamente.
- O papel do homem coletivo, no qual os atores compreendem sua participação no processo político, disputando a hegemonia através da guerra de posição.

Neste caso, o autor sugere, então, que no Brasil ocorreu o império dos fatos porque não havia atores conscientes e com força suficiente para disputar o poder das elites. Vianna cita as teses do PCB (Partido Comunista Brasileiro) do ano de 1958, o qual defendia a necessidade do pleno desenvolvimento capitalista, para depois derrubá-lo. Assim, direita e esquerda tinham a mesma estratégia de revolução passiva: “A mudança social teria sua sorte, então, hipotecada aos *atos*, em particular aqueles originários da vontade política que comandava a impulsão da economia” (VIANNA, 2004, p. 49).

Desse ponto de vista, a partir das duas possibilidades existentes no mesmo processo de revolução passiva, o autor distingue modalidades diferentes de revoluções passivas, classificando-as a partir da presença maior ou menor do elemento jacobino, o “portador da antítese” (VIANNA, 2004, p. 101). Assim, são três os modelos: formas atrasadas, intermediárias e avançadas. É o caso, respectivamente, da Itália, da Alemanha e da Inglaterra.

“Daí que na revolução passiva se manifeste, a um tempo, negatividade e positividade” (VIANNA, 2004, p. 104). Lado positivo porque, apesar de lentas, as mudanças democráticas de fato acontecem; lado negativo, porque não há participação popular e as elites permanecem no poder.

Caberia, então, ao ator, que conhece a sua circunstância, traduzir a revolução passiva em uma guerra de posição, impondo sua atividade em um contexto que pretende sua abdicação ou sua expulsão, solução conservadora que ele próprio pode estimular se se comporta como um “apostolo iluminado”, e não segundo os critérios do realismo político (VIANNA, 2004, p. 104).

Esse foi, segundo Gramsci (2014), o erro do Partido da Ação italiano, que não reconheceu a realidade política do Risorgimento, deixando que os moderados realizassem seus movimentos, sem ao menos contrapor uma resistência. A partir desta interpretação, Vianna sugere que a esquerda analise a revolução passiva e possa agir a partir dela, mobilizando um tipo de ação que permita a dinâmica da mudança ultrapassando a da conservação.

Essa posição, evidentemente, é contrária a de Carlos Nelson Coutinho e de Alvaro Bianchi, os quais defendem que a estratégia gramsciana “é uma estratégia de anti-revolução passiva” (BIANCHI, 2006, p. 36). Nas palavras de Coutinho (1988, p. 136): “deve-se observar que Gramsci recusa explicitamente a possibilidade de uma leitura ‘positiva’ do conceito de revolução passiva”.

Diante de um conceito tão complexo como este, percebem-se diferenças consideráveis nas leituras e interpretações desses autores em relação ao conceito de revolução passiva. Consequentemente, essas diferenças possuem desdobramentos diversos nas suas análises do processo histórico.

### **1.3 Apontamentos sobre a questão meridional italiana**

Esta última parte do terceiro capítulo objetiva analisar o tema da Questão Meridional à luz das proposições e inquietações de Antonio Gramsci. Para tal, será utilizado como principal referência o texto “Alguns temas da Questão Meridional”, escrito pelo referido autor em fins de setembro do ano de 1926. Trata-se de um manuscrito inacabado, levando em conta que Gramsci foi preso pela ditadura fascista em novembro do mesmo ano. Assim mesmo, entende-se que o texto

contribui grandemente na compreensão dos problemas e discussões a respeito do Sul italiano, o qual poderia ser comparado à Região do Nordeste do Brasil.

Sabe-se que a questão meridional não é um problema do passado e que as discrepâncias entre o Norte e o Sul da Itália continuam presentes até hoje. Então, pode-se dizer que a Questão Meridional ainda é uma questão não resolvida. Este fato demonstra a complexidade do problema e também a lucidez de Gramsci em seu tratamento, em oposição a outros teóricos de sua época, os quais entendiam este como um problema a ser facilmente resolvido através do desenvolvimento capitalista da região.

### 1.3.1 Gramsci e a Itália

Franco de Felice e Valentino Parlato explicam que Gramsci apropriou-se muito rapidamente dos temas da revolução italiana, superando “a problemática meridionalista tradicional, inclusive na formulação mais completa que ela alcançou em Salvemini” (FELICE; PARLATO, 1987, p. 20).

Ao contrário dos outros autores, Gramsci avaliou a diferença entre Norte e Sul sem preconceitos em relação ao povo do Sul, não apenas desde um ponto de vista econômico, mas também levando em conta os aspectos estruturais e de organização social do Mezzogiorno, bem como das relações estabelecidas entre as duas regiões no contexto do desenvolvimento capitalista italiano.

Nesse contexto, e com essa precisa referência estrutural, Gramsci apreende e torna evidente as especificidades da questão meridional. Essas especificidades, que definem a questão meridional no âmbito (e como manifestação concreta) das contradições capitalistas, são as da territorialidade, a desagregação, o fato de que a questão meridional é um aspecto da questão camponesa, da função dos intelectuais e, sobretudo, do potencial de contestação política representado pelo Sul (FELICE; PARLATO, 1987, p. 43-44).

Neste sentido, entende-se que o Sul não está ilhado do restante do país, preso ao seu atraso e de costas para a modernidade. Na realidade, Gramsci demonstra que o Sul faz parte do desenvolvimento capitalista italiano em relação com o capitalismo do Norte, sendo, inclusive,

condição para o desenvolvimento deste último. Em um esforço analítico para sair da mera aparência de como se apresenta a questão meridional para os italianos, e chegar à essência dessa conjuntura, Gramsci propõe a resolução dos problemas meridionais e da questão agrária na Itália através do socialismo. Para tal, exorta à união dos proletários do Norte com os camponeses do Sul.

Felice e Parlato indicam a originalidade de Gramsci em utilizar a luta camponesa em proveito da revolução proletária, como mais uma estratégia de conquista da hegemonia da classe operária:

Capta-se de modo quase imediato a ligação com a crise da sociedade italiana, com os movimentos camponeses do pós-guerra, e o esforço consiste em não esgotar a revolta camponesa nos objetivos democráticos da divisão do latifúndio e de “conquista da terra”, mas de superá-los inserindo-os numa perspectiva anticapitalista (FELICE; PARLATO, 1987, p. 19).

Unir em uma luta anticapitalista os interesses dos camponeses meridionais com os interesses dos operários setentrionais é uma função dos intelectuais. Inclusive, segundo Gianni Fresu (2014), o tema dos intelectuais é o fio condutor dos estudos de Gramsci, não só com relação à questão meridional, mas com todos os assuntos abordados pelo autor. O intelectual sempre possui uma atividade ímpar a desempenhar na sociedade, pois Gramsci acredita no protagonismo da ação humana no decorrer da história. Mesmo a indiferença significa algum tipo de ação<sup>8</sup>.

A questão meridional especificamente, conforme Fresu (2014), ultrapassa e perpassa a questão da divisão existente na sociedade capitalista entre intelectual e não intelectual, ou ainda entre trabalho manual e trabalho intelectual. Através das discussões sobre o meridiano, Gramsci afirma que esta divisão é derivada da divisão do trabalho necessária a este modo de produção, não sendo, portanto uma divisão natural da espécie humana.

A partir do que foi elencado até aqui, tendo sido problematizados os temas que perpassam a análise da questão meridional gramsciana na interlocução com estudiosos da área, compreende-se que o texto “Alguns temas da Questão Meridional” não pode ser discutido de forma descolada da totalidade da obra de Antonio Gramsci. Prova disso é que

---

<sup>8</sup> Alusão ao artigo “Indiferentes” publicado no jornal *La città futura* em 11/02/1917, onde Gramsci diz odiar os indiferentes porque estes não tomam partido. O problema é que “A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua.” (GRAMSCI, 2011, p. 59).

este não é o único texto a falar sobre a questão meridional, pois desde os primeiros escritos políticos até os Cadernos do Cárcere, Gramsci sempre acaba voltando ao tema.

### 1.3.2 A Questão Meridional

Gramsci inicia o texto “Alguns temas da Questão Meridional” explicando que o primeiro esforço em escrevê-lo surge como resposta a um artigo publicado na revista *Quarto E stato* de 18 de setembro de 1926, em que aparece uma nota dizendo que o Partido Comunista Italiano produziu uma fórmula mágica para resolver o problema meridional. Indignado, Gramsci responde: “A ‘fórmula mágica’ é uma completa invenção” (1987, p. 136). Em contraposição à nota escrita pelos editores da revista, Gramsci cita um trecho do artigo “Operários e Camponeses (II)” publicado no jornal *L’Ordine Nuovo* em 03 de janeiro de 1920, no qual está explicitado o real entendimento do Partido Comunista quanto à questão meridional.

O trecho diz que o Sul da Itália e as ilhas foram reduzidos à “colônia de exploração” do desenvolvimento capitalista do Norte italiano e que, emancipando-se a si mesma, a classe operária emancipará também “as massas camponesas meridionais subjugadas pelos bancos e pelo industrialismo parasitário do Norte” (GRAMSCI, 1987, p. 136). Entre proletários e camponeses deve haver uma solidariedade na luta contra o capitalismo, porque se o controle das fábricas estiver com a classe operária:

[...] Os operários quebrarão todas as cadeias que prendem os camponeses à sua miséria, ao seu desespero; instaurando a ditadura operária, tendo em mão as indústrias e os bancos, o proletariado dirigirá a enorme potência da organização estatal para apoiar os camponeses [...]; dará crédito aos camponeses, instituirá as cooperativas, [...] arcará com as despesas públicas de saneamento e irrigação (GRAMSCI, 1987, p. 137).

Com estas ações, estabelecendo a aliança política entre operários do Norte e camponeses do Sul, o proletariado garante o apoio dos camponeses, instala a “paz e fraternidade entre cidade e campo” e não deixa brechas para a burguesia realizar uma manobra de contrarrevolução no Sul. Além do mais, o Partido Comunista sabe que a distribuição das terras incultiváveis aos camponeses pobres não trará nenhum tipo de melhora nas condições de vida destes trabalhadores.

Isso porque “sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita” a reforma agrária não trará a “regeneração econômica e política dos camponeses”, muito pelo contrário, irá reafirmar a sua dependência ao grande proprietário de latifúndio (GRAMSCI, 1987, p. 136-138).

Desta forma, Gramsci não tira o mérito dos comunistas turineses por darem toda a sua atenção para a questão meridional, por entenderem este problema como sendo algo de necessidade urgente na política nacional italiana e por indicarem medidas possíveis e solucionáveis da questão:

O operário revolucionário de Turim e de Milão tornou-se o protagonista da questão meridional e não mais os Giustino Fortunato, os Gaetano Salvemini, os Eugenio Azimonti, os Arturo Labriola, para não citar senão os santarrões estimados pelos “jovens” de *Quarto Stato* (GRAMSCI, 1987, p. 138).

Todos os nomes citados são os teóricos italianos que tentaram dar uma resposta à questão meridional, porém sem sucesso. Gramsci não concorda com a posição deles, porque há nestas análises uma ideologia preconceituosa com relação aos camponeses e a toda a população da região Sul. Por isso, o autor orienta os comunistas turineses a, antes de tudo, alterar o seu modo de ver os camponeses, não aceitando a ideologia inculcada pelas escolas e pelos jornais burgueses, os quais difundem a ideologia burguesa às massas do norte, alimentando o separatismo:

O Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, compensando esta sorte ingrata com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitárias num árido e estéril deserto (GRAMSCI, 1987, p. 139-140).

Como se pode perceber, estas teorias culpabilizam a própria população meridional pelo atraso econômico do Sul, desresponsabilizando as relações coloniais capitalistas do Norte. Em sua

análise, contrária a este tipo de preconceito, Gramsci explica que “para ser capaz de governar como classe, o proletariado deve se despojar de todo resíduo corporativo, de todo preconceito ou incrustação sindicalista” (GRAMSCI, 1987, p. 146). Isso significa não só livrar-se do corporativismo entre os próprios trabalhadores industriais, superando as divisões mesquinhas entre profissões, mas também acabar com os preconceitos em relação aos camponeses.

Se não se conseguir isso, o proletariado não se torna classe dirigente e aqueles estratos, que na Itália representam a maioria da população, permanecem sob a direção burguesa e dão ao Estado a possibilidade de resistir ao ímpeto proletário e dobrá-lo (GRAMSCI, 1987, p. 146).

Deste modo, a classe operária não deve ser bondosa com os camponeses. Não é disso que se trata. Do ponto de vista gramsciano, havia uma necessidade latente nesta união de interesses até então percebidos como inconciliáveis. Gramsci chegou a esta conclusão analisando o contexto e as relações do bloco industrial-agrário existente na Itália. Fresu (2014, p. 10) explica que: “Segundo Gramsci, a unidade nacional na Itália foi constituída a partir de um desenvolvimento desequilibrado, onde o enriquecimento e o incremento industrial do Norte dependiam do empobrecimento do Sul”. Este desequilíbrio é a fonte dos problemas meridionais e é, portanto, neste ponto que as forças devem agir no enfrentamento da questão.

Explicando sobre a constituição deste bloco histórico, Portelli (1977, p. 92) afirma que na Itália,

A debilidade superestrutural da burguesia italiana obrigou-a a aliar-se à Igreja, que monopolizou os intelectuais, e a confiar-lhe a direção de grande parte da sociedade civil. Essa aliança entre os intelectuais burgueses e o clero concretizou a aliança da burguesia industrial do Norte e da aristocracia fundiária do Sul, formando assim o “bloco industrial-agrário” (PORTELLI, 1977, p. 92).

A partir deste autor, percebe-se que o bloco industrial-agrário é resultado de alianças realizadas pela burguesia no processo de unificação italiano – o Risorgimento. Gramsci, em um artigo intitulado *O sul e a guerra* demonstra como o posterior desenvolvimento do capitalismo na Itália acentuou aquele desequilíbrio da seguinte forma:

O fato é que o capital sempre busca as formas mais seguras e mais rentáveis de investimento, e o



governo ofereceu, com demasiada insistência, a dos bônus quinquenais. Onde já existe uma fábrica, essa continua a se desenvolver através da poupança; mas onde toda forma de capitalismo é incerta e aleatória, a poupança suada e acumulada com dificuldade não confia e vai se colocar onde encontra imediatamente um lucro tangível. Assim, o latifúndio [...] continuará ainda a ser por algum tempo a chaga da economia italiana, ao passo que as empresas industriais do Norte encontram na guerra uma fonte de lucros colossais (GRAMSCI, 1987, p. 63).

A partir dessas afirmações, percebe-se o quanto são infundadas as explicações e justificativas a respeito da questão meridional baseadas no atraso do seu povo, na preguiça e na falta de iniciativa, tidas como características naturais da população sulina. Esse tipo de análise desconsidera o contexto histórico que deu base para o desenvolvimento da sociedade capitalista italiana.

Para ilustrar sua explicação e clarificar sua análise, Gramsci (1987) busca o exemplo de outros países com as mesmas características socioeconômicas da Itália - como a Rússia, a Espanha e a França -, tendo eles um desenvolvimento atrasado do ponto de vista capitalista. O autor percebe que há nesses países uma separação clara entre cidade e campo, fato que desencadeia uma diferenciação entre operários e camponeses. Isso ocorre porque nas cidades agrícolas, onde não houve a instalação de grandes empresas e indústrias, persistem ainda formas econômicas do sistema feudal. Conforme Gramsci (1987, p. 70):

Por isso, a mentalidade do camponês continuou a ser a do servo da gleba, que se revolta violentamente contra os “senhores” em determinadas ocasiões, mas é incapaz de pensar a si mesmo como membro de uma coletividade (a nação para os proprietários, a classe para os proletários) e de desenvolver uma ação sistemática e permanente no sentido de mudar as relações econômicas e políticas de convivência social (GRAMSCI, 1987, p. 70).

Mesmo existindo, no Sul, várias lutas e revoltas dos camponeses contra os grandes latifundiários, elas não obtiveram o mesmo êxito e o mesmo grau de organização que as lutas operárias do proletariado do Norte, porque no Sul os camponeses não possuem coesão entre si. Segundo Gramsci (1987, p. 154), “O Sul da Itália pode ser definido como uma grande desagregação social”. E esta desagregação caracteriza

tanto a organização camponesa quanto os intelectuais. Mais um fato que revela a continuidade da submissão do Sul ao Norte italiano, pois, como se sabe, Gramsci dá primordial importância à atuação dos intelectuais.

Na constituição dos estratos sociais do “grande bloco agrário” meridional, Gramsci encontra três grupos: o primeiro é a massa camponesa, que em número de pessoas representa o maior estrato de todos; o segundo são “os intelectuais da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários e os grandes intelectuais” (GRAMSCI, 1987, p. 154). O último grupo exerce o domínio sobre os demais, sendo a camada dos intelectuais da pequena e média burguesia quem possui a tarefa de realizar a ligação entre os camponeses e o grupo dominante.

Esta ligação entre os camponeses e o grupo dominante acontece da seguinte forma: os movimentos organizados pelos camponeses resultam sempre em alguma articulação com diversos partidos políticos, fragmentando a luta entre os intelectuais que os representam em cada partido. Porém, esses intelectuais são controlados e respondem aos interesses dos grandes proprietários da aristocracia agrária. Assim, sem ter relação direta no embate com os camponeses, o grupo dominante consegue realizar manobras e desarticular a massa camponesa. Segundo Gramsci (1987, p. 158):

Este tipo de organização é o mais difundido em todo o Sul continental e na Sicília. Forma um monstruoso bloco agrário que no seu conjunto funciona como intermediário e guardião do capitalismo setentrional e dos grandes bancos. Seu único objetivo é conservar o *status quo*. Em seu interior não existe nenhuma luz intelectual, nenhum programa, nenhum estímulo para progressos e melhoramentos (GRAMSCI, 1987, p. 158).

Analisando a questão meridional a partir de Gramsci, percebe-se que o bloco industrial-agrário está bastante coeso, não dá espaço para articulação dos camponeses e de certa forma cooptando os intelectuais ainda na sua formação. Como se demonstrou anteriormente, a luta camponesa é amenizada com o trabalho dos intelectuais da pequena e média burguesia; e estes últimos são neutralizados pelos grandes intelectuais porque não encontram espaço para discutir a questão meridional dentro do Sul. Incorporam assim a cultura – e, portanto, a visão de mundo – europeia e mundial, deixando para trás suas inquietudes iniciais do Mezzogiorno. Gramsci estuda tão a fundo esta

questão que chega ao principal nome responsável por esta estratégia burguesa:

Neste sentido, Benedetto Croce cumpriu uma elevadíssima função “nacional”: separou os intelectuais radicais do Sul das massas camponesas, permitindo-lhes participar da cultura nacional e europeia, e através desta cultura fez com que fossem absorvidos pela burguesia nacional e, em consequência, pelo bloco agrário (GRAMSCI, 1987, p. 162).

Além de Benedetto Croce, Gramsci também cita Giustino Fortunato como um dos principais articuladores da reação burguesa italiana frente a qualquer tentativa de mudança ou ruptura na estrutura deste bloco agrário pelos intelectuais. Nesse sentido, pode-se dizer que se criaram dois blocos: o agrário e o intelectual. Gramsci (1987, p. 160) explica sobre a relação destes dois blocos:

Por sobre o bloco agrário funciona, no Sul, um bloco intelectual que praticamente serviu até agora para impedir que as rachaduras do bloco agrário se tornassem muito perigosas e provocassem um desmoronamento.

Desta feita, a partir da função dos intelectuais da pequena e média burguesia, e também da função dos grandes intelectuais meridionais, Gramsci demonstra como se organiza o bloco industrial-agrário burguês da Itália, ao mesmo tempo em que desmantela as teses preconceituosas construídas até aquele momento sobre a questão meridional, estabelecendo uma articulação estreita entre intelectuais e massa. Assim, convoca a classe operária do Norte para destruir este bloco, evidenciando quem deve ser atacado com maior intensidade para sua derrubada:

O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que conseguir, através de seu partido, organizar em formações autônomas e independentes massas cada vez mais numerosas de camponeses pobres; mas terá êxito maior ou menor nessa sua tarefa obrigatória conforme for capaz de desagregar o bloco intelectual que é a armadura flexível, mas enormemente resistente, no bloco agrário (GRAMSCI, 1987, p. 165).

Com estas palavras, Gramsci esclarece porque só a classe operária possui as condições objetivas de desintegrar o referido bloco industrial-agrário, determinado historicamente no contexto da Itália. Ele

repete diversas vezes em seus textos que o camponês e o proletário são os personagens primordiais para a revolução socialista italiana. Especificamente em “Alguns temas da questão meridional”, Gramsci consegue explicar seu posicionamento e o ponto de partida da sua análise para chegar a esta conclusão, mesmo sendo este um texto inacabado por conta de sua prisão.

Para Del Roio (2005, p. 174), dizer que Gramsci propõe simplesmente uma aliança política entre operários e camponeses não abarca tudo o que significa esta união:

[...] Gramsci lança uma noção mais ampla de aliança operário-camponesa, pois, com a inclusão da questão da massa dos intelectuais, está tangenciando o tema do bloco histórico, que implica temas como a organização da produção e do Estado na transição, assim como a questão essencial da organização da esfera subjetiva (DEL ROIO, 2005, p. 174).

Entra em cena, portanto, mais uma vez, a questão da reforma intelectual e moral das massas, pois a adesão dos camponeses e dos intelectuais orgânicos a esta classe deve ser feita com consciência na direção anticapitalista. É preciso criar uma tendência de esquerda entre os intelectuais subalternos meridionais, mas isso será possível apenas na ação concomitante de destruição do controle exercido pelos grandes intelectuais sobre os pequenos.

Neste momento, é imperante a necessidade de versar sobre os intelectuais e sua tarefa na transformação social. No Caderno 12, Gramsci (2000) faz a distinção entre intelectuais orgânicos – vinculados necessariamente a uma das classes fundamentais, organizadores das massas, dando homogeneidade e consciência ao seu próprio grupo – e intelectuais tradicionais – que, apesar de vinculados a um grupo social anterior, permanecem em uma nova ordem social representando uma continuidade histórica não interrompida.

No exemplo da análise do bloco histórico acima descrito, pode-se perceber a partir das considerações de Portelli (1977, p. 99) que os “intelectuais rurais, por sua função social, não são, portanto, os intelectuais orgânicos do campesinato”. São antes seus adversários, porque primeiramente não respondem às expectativas e necessidades dos camponeses enquanto classe social subalterna; e ainda arrendam suas terras ao camponês levando uma vida parasitária como rentistas.

Nesse sentido, é importante fazer um parêntese a respeito do pequeno burguês rural que não trabalha e vive da renda dos juros e do

aluguel das suas terras aos camponeses. Também este é outro problema com que Gramsci se defronta em sua análise, admitindo que “pode-se repetir, para parcela significativa da população desse tipo de cidade, o provérbio popular: quando um cavalo caga, cem pássaros almoçam” (GRAMSCI, 2001, p. 244-245). Esta é uma característica de países mais antigos, pois se percebe essa peculiaridade em praticamente todos os países da Europa, o que não ocorre, por outro lado, no continente americano.

Dentro da sua definição de intelectuais, Gramsci (2000) percebe também diferenças entre intelectuais de tipo urbano e de tipo rural: os primeiros são ligados à indústria, portanto, funcionários especializados em funções técnicas dentro das fábricas e empresas. Já os intelectuais de tipo rural podem ser classificados em sua maioria como tradicionais, pois se ligam à massa camponesa e à burguesia exercendo funções políticas, porém em cidades onde não ocorreu ainda o desenvolvimento capitalista. Sobre o estudo dos intelectuais e da vida dos camponeses, Gramsci revela que

Não se compreende nada da vida coletiva dos camponeses, nem dos germes e fermentos de desenvolvimento nela existentes, se não se leva em consideração, se não se estuda concretamente e não se aprofunda esta subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende (GRAMSCI, 2000, p. 23).

Sendo assim, o autor ressalta mais uma vez a importância que o tema dos intelectuais possui em suas análises, e também a função decisiva deste sujeito – individual ou coletivo – na história das sociedades, às vezes sendo mesmo de forma consciente, e outras de forma inconsciente.

Desta forma, fazendo a leitura da obra gramsciana, é inquietante a forma como Gramsci demonstra a responsabilidade e a capacidade de ação da classe trabalhadora em seu meio social, através das relações e vínculos que estabelece com os intelectuais.

Como defende Semeraro (2014), a história moderna não é feita apenas pela classe dominante burguesa, mas é também a história dos sujeitos políticos cheios de vontade coletiva. Corrobora-se com essa definição de Semeraro, e com a afirmação de Gramsci (2011, p. 59) “Odeio os indiferentes”, porque, tomando partido ou não, sendo indiferente ou não, a História avança e o mundo é transformado.

O que acontece não acontece tanto porque alguns querem que aconteça, mas sobretudo porque a massa dos homens abdica de sua vontade, deixando que outros façam, que se formem os nós que depois só a espada poderá cortar, que se promulguem as leis que depois só a revolta fará ab-rogar, que subam ao poder os homens que depois só um motim poderá derrubar (GRAMSCI, 2011, p.60).

Neste texto, escrito em 1917, Gramsci expõe sobre a necessidade das pessoas tomarem partido e fazerem suas escolhas, para que a sociedade não seja apenas de homens, mas de cidadãos. Surge deste modo, a importância da ação dos intelectuais e da sua predisposição a estimular as massas a se sentirem partícipes do processo social, pois a História não é fatalidade, não segue um curso natural, mas é criada e recriada pelos sujeitos.

## Capítulo II – Constituição da questão nordestina no Brasil

Com um território de mais de oito milhões de km<sup>2</sup> (IBGE, 2013), a República Federativa do Brasil é o maior país da América Latina e o quinto maior em nível mundial. Esse imenso território é dividido em cinco grandes regiões, as quais se caracterizam por certos aspectos geográficos, sociais, econômicos e culturais. São elas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Existem muitas diferenças marcantes entre essas regiões, fato naturalmente evidenciado em países de território extenso como o Brasil. Porém, o objeto da presente pesquisa são as acentuadas desigualdades sociais e econômicas existentes, principalmente no que tange à região nordestina, considerada a mais empobrecida de todas. Para além das desigualdades socioeconômicas, compreende-se também a questão a partir de uma abordagem da cultura.

Para esclarecer sumariamente, o nome “questão nordestina” foi inspirado na “questão meridional” de Antônio Gramsci. Como se tem apresentado no decorrer deste trabalho, a questão meridional refere-se à diferença econômica entre as regiões Norte e Sul da Itália: o Norte é a região com o desenvolvimento capitalista mais avançado, onde estão instaladas as indústrias e as maiores empresas, sendo também a região em que há maior acesso à cultura e onde se encontram os maiores centros urbanos; já o Sul, em discrepância com o Norte, permanece uma região empobrecida e atrasada economicamente.

A principal contribuição de Gramsci na análise da questão meridional é a afirmação de que, sem os camponeses do Sul, os operários do Norte jamais realizariam com êxito a revolução socialista na Itália.

Comparado ao Sul da Itália, o Brasil possui a região Nordeste como um território caracterizado pelo pauperismo e subdesenvolvimento econômico. Entre o Mezzogiorno italiano e o Nordeste brasileiro existem diferenças significativas. Porém, também há semelhanças: assim como Gramsci (1987) explicita os comentários preconceituosos da população do Norte contra os meridionais, também no Brasil há esse tipo de preconceito contra os nordestinos.

São corriqueiras, nas regiões meridionais brasileiras, discussões sobre a “inutilidade” do Nordeste. Surgem argumentos que supõem a não contribuição econômica dessa região, e como consequência, a necessidade de o restante do país arcar com os custos desta parte considerada não produtiva. Juntam-se a isso comentários preconceituosos contra as diferenças culturais, étnicas e raciais da identidade nordestina.

Porém, nem sempre foi assim. Logo que Portugal iniciou a colonização na então colônia brasileira, a região Nordeste foi a primeira a ser povoada e explorada, pois havia uma grande exigência em garantir que o litoral não fosse invadido por outros países. Assim, os primeiros grandes centros do Brasil instalaram-se no Nordeste, em detrimento das outras regiões. As capitânicas de Pernambuco e Bahia eram consideradas os principais centros econômicos. Prova disso é que a primeira capital do país foi Salvador, atual capital do estado da Bahia.

Para compreender como houve essa movimentação e transferência de um polo econômico para outro centro, é necessário voltar alguns séculos na História e lê-la a partir desta perspectiva. Deste modo, realiza-se a seguir um percurso teórico com os principais autores da História brasileira, com o objetivo de construir um esboço dos princípios explicativos que contribuíram para o desenvolvimento da questão nordestina.

## **2.1 Formação social e econômica do Brasil**

Pleonasticamente, iniciar-se-á do começo. O começo é aqui representado pela chegada dos portugueses ao Brasil, ou Terra da Vera Cruz, conforme a Carta de Pero Vaz de Caminha (2015, p. 1):

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz (CAMINHA, 2015, p. 1).

Esta foi a primeira impressão portuguesa documentada a respeito das terras brasileiras, em 10 de maio de 1500. Compreende-se a importância e a contribuição das etnias indígenas na constituição do país atualmente denominado Brasil, porém, na falta de documentos históricos anteriores ao fato do “descobrimento”, e levando em conta as perspectivas da pesquisa, delimitou-se este como o ponto de partida para o presente estudo.

Conforme extensa bibliografia sabe-se que Portugal já fazia conta da existência das terras americanas há muito tempo. Porém, a definitiva exploração ocorreu somente quando lhe foi conveniente. Isso porque Portugal possuía outras colônias de exploração e realizava rotas marítimas comerciais nas Índias, e, portanto, só mais tarde veio a interessar-se pela colônia sul-americana.



Desta feita, necessitando expandir seus negócios ultramarinos, os portugueses chegaram ao Brasil procurando por produtos comerciáveis na Europa. Assim, as primeiras expedições foram no sentido de extrair madeiras como o pau-brasil e outros produtos tropicais. Mais tarde, com a divisão das terras em capitanias e a distribuição de sesmarias, houve então a expansão da colonização e o uso da terra para produção agrícola.

Caio Prado Júnior (1961, p. 25) explica que o sentido da colonização portuguesa define-se por “uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”. Simples assim. Segundo o autor, nas colônias da América do Norte, não deixando evidentemente de explorar seus recursos, houve um interesse maior por parte dos colonizadores em povoar a terra. Como a Inglaterra possuía considerável contingente populacional na época, transferiu famílias inteiras para a sua colônia, e estas realmente organizaram uma sociedade à semelhança da europeia.

Já no Brasil, a colonização foi realizada de forma diferente, pois o português não tinha interesse em trabalhar e fixar moradia, mas somente de enriquecer. Assim, ele reúne dois elementos para efetuar a colonização: uma fonte de recursos naturais generosa e o trabalho forçado de indígenas ou africanos (PRADO JÚNIOR, 1961).

É desta forma que se inicia o processo de colonização das terras brasileiras. Primeiramente, a metrópole dividiu a colônia em doze capitanias e entregou-as cada uma a um governador com poder de soberania. Mais tarde, utilizou o sistema de sesmaria e distribuiu o território aos interessados. Segundo Motta (2012, p. 122),

Conceder terras pelo sistema de sesmaria era, antes de tudo, uma concessão política, e não territorial. A concessão, ao expressar o poder daquele que concede, no caso a Coroa, impunha a submissão dos que a recebiam, na crença de um Estado que se fundamentava na hierarquia de toda a sociedade (MOTTA, 2012, p. 122).

Ao proceder desse modo, Portugal exercia seu controle sobre os sesmeiros e lucrava com os produtos por eles produzidos. Como havia muita terra a ser desbravada e pouca mão de obra, se fez necessário o uso de força humana escrava no trabalho agrícola. Isso não era de fato um problema para um país que dominava o tráfico negreiro em nível mundial. Desta forma, gradualmente e à custa de muito suor e sangue de homens e mulheres africanos e indígenas, o Brasil foi sendo colonizado.

Por conta das condições geográficas e populacionais da colônia, predominou, como tipo de produção agrícola, a grande lavoura de

monocultura. O litoral foi ocupado primeiramente e ali se instalaram os primeiros engenhos de cana, principalmente no litoral nordestino.

Tendo como referência o mapa abaixo, e não a divisão política atual, a colonização iniciou-se principalmente nas capitanias de Pernambuco e Bahia. Com menor intensidade, houve deslocamentos para as capitanias do Grão-Pará, Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro e São Pedro.

Imagem 1 – Brasil em 1709



Fonte: Revista Guia Fundamental<sup>9</sup>.

Conforme Gilberto Freyre (1951, p. 97) explica sobre o Nordeste monocultor de cana: “A história natural – como a social – do Nordeste da cana, nestes quatro séculos, é uma história de desequilíbrio, em grande parte causado pelo furor da monocultura. Suas fomes, algumas de suas secas e revoluções são aspectos desse drama”. Em várias passagens o autor culpabiliza a monocultura como causa de muitos males da região, principalmente a fome. É uma contradição espantosa: tanta terra produzindo e tanta gente passando fome.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://revistaguiafundamental.uol.com.br/professores-atividades/121/artigo329870-2.asp>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

Não havia o preparo cuidadoso da terra e, como consequência, a cada pouco intervalo de tempo, era necessário derrubar matas virgens e refazer as lavouras em novos terrenos. Como explica Sérgio Buarque de Holanda (1963, p. 24):

A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. [...] E verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprêgo do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos (HOLANDA, 1963, p. 24).

Segundo o autor, isso se justifica pelo fato de a Europa ainda não estar industrializada e realizar o próprio cultivo dos seus produtos de subsistência. O problema da monocultura colonial estava em sua forma exacerbada de exclusividade. Não raro faltavam os produtos de subsistência diária nas vilas e nos pequenos centros urbanos, pois aqueles não eram produzidos nas grandes lavouras. Alguns estudos apontam os grandes índices de mortalidade infantil e de desnutrição alimentar em crianças e adultos como resultados da monocultura (FREYRE, 2006; CASTRO, 1952).

A forma de exploração da terra era primitiva, sem cuidados mínimos de adubação, por exemplo. A única preocupação era produzir mercadorias a serem vendidas no mercado externo. Como explica Prado Júnior: “É assim que se formou e sempre funcionou a economia brasileira: a repetição no tempo e no espaço de pequenas e curtas empresas de maior ou menor sucesso” (1961, p. 123). Se o mercado externo estava comprando açúcar, era somente a cana que se produziria nas lavouras brasileiras; se fosse algodão, da mesma forma. O sistema era de monocultura, pois se aproveitava toda a terra naquela produção, e quando não havia mais necessidade do produto ou a terra não tinha mais serventia, simplesmente abandonava-se o território. Ainda nas palavras do autor:

Cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará algodão ou café: simples oportunidade de momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo, um comércio instável e precário sempre. [...] a colonização não se orientara no sentido de constituir uma base econômica, sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para

a satisfação das necessidades materiais que nela habita (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 67).

São estas empresas econômicas citadas pelo autor que definem, enfim, o fluxo populacional da colônia, pois os negócios – e, por conseguinte, as pessoas – moviam-se conforme as necessidades do mercado externo.

Freyre (1951, p. 106) nomeia de “sistema militar de agricultura” no Nordeste açucareiro, salientando os traços da monocultura, da escravidão e do poder absoluto exercido pelos senhores de engenho. Vai além ainda, acrescentando que o açúcar na verdade é quem estava no comando: “Açúcar com A maiúsculo. Açúcar místico. Um açúcar dono dos homens e não ao serviço da gente da região” (FREYRE, 1951, p. 107). E assim perpetuava-se a mesma lógica: o açúcar mandava no Nordeste, o ouro mandava no Centro-Oeste, o café em São Paulo, o algodão no Maranhão; o homem era apenas um meio para produzir.

Salienta-se um dado interessante: os portugueses implantaram no Brasil “uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 1963, p. 57). Os poucos e distantes centros urbanos que existiam não faziam parte da estrutura econômica e social da colônia. Tudo acontecia no meio rural.

Corroborando com esta ideia, o padre jesuíta André João Antonil, explica que cada engenho de cana deveria ter todos os profissionais urbanos necessários dentro do próprio engenho. E ainda aconselha aos senhores de engenho:

Quem se resolve a lidar com engenho, ou se há de retirar da cidade, fugindo das ocupações da república, que obrigam a divertir-se, ou há de ter atualmente duas casas abertas, com notável prejuízo aonde quer que falte a sua assistência, e com sobrada despesa (ANTONIL, 1711/1982, p. 93).

Ou seja, a cidade não era bem vista aos olhos do jesuíta porque trazia muitas dispersões e tirava o foco do senhor de engenho em relação aos seus afazeres. Enfim, o mundo colonial resumia-se ao meio rural. Nem mesmo a venda dos produtos era realizada pelo senhor de engenho, que delegava essa função a terceiros para não afastar-se da fazenda.

O aspecto das construções de uma fazenda de engenho foi descrito por Freyre (1951, p. 60) como a “geometria da colonização agrária”, por formar-se um triângulo entre: casa grande com senzala, engenho e capela. Todas as fazendas tinham essas três construções, que são o triângulo rural do Nordeste e adquiriram “expressão política e não apenas econômica na vida brasileira”. Esse triângulo sintetiza o tipo de

colonização efetuada: a marca da escravidão e da dominação patriarcal, o engenho de cana para fabricar o açúcar e a presença constante da religião na vida social.

O sistema da grande lavoura de monocultura perpetuou-se incomensuravelmente no Brasil. Foi esta a maneira que se aprendeu a produzir neste país, e assim continuou mesmo depois da Independência, conforme explica Prado Júnior (1961, p. 121):

Tanto não era apenas o regime de colônia que artificialmente mantinha tal situação, que abolido êle com a Independência, vemo-la perpetuar-se. O Brasil não sairia tão sedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial a outros respeito, e em que o “sete-de-setembro” não tocou. A situação de fato, sob o regime colonial, correspondia efetivamente à de direto. E isto se compreende: chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como desde o princípio, aquêle agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de tôda sua riqueza; e doutro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isto; máquinas de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema. Pela própria natureza de uma tal estrutura, não podíamos ser outra coisa mais que o que fôramos até então: uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio (PRADO Jr. 1961, p. 121).

Corrobora-se com a explicação do autor, pois a estrutura colonial plasmou-se de tal forma que se notam vestígios dela até a atualidade. Ao longo das décadas mudaram as metrópoles, porém, os laços de dependência econômica perpetuaram-se sob novas formas e com outros países. A pouco mais de dois séculos da proclamação da Independência, ainda aparecem resquícios da era colonial e todos os brasileiros, bem como as instituições, possuem uma herança histórica deste período.

Acompanhando as atividades econômicas do país, a população movimentava-se paulatinamente. Nas primeiras décadas da colonização, quando o único intuito era produzir açúcar, havia maior contingente populacional nos locais em que estavam instalados os moinhos de engenho, ou seja, na atual região Nordeste. Segundo Caio Prado Júnior

(1961), a região mais rica e populosa da época era o Recôncavo Baiano, o qual abrigava 260 engenhos de açúcar.

Juntava-se à Bahia a capitania de Pernambuco, famosa pelo seu litoral propício à navegação e pela quantidade de abrigos naturais existentes para as embarcações (PRADO JÚNIOR, 1961). Esse fato torna-se de grande importância, quando se considera que a única forma de comunicação na colônia era a via fluvial.

E por fim, completam-se os três grandes centros populacionais da época com a capitania do Rio de Janeiro, a qual era responsável por escoar a produção do açúcar para o exterior. Esses dados levantados por Prado Júnior oferecem uma noção da densidade populacional brasileira.

Em sua totalidade, descontando a incerta população indígena “podemos avaliar em cerca de 3.000.000 a população brasileira no dobrar do século XVIII” (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 30). Destes, cerca de 60% viviam na faixa litorânea, ficando a menor parte distribuída em todo o restante e extenso território.

Uma condição interessante sobre a densidade populacional do período colonial, a qual traz consequências até a atualidade na questão agrária brasileira, diz respeito à distribuição de terras. Essa distribuição era realizada pela coroa portuguesa de forma muito desigual, sendo cedidas porções enormes de terras em troca, muitas vezes, de favores pessoais. Para citar um exemplo, Antonil (1711/1982, p. 200) menciona que quase todo o sertão da Bahia pertencia apenas a duas famílias da mesma cidade.

Em contraposição às concessões territoriais ilimitadas, a metrópole realizou tentativas no sentido de disciplinar a ocupação, segundo Motta (2012), estabelecendo uma quantidade determinada de três léguas para cada pedido. Contudo, a imposição destes limites não era respeitada, pois não havia um controle e as terras sequer eram medidas.

As palavras de Antonio José Gonçalves Chaves em 1822 esclarecem através de cinco fatos a situação “absurda” do sistema de distribuição de terras, o qual ele combatia:

1º fato. Nossa população é quase nada em comparação da imensidade de terreno que ocupamos há três séculos;

2º fato. As terras estão quase todas repartidas e poucas há a distribuir que não estejam sujeitas a invasões dos índios.

3º fato. Os abarcadores possuem até vinte léguas de terreno e raras vezes consentem a alguma

família estabelecer-se em alguma parte de suas terras, e mesmo quando consentem, é sempre temporariamente e nunca por ajuste que deixe ficar a família por alguns anos.

4º fato. Há muitas famílias pobres – pobres vagando de lugar em lugar segundo o favor e o capricho dos proprietários de terras e sempre falta de meios de obter algum terreno em que façam um estabelecimento permanente.

5º fato. Nossa agricultura está em o maior atraso e desalento a que ela pode reduzir-se entre qualquer povo agrícola, ainda o menos avançado em civilização (CHAVES, 2004, p. 125 apud MOTTA, 2012, p. 251-252).

Conforme o autor informa, a população era pequena para um território muito grande. Isso explica porque ela se aglomerava no litoral, enquanto o interior permanecia despovoado. Entretanto, apesar de a população ser relativamente pequena, ainda assim as terras estavam mal distribuídas. De um lado, havia muitos pobres despossuídos de terra para plantar e de local para viver; enquanto do outro lado, os proprietários não conseguiam utilizar toda a terra de que dispunham por falta de mão de obra e pelas arcaicas técnicas agrícolas empregadas.

Deste panorama geral da distribuição de terras brasileiras, excetuam-se as áreas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No estudo de Motta (2012, p. 165), a autora encontrou poucas confirmações de terras para esta capitania afirmando em sua obra que “a região nasceu no processo de gestação de intensos conflitos”. Essas áreas foram de fato povoadas somente no século XIX por estarem afastadas dos principais centros da colônia e por se tratarem de áreas em limite de fronteira.

Deste modo, dois fatores irão interferir para que a população se espalhe adentrando no interior, a oeste do imenso território: a descoberta dos minérios de pedras e metais preciosos no Centro-Oeste, e também a expansão das fazendas de criação de gado primeiro no Nordeste e depois no Sul. Já na Amazônia, as missões católicas e a busca por produtos naturais da floresta causaram o aumento da população, de forma diferente ao restante do país (PRADO JÚNIOR, 1961).

Sendo assim, na parte que compreendia as capitâncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás houve um grande salto de transferência populacional no início do século XVIII, quando o foco das atividades econômicas eram os minérios. Porém, segundo Prado Júnior (1961), no

terceiro quartel do mesmo século a população voltou a diminuir nessa região, porque as minas se esgotaram rapidamente.

Ainda no que se refere ao período de mineração, Antonil (1711/1982) explica como a descoberta das minas alterou o comércio interno brasileiro, fazendo aumentar os preços dos produtos. Segundo o autor, como parte da população migrou à região Centro-Sul, faltava mão de obra na produção de alimentos e mantimentos, pois a maioria dos escravos foi enviada para trabalhar nos garimpos, os quais eram mais lucrativos do que as lavouras de cana. Assim, diminuiu a oferta de produtos e os preços aumentaram. Além disso, os melhores produtos passaram a ser comercializados nos centros mineradores, pois estes se tornaram rapidamente mais lucrativos no negócio da colônia.

O irem, também, às minas os melhores gêneros de tudo o que se pode desejar, foi causa que crescessem de tal sorte os preços de tudo o que se vende, que os senhores de engenhos e os lavradores se achem grandemente empenhados e que por falta de negros não possam tratar do açúcar nem do tabaco, como faziam folgadoamente nos tempos passados, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal (ANTONIL, 1711/1982, p. 194).

Apesar de todas as mudanças ocorridas em torno da descoberta das minas, o período de apogeu deste comércio foi curto se comparado à de outros produtos, como a cana de açúcar, por exemplo. E o resultado desse rápido surto de povoamento foi o também rápido abandono destes locais.

Diferentemente do ocorrido na região das minas, o povoamento do interior das capitanias Bahia e Pernambuco foi menos intenso, porém mais duradouro, pois houve um avanço gradual das grandes fazendas de gado (PRADO JÚNIOR, 1961). O problema do sertão nordestino eram as condições climáticas, as quais prejudicavam a atividade. Entretanto, enquanto não havia concorrência, a atividade pecuária crescia na região. Mais tarde, entretanto, quando houve a ascensão das fazendas do Sul, a região nordestina reduziu-se gradualmente a poucos e pobres agricultores.

Quando se refere ao povoamento da região Sul do Brasil, Caio Prado Júnior estabelece algumas relações entre as regiões povoadas através da atividade pecuária. Apesar de o clima do Sul ser muito agradável e propício à produção agrícola,

[...] O povoamento ainda é aí escasso em princípios do séc. XIX, muito mais que o dos



sertões do Nordeste, tão inferiores do ponto de vista das condições naturais. A explicação é fácil. O que os fatores locais não concederam ao Nordeste, supre-o a sua posição de hinterlândia da mais velha, extensa e povoada região da colônia: o Norte açucareiro. Enquanto isto, aqui no Sul, os campos pastoris giram na órbita de um litoral escassamente povoado, excêntrico ao eixo econômico da colônia que se orienta naturalmente para Portugal, para a Europa. Estamos no sul da colônia, num fim de mundo do séc. XVIII. Não fôsse a navegação a vapor que o aproximaria mais tarde dos focos da nossa vida, e estaria ainda, com certeza, caminhando na retaguarda do país (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 59).

Segundo o autor, a diferença substancial entre as duas regiões dependeu, sobretudo da posição geográfica para que o Nordeste estivesse mais povoado e desenvolvido economicamente do que o Sul no início do século XIX. Essa explicação é válida para um período em que o Brasil não estava ainda totalmente ocupado, as vias de comunicação eram lentas e insuficientes, e havia extensas faixas de mata virgem que ainda cobriam o território. Nesse sentido, o Sul ficava realmente excluído dos centros econômicos, e só mais tarde, com o fluxo migratório de europeus e também com a construção de rodovias e estradas, a região passou a desempenhar algum papel significativo na economia do país.

Ainda segundo Caio Prado Júnior (1961), a evolução das correntes de povoamento do Brasil distingue-se em três grandes fases: a primeira do início da colonização até o final do século XVII – período de ocupação inicial dos portugueses em solo brasileiro, predominantemente no litoral; a 2ª fase ocorre no início do século XVIII com a ocupação da região Centro Oeste do país em razão do descobrimento do ouro/mineração; e a 3ª fase se dá a partir da segunda metade do século XVIII, com o fim da mineração e o favorecimento da agricultura, tendo característica de povoamento mais lenta. Nesta última fase, ocorre a decadência da pecuária no Nordeste, assolado pela seca, transferindo-se a atividade para o extremo-Sul.

## **2.2 A “Revolução Burguesa” no Brasil do século XIX**

No decorrer do século XIX, sucederam uma série de mudanças no Brasil, as quais deram vazão à constituição do Estado brasileiro, à

consolidação de uma economia capitalista, e ao desenvolvimento da indústria e do comércio interno – embora muito timidamente e de maneira gradual.

Na análise de Prado Júnior (1961), é grande a importância do século XIX para compreensão do passado e do futuro do Brasil, porque este século demonstra o significado dos trezentos anos de submissão colonial e a sua herança, como também a forma de organização das instituições. Esse longo processo, caracterizado por alguns autores como “revolução burguesa”, desencadeou alterações políticas, sociais, econômicas e culturais em todo o país.

Uma das consequências mais importantes de todo esse processo para o presente estudo foi o progressivo apagamento da região Nordeste, anteriormente reconhecida como polo de concentração da riqueza e do poder político e econômico do país. Foram selecionados quatro eventos que contribuíram nesta alteração: a Independência do Brasil, a Abolição da Escravatura, a imigração de trabalhadores europeus e o surgimento do fazendeiro de café como agente central da economia.

O primeiro grande acontecimento de consequências irremediáveis na conjuntura brasileira foi o processo da independência ocorrido em 1822. Prado Júnior (1981) explica que na verdade, a era colonial terminou em 1808, quando a corte portuguesa transferiu-se para o Brasil, tendo muitas implicações e mudanças na relação entre metrópole e colônia. Desta forma, os acontecimentos de 1808 foram precursores e tiveram grande importância para a proclamação da independência, ocorrida quatorze anos mais tarde.

Sobre esse processo, Florestan Fernandes (1981, p. 31) aponta:

A Independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da “era colonial”; como ponto de referência para a “época da sociedade nacional”, que com ela se inaugura (FERNANDES, 1981, p. 31 – grifos do autor).

Conforme a explicação do autor, apesar de a independência do Brasil não ter sido resultado de um movimento de massas, mas antes um acordo entre os estratos dominantes, ainda assim merece o seu local de destaque, pois representou para o país a quebra com o estatuto colonial dominado por Portugal.

Na prática, sabe-se que a independência foi exclusivamente política, e as mudanças ocorreram mais acentuadamente neste âmbito. A economia praticamente continuou baseada na venda de produtos agrícolas no mercado externo, o trabalho escravo não foi abolido, instituiu-se o Império do Brasil, cujo imperador era português, e os senhores da grande lavoura – ou estamentos senhoriais – continuaram a perpetuar seu poder, inclusive nos centros urbanos. Entretanto, deve-se considerar que a partir desse período, iniciaram algumas transformações no modo de vida e na cultura da população, a qual passava de forma lenta, a tornar-se mais urbana do que rural, adquirindo aos poucos um modo de vida burguês.

A esse caráter da “revolução burguesa”, Fernandes chama de “revolução dentro da ordem”, pois apesar de haver um “rompimento com o estatuto colonial”, erigiu-se “a construção da ordem nacional a partir da herança colonial” (FERNANDES, 1981, p. 55).

Já Luiz Werneck Vianna conceitua a independência como uma “revolução sem revolução” (VIANNA, 2004, p. 44), pois não havia rivais significativos externos e internos. Por ter sido proclamada pelo próprio príncipe herdeiro do trono português, realizou-se um processo de cooptação imediata das lideranças de um possível movimento nacional-libertador.

Desta feita, pelo modo como se arquitetou a independência, ela não teria mesmo a capacidade, naquele momento, de realizar algo mais do que a separação política do Brasil em relação a Portugal. Porém, foi o primeiro passo para, mais tarde, acontecerem outras transformações em decorrência dela.

Outro fator importante para a transformação da sociedade brasileira do século XIX foi a abolição da escravatura. Também foi decretada pelo alto e não se caracterizou como um processo de conquista de direitos pela numerosa população escrava. Fernandes demonstra de onde partiram os primeiros sinais de superação da ordem escravocrata:

Foi nas cidades de alguma densidade e nas quais os círculos “burgueses” possuíam alguma vitalidade que surgiram as primeiras tentativas de desaprovação ostensiva e sistemática das “desumanidades” dos senhores e de seus prepostos. [...] desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o

que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 1981, p. 19 – grifos do autor).

Destarte, a abolição foi necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas na sociedade nacional, pois, apesar de independente, o Brasil permanecia com sua base econômica colonial. Fernandes demonstra que as pressões internas para a efetivação da abolição não partiram dos núcleos agrícolas senhoriais, pois a produção agrícola era lucrativa com a utilização da força de trabalho escrava e, portanto, atingia seus objetivos.

Conforme Prado Júnior (1981, p. 104): “realmente a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas; e não havia aparentemente um substituto possível”. Desta forma, o sistema escravista torna-se insustentável somente a partir da suspensão do tráfico negreiro em 1850, porque a taxa de natalidade dos escravos era muito baixa para suprir as demandas.

Concomitante a suspensão do tráfico negreiro, houve o início da imigração de trabalhadores europeus, dando condições para que assim fosse de fato abolida a escravidão em 1888. Porém, antes disso, no alvorecer do século XIX, ser proprietário de escravos era tão importante quanto ser proprietário de terras, pois não havia força de trabalho disponível no mercado e também conferia maior status e poder aos senhores rurais.

Para ter ciência “do cabedal que há de ter o senhor de um engenho real”, Antonil (1711/1982, p. 75) explicita:

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino (ANTONIL, 1711/1982, p. 5).

Conforme o autor demonstra, diante da magnitude do título de senhor do engenho na sociedade colonial escravista, entende-se porque dar a liberdade aos escravos significava a perda não só de dinheiro ou bens, mas também a perda de poder e status.

Para substituir a mão de obra escrava, foi incentivada a imigração de trabalhadores proveniente de diversos países europeus. Esses

imigrantes trouxeram consigo culturas diferentes e foram aos poucos modificando a estrutura social do país. Tiveram participação singular na superação do estatuto colonial, nas alterações do modo de produção agrícola e no crescimento do mercado interno.

Além disso, a imigração europeia constituiu fator particularmente notável na estimulação dos padrões culturais da população brasileira. O que tem como comprovação fácil e imediata a grande diferenciação verificada, sob esse aspecto, entre o sul e o norte do país, e que se deve em grande senão principal parte à incorporação num caso, e ausência em outro, de apreciáveis contingentes demográficos que se situavam em níveis sensivelmente superiores, culturalmente, aos da preexistente massa da população trabalhadora do país (PRADO JÚNIOR, 2014, p.85-86).

Desta forma, os imigrantes trouxeram perspectivas para os setores populares acessarem bens de consumo e padrão de vida mais elevados. Também se alterou a forma de inserção dos trabalhadores na organização econômica, pois até então eram incluídos apenas como força de trabalho no ciclo da produção. A partir de agora, não mais escravos, os trabalhadores assalariados poderiam integrar-se no conjunto da sociedade brasileira.

Concernente a esta pesquisa, porém, cabe ressaltar as regiões em que houve afluxo de imigrantes europeus, as quais teriam presenciado alterações em sua força de trabalho, ou seja, Sudeste e Sul, de acordo com Prado Júnior (2014). O Nordeste não recebeu esses imigrantes, portanto, não sentiu aquelas transformações, ou as sentiu com menor incidência<sup>10</sup>.

Juntamente com o imigrante, o fazendeiro de café ocupa papel significativo na superação da ordem colonial. Na análise de Florestan Fernandes (1981), a centralidade é dada a esses dois agentes fomentadores das relações sociais capitalistas, principalmente na região Sudeste, mais precisamente, no oeste paulista. O autor comenta sobre as transformações que “o café” realizou na sociedade brasileira:

As discrepâncias que se podem notar entre o antigo engenho e a primeiras fazendas [de café] não resultaram propriamente dos atributos da planta nem do seu pretenso “caráter democrático”.

---

<sup>10</sup> Sobre a situação dos trabalhadores rurais pós-abolição, ver próxima seção.

Elas emanavam, preponderantemente, de fatores econômicos, sociais e culturais, que modificaram as funções ecológicas e o significado geográfico daquelas adaptações, firmemente preservadas e defendidas (FERNANDES, 1981, p. 106 – grifo do autor).

Essas modificações, de que fala o autor, foram determinantes para a diferenciação decorrente entre o “antigo” senhor de engenho e o “moderno” fazendeiro de café. Os fazendeiros do oeste paulista foram os primeiros a alterarem as formas e as relações de produção, tentando substituir o trabalho escravo e introduzindo concepções modernas na organização da fazenda. Eles também passaram a participar mais ativamente da vida urbana das cidades, adquirindo outras fontes de renda, além da exclusividade de suas fazendas. Consequência direta disso é que seus lucros aumentaram, sendo inadvertidamente atribuído a tal “terra roxa” paulista seu enriquecimento. “Todavia, nesse processo havia surgido outro tipo de fazenda” (FERNANDES, 1981, p. 110). O tipo de terra não era a causa essencial do aumento na lucratividade dos fazendeiros paulistas<sup>11</sup>.

Deste modo, segundo as ilações do autor, o êxito do fazendeiro de café paulista tem a ver com sua posição marginal na economia colonial. Ele não tinha muito a perder realizando essas modificações, e ao mesmo tempo não tinha muitas vantagens a assegurar reproduzindo o sistema colonial. Nesse sentido, foi mais fácil para ele modernizar-se, adotando um estilo bem diferente se comparado ao que predominava no Vale do Paraíba, que dava os primeiros indícios de decadência.

[...] O horizonte cultural do senhor agrário estava tão dominado pelo afã do *status* senhorial que até mais tarde, quando a crise se abatera sobre as fazendas de café do Vale do Paraíba e a derrocada já parecia iminente, ele ainda negligenciava o ponto nefrágico e se furtava a atacar a organização vigente das relações de produção (FERNANDES, 1981, p. 107).

Essas teimosias custaram caro aos fazendeiros tradicionais porque eles simplesmente foram deixados para trás. Não puderam reconhecer que as condições históricas estavam se alterando, e que não

---

<sup>11</sup> Armen Mamigonian (1976) possui uma posição diversa a respeito destes dois sujeitos. Divergindo da tese defendida por Florestan Fernandes, Mamigonian expressa que, ideologicamente, fazendeiros paulistas e senhores de engenho são iguais.

sobreviveriam se persistissem com a produção agrícola baseada no escravismo. Como complementa o autor: “O senhor de escravo, por sua vontade e por suas mãos, escravizava-se ao escravo e à ordem social que se fundara na escravidão, condenando-se a desaparecer quando esta fosse extinta” (FERNANDES, 1981, p. 107).

De forma ainda muito sumária, pode-se compreender as contradições e dinâmicas a que estavam envolvidos os fazendeiros de café do século XIX. Aqueles que não souberam acompanhar os saltos da economia brasileira foram esmagados pelo novo sistema econômico, assentado em relações puramente capitalistas. A grande maioria dos fazendeiros da região nordestina faz parte deste grupo, os quais possuíam ainda fortes vínculos com a aristocracia agrária açucareira, sendo herdeiros de um imperativo status senhorial.

Diferentemente, os fazendeiros do oeste paulista possuíam um espírito mais modernizador, não estavam atrelados a nenhum tipo de tradicionalismo. Estes eram em sua maioria ex-mineradores, comerciantes; ou seja, pessoas que, apesar de ricas, não dispunham de status a preservar, como os patriarcas dos engenhos.

Dessa forma, esses sujeitos financiaram as primeiras indústrias brasileiras, com os lucros da produção agrícola, e incentivaram a expansão do mercado interno. Prado Júnior (2014) explica que tanto o início da indústria brasileira no século XIX, quanto o seu período de consolidação já nas primeiras décadas do século XX, ambos foram iniciativas do setor agrário. Ainda conforme o autor:

As primeiras grandes manufaturas brasileiras são as de fiação e tecelagem do algodão de que o Brasil já era grande produtor. Daí, aliás, a localização dessas indústrias: Maranhão (Caxias) e Nordeste, então principais fornecedores da fibra. [...] Entre as primeiras indústrias paulistas de vulto figura a de tecidos e sacos de juta destinados ao enfardamento do café exportado. E não pode haver dúvidas que de um modo geral o primeiro grande surto da indústria paulista [...] se deve à economia cafeeira (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 115).

Segundo as informações destacadas pelo autor, os dois setores da burguesia existentes na época – agrária e industrial – estavam ligados e mantinham inclusive interesses convergentes. A economia cafeeira de São Paulo, por exemplo, além de disponibilizar capital para instalação das indústrias, era a responsável por formar o mercado interno consumidor das manufaturas produzidas.

Assim, conforme indica Octavio Ianni (1989, p. 151), o capitalismo foi consolidando-se no Brasil:

Por muito tempo, a economia primária exportadora esteve em expansão. A cafeicultura era próspera e caminhava por todos os oestes. Simultaneamente, expandia-se o mercado interno. E a indústria já se manifestava. Depois, houve novos e mais fortes surtos de industrialização. Em escala crescente, o capitalismo desenvolvia-se, e continuou a desenvolver-se, de modo extensivo e intensivo, na cidade e no campo. Em diferentes momentos, e em distintas formas, a divisão social do trabalho articula e rearticula atividades produtivas e setores sociais. Aos poucos, desenvolvem-se as classes sociais, de permeio com os grupos sociais, as diversidades regionais (IANNI, 1989, p. 151).

Esses surtos de industrialização de que fala o autor foram mais fortes na região Sudeste do país, em detrimento das outras regiões brasileiras, ocasionando a superação completa da centralidade que antes era ocupada pela região Nordeste no desenvolvimento econômico brasileiro.

Ocorreu paralelamente ao processo de industrialização, uma proposta de alteração cultural em relação ao trabalho. Ainda muito ligado à ideia do trabalho escravo degradante, era necessário que se internalizasse uma nova concepção de trabalho, a partir das relações de produção capitalistas. Surgem assim, segundo Ianni (1989), diversas formas de pedagogia do trabalho para alterações comportamentais dos sujeitos em relação ao mercado de trabalho.

Porém, “a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social” (IANNI, 1989, p. 154). O crescimento econômico brasileiro do século XX foi acompanhado proporcionalmente por um aprofundamento das desigualdades sociais, e conseqüente acirramento da questão social, evidenciada mais fortemente em algumas regiões como Nordeste e Norte do país.

### **2.3 A escravidão no Brasil**

É inquestionável o papel da escravidão na caracterização do país em seus aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos. Na era



colonial, o uso da mão de obra escrava foi indispensável, pois não havia força de trabalho suficiente. Enquanto os índios não se adaptaram ao trabalho forçado, os portugueses queriam acumular riquezas garantindo altos cargos, sem dispor-se ao trabalho físico. Assim, como o território brasileiro era extenso e parcamente habitado, e como Portugal não tinha população suficiente a fim de deslocar-se até a colônia e realizar a colonização, a metrópole utilizou uma mão de obra constituída por negros africanos escravizados para fazer deste território uma colônia produtiva.

Para Antonil (1711/1982, p. 89): “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. Neste sentido, compreende-se que apesar de desprezada, a massa escrava era a camada da população mais importante para a economia colonial. E também numerosa, pois representava um terço de toda a população do país (PRADO JÚNIOR, 1961).

Nas palavras de Freyre: “O negro tornou-se parte do grande complexo brasileiro de cana de açúcar. A civilização do açúcar não se teria feito sem ele – diga-se mais uma vez. Diga-se sempre. O Padre Vieira viu no negro o Cristo da civilização do açúcar” (FREYRE, 1951, p. 173). Ou seja, o negro foi o principal agente na civilização do açúcar, porém forçado a participar da mesma de uma forma muito cruel.

Assim sendo, salienta-se a importância e o destaque representativo das marcas da cultura negra e africana no Brasil. Autores como Sérgio Buarque de Holanda consideram, exclusivamente, a importância da herança portuguesa na cultura do país. Sobre Portugal, o autor comenta: “Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (1963, p. 15). Com isso, o autor indica que as instituições e a organização da sociedade brasileira foram realizadas pela metrópole de acordo com as instituições portuguesas. Não houve sequer algum tipo de aproveitamento em relação às sociedades indígenas residentes no território brasileiro.

No entanto, a introdução de elementos da cultura africana é tão relevante quanto os elementos da cultura europeia, ou indígena, ou asiática. A distribuição desses diferentes povos no imenso território foi aleatória, determinando a caracterização de diversas etnias no Brasil. Embora, de um modo geral, é esta confluência de diferentes culturas que formou o brasileiro, ele não é resultado exclusivo de uma única raça, conforme indicação dos autores: Caio Prado Júnior (1961), Gilberto Freyre (2006), Octavio Ianni (1966) e Roberto Da Matta (1981).

Ilustre exemplo dado por Freyre é a festa do bumba-meu-boi. O boi era o melhor companheiro para o negro em seu trabalho. Enquanto o cavalo era o animal aristocrático da fazenda, bem cuidado pelo senhor de engenho, o boi representava o trabalhador. Por isso:

Quando depois o boi associou-se também aos dias alegres do negro de engenho – os de dança, de cachaça, de festa – na figura do bumba-meu-boi, é natural que o negro tenha feito desse drama popular um meio de expressão de muita magoa recalcada: a glorificação do boi, seu companheiro de trabalho, quase seu irmão (FREYRE, 1951, p. 140).

Observando o fragmento acima, é possível afirmar que a influência da raça negra na cultura brasileira possui uma peculiaridade intrínseca à sua forma de inserção no país. Diferente dos índios que eram reconhecidamente os donos do território ainda virgem e foram dizimados quase por completo e também considerados seres inferiores aos colonizadores. E diferente também das condições do branco europeu ou asiático, o qual chegava como colonizador, com o único intuito de enriquecer, explorando indefinidamente os territórios e os povos que não possuíam o mesmo grau de desenvolvimento econômico, cultural e social do seu país de origem.

Distintamente desses dois sujeitos, o negro africano foi trazido para o Brasil na degradante condição de escravo com o objetivo de enriquecimento dos países europeus.

Qualquer processo de escravidão é um processo bárbaro e de crueldade exacerbada contra a humanidade. Porém, na análise de Prado Júnior (1961), a escravidão moderna representa um contrassenso muito maior do que a ocorrida em Roma ou na Grécia Antiga. Nessas sociedades, segundo o autor, ela aparece de modo espontâneo, justificável, sendo parte constituinte das relações sociais ali existentes, porque os territórios eram conquistados e populações inteiras eram anexadas ao grupo vencedor. Contudo, na América do século XV, a escravidão reaparece na história humana com características diferenciadas:

Nada mais particular, mesquinho, unilateral. Em vez de brotar, como a escravidão do mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os

vastos territórios e riquezas do Novo Mundo (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 268).

De acordo com o autor, a arrogância dos brancos europeus que viram a possibilidade de escravizar negros africanos – e em menor proporção, indígenas – se mostra hoje revoltante, porque essa condição manchou de sangue e preconceito a História, trazendo consequências até a atualidade. Essas pessoas foram caçadas e retiradas à força do seio da sua família e comunidade, transportadas em condições subumanas nos porões de navios negreiros, descarregadas em um território completamente inóspito e desconhecido para elas, sem compreender sequer a língua de seu algoz, e sendo por fim, condenadas ao trabalho sob pena de castigos cruéis. Inúmeras vezes, animais eram mais estimados que escravos. Estes, eram avaliados apenas por sua aptidão ao trabalho, nada além disso.

Diz-se que bastava ao escravo brasileiro os três P, conforme Antonil (1711/1982, p. 91):

No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, provera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado (ANTONIL, 1711/1982, p. 91).

Como se pode perceber nas palavras do autor, que as escreve nos idos de 1711, o único direito do escravo era a obediência. Em outra passagem da mesma obra, este padre jesuíta aconselha que os senhores não deixem seus feitores maltratar em excesso seus escravos, porque “repreendê-los e chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode e deve permitir para ensino” (ANTONIL, 1711/1982, p. 84). Ou seja, aos senhores cristãos filhos de Deus era permitido espancar seus escravos, porém de forma moderada. E caso o escravo percesse em decorrência de algum tipo de castigo, ao senhor do engenho já seria penitência suficiente o prejuízo de sua morte, pois seria um escravo a menos trabalhando em sua fazenda.

Sendo assim, percebem-se os absurdos cometidos contra esses sujeitos classificados como escravos na sociedade brasileira entre os séculos XVI e XIX. Essas pessoas não eram reconhecidas enquanto sujeitos de direitos porque se acreditava que elas representavam a espécie humana em condição inferior ao europeu, com baixos níveis de inteligência e de cultura, servindo apenas como reles trabalhadores braçais.

Desta forma, é congruente a observação de Ianni (1966, p. 4): “Os mitos dominantes de uma sociedade sempre são os mitos convenientes à preservação da estrutura presente de interesses materiais e conveniências sociais”. Inferiu-se através das leituras realizadas que foi criado um mito defendendo a inoperância do Brasil sem o emprego da mão de obra escrava. Como era imperiosa a manutenção do *status quo* da sociedade colonial, esta manteve consigo a escravidão até o seu limite, ultrapassando inclusive o processo de independência.

Apesar do alto custo de compra de um escravo e do risco que esta aquisição significava, pois eram muitas as doenças pelas condições subumanas de vida. Sem contar que alguns morriam na própria viagem dentro dos navios negreiros<sup>12</sup>; ainda assim os grandes proprietários de terras não queriam abrir mão desta força de trabalho.

Importante salientar, a partir de Joaquim Nabuco (2000), que a abolição significava para o Brasil a extinção não só do escravo, mas também do senhor dono dos escravos. Dar liberdade aos escravos, para o senhor do engenho e para os grandes proprietários de terras em geral, significava perder dinheiro e bens, e o mais importante, perder status.

Em decorrência disso, segundo Fernandes (1981), pode-se compreender porque o movimento abolicionista partiu inicialmente dos centros urbanos, e não das próprias fazendas. Na conjuntura internacional, significava um atraso muito grande em relação aos outros países, o fato de uma economia nacional organizar-se através de bases retrógradas como o escravismo.

Não se busca desmerecer as lutas dos próprios escravos pela sua liberdade. A Bahia, só para citar um exemplo, foi palco de muitas revoltas e formaram-se vários quilombos de escravos fugidos em todo o país. Porém, segundo Ianni (1966), Prado Júnior (1981) e Fernandes (1961) essas revoltas não foram determinantes para a ocorrência da abolição.

---

<sup>12</sup> “Calcula-se que em média somente 50 por cento chegavam com vida ao Brasil, e destes, muitos estropiados e inutilizados” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 59).

Ianni (1966, p. 78) alerta para o fato de que “A coexistência entre a produção mercantil e a escravatura é eficaz enquanto a mercadoria não adquire, de modo pleno, a condição de categoria fundamental do sistema”. Contudo, depois que isso ocorre, em fins do século XIX, essa contradição torna-se insuportável, e então passa a ser plausível no horizonte brasileiro da época, abolir a escravidão. Portanto, era necessário expandir a produção, diminuir os custos, modernizar os métodos de cultura e plantio, ou seja, transformar a antiga fazenda em uma empresa, nos moldes capitalistas. E para tal, a figura do trabalhador também deveria ser alterada, pois a escravidão era um investimento oneroso ao empresário, devendo ser extinta.

Desse modo, a abolição é afirmada com base em interesses puramente econômicos, não voltados aos direitos humanos dos escravos, de tal forma que o mesmo transforma-se em trabalhador livre e a mão de obra em força de trabalho (IANNI, 1966). Porém, os escravos são alforriados sem preparação nenhuma para o trabalho assalariado, sem condições de estabelecimento e de aceitação na sociedade livre.

Desta feita, “O dilema que cerca a existência do negro, depois de 1888, se resume nos seguintes termos: nem ele estava preparado para vender a sua força de trabalho, nem o empresário estava preparado para comprá-la” (IANNI, 1966, p. 18). A fim de substituir as relações sociais provenientes do sistema escravista, surgiram relações de compadrio com o intuito de perpetuar o domínio dos proprietários de terras e donos das fazendas sobre os despossuídos.

Assim, mais uma vez espoliado, apesar de livre, o negro reconhece agora a “condição alienada da liberdade que lhe ofereciam” (IANNI, 1966, p. 18). Preteridos em decorrência da chegada dos imigrantes europeus e asiáticos, os negros foram deslocados às margens das cidades, pois não encontravam emprego e sofriam o preconceito por serem ex-escravos, sem condições mínimas de estruturar-se na sociedade que os repelia.

O imigrante também teve implicância decisiva na reafirmação do racismo, porque ele considerava-se melhor e mais preparado para o trabalho do que o ex-escravo negro. Assim, ao invés de lutar contra o preconceito, o imigrante foi um reprodutor dos “padrões discriminatórios da sociedade brasileira” (IANNI, 1966, p. 81).

Apesar de não mais escravos, esses sujeitos perceberam que ainda estavam muito longe da condição de cidadãos. Concomitantemente multiplicaram-se pesquisas científicas tentando explicar de alguma forma a inferioridade biológica da raça negra – atualmente reconhecidas

como errôneas – contribuindo para uma infundada justificação do preconceito racial.

Nesse sentido, as palavras de Ianni têm muito a colaborar no tema, pois o autor explica a necessidade de uma ideologia nacional preconceituosa, para impedir o avanço democrático:

Como as manifestações discriminatórias geralmente fazem parte de técnicas de preservação de interesses e privilégios, elas podem ser tomadas, ao nível interpretativo, como elementos que impedem ou dificultam a instauração ou expansão de relações democráticas, obstruindo a circulação dos homens, segundo a sua competência ou qualificação. Nesse sentido, o mito da democracia racial é uma expressão ideológica em uma sociedade que não deixa nem pode deixar avançar a democracia (IANNI, 1966, p. 60).

Corroborar-se com as ideias do autor, porque embora tivessem perdido a guerra contra a abolição, os grandes proprietários não abandonariam seu status de senhores. Apenas teriam que garantir de outra forma sua soberania, seu poder de mando e seus privilégios. Desta forma, a partir das ilações de Ianni, percebe-se a contribuição do mito da democracia racial de Freyre (2006) – publicado no livro *Casa-Gande & Senzala* em 1933– como uma forma de justificativa para a naturalização de certos privilégios e interesses da sociedade civil brasileira do século XIX.

Segundo Da Matta, ao mito da democracia racial, poderia ser acrescentado o mito do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda (1963) do livro *Raízes do Brasil* escrito em 1936. Esses dois mitos fazem parte da ideologia dominante de uma época, a qual necessitava justificar e amenizar as discrepâncias políticas e sociais da sociedade brasileira, a partir de discursos apaziguadores entre as classes.

O antropólogo Roberto Da Matta (1981) complementa a presente análise afirmando a independência como um processo indispensável à elite nacional e local para que ela pudesse fomentar suas próprias ideologias, de certa forma, preparando o terreno para a abolição.

O fato de a Abolição se constituir num movimento concreto é uma terrível ameaça ao edifício econômico e social do país. Deste modo, se a ideologia católica e o formalismo jurídico que veio com Portugal não eram mais suficientes para sustentar o sistema hierárquico, era preciso uma

nova ideologia. Essa ideologia, ao lado das cadeias de relações sociais dadas pela patronagem e que se mantiveram aparentemente intactas, foi dada com o racismo (DA MATTA, 1981, p. 69).

Nesse sentido, fica claro que havia a necessidade na época de se utilizar o racismo como tema de reflexão científica, para justificar as relações hierárquicas da “nova” ordem social, após a abolição. Assim, segundo o antropólogo, a ideologia dominante da elite brasileira criou a “fábula das três raças” e o “racismo a brasileira” (DA MATTA, 1981, p. 68), com um discurso harmonioso de união dessas três raças, as quais formam o brasileiro, porém sempre obedecendo a certas posições hierárquicas, ditas naturais.

Ainda segundo Da Matta (1981), nos Estados Unidos foi necessária a segregação racial para assegurar a superioridade do branco. Já no Brasil, o sistema de hierarquias garantia essa superioridade do branco como grupo dominante, sendo necessária apenas uma ideologia racista – assentada em diferenças biológicas entre as raças – para justificar essa dominação.

Apesar de abolida a escravidão, a patronagem perpetuou-se, fazendo parte das relações sociais hierárquicas. É sobre este assunto que trata o próximo item.

## **2.4 A Cultura política brasileira**

São diversos os fatores que contribuíram no processo de constituição do que se denomina cultura política brasileira: desde a forma de exploração dos recursos naturais, a presença da população indígena, a utilização de mão de obra escrava, o domínio da aristocracia agrária, a Independência e a proclamação da República como revoluções pelo alto, as revoltas sociais em diversos pontos do país, as constantes contrarrevoluções burguesas, os períodos ditatoriais, a repressão policial e militar, dentre muitos outros.

No sistema de produção agrícola colonial coexistiram três elementos predominantes, que continuaram aparecendo em todos os ciclos econômicos posteriores até o final do século XIX e por todo o território: a grande propriedade, a monocultura e a escravidão. Esses três elementos dão o tom da estrutura social existente no período colonial, demonstrando o grau do domínio português e a forma organizativa desse sistema. Contudo, a monocultura e a grande propriedade são características existentes até hoje na agricultura brasileira, tendo ainda a

presença de grandes latifúndios, os quais dominam a produção agrícola e encontram respaldo no agronegócio a nível internacional.

Especificamente no Nordeste, após a falência e extinção da maioria dos engenhos tradicionais, criaram-se usinas para produção de açúcar e outros derivados da cana, industrializando-se o processo com novos maquinários. O escravo foi substituído pelo trabalhador rural:

Já não se trata de uma civilização como foi a patriarcal, neste mesmo Nordeste da cana, com seus sinais de + e de -, embora o de - preponderando. O açúcar de usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente na valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de - em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais de vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase sempre em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta (FREYRE, 1951, p. 258).

Parece que Freyre está dizendo “ruim com o sistema patriarcal escravista, pior sem”. Infelizmente, essa assertiva é dada pela piora nas condições de vida dos trabalhadores após a abolição. Bem ou mal, o senhor de engenho assistia o escravo em suas necessidades básicas, o que muitas vezes o trabalhador não consegue garantir para si e sua família com o seu mísero salário.

Os latifúndios possuem uma forma particular de resolver conflitos e de monopolizar a região na qual estão implantados, ao desenvolver uma cultura política peculiar e amplamente difundida no Brasil: a cultura da dádiva (SALES, 1994), característica saliente nas relações políticas existentes até hoje. O clientelismo adquiriu formas diferentes, tendo sido atenuado em algumas regiões, mas persistiu reproduzindo a subserviência do pobre ao grande proprietário, que se confunde com o político.

Atrelada à cultura política da dádiva surge a cidadania, a qual adquire, no texto de Teresa Sales, o adjetivo de “concedida”. Nas palavras da autora:

A cidadania concedida, que está na gênese da construção da nossa cidadania, está vinculada, contraditoriamente, à não-cidadania do homem livre e pobre, o qual dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio



privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares de cidadania civil. O rompimento com essa cidadania concedida dar-se-ia apenas com o amplo processo de expulsão do trabalhador rural para fora do grande domínio territorial nos idos dos anos 1960. À abolição da escravidão, que poderia ter sido o marco desse rompimento, seguiu-se o compromisso coronelista, ou, mais genericamente, os mecanismos de patronagem e clientelismo que marcaram toda a nossa Primeira República, contribuindo para perpetuar as bases sociais da cidadania concedida (SALES, 1994, p.1).

Segundo a autora, todos os processos que poderiam ter culminado em conquista da cidadania real, com a ampliação de direitos e a participação ativa do povo, enfim destacando as bases democráticas do país, na realidade, apenas contribuíram para a continuação de uma cultura política antipopular. A cidadania é concedida porque não foi conquistada ativamente pelo povo, mas sim distribuída sob a forma de migalhas pelos grandes proprietários de terras aos homens livres. Ou seja, os direitos do cidadão não foram conquistados como direitos de fato, mas sim foram recebidos como um favor do grande proprietário.

Concomitante a isso, a classe trabalhadora não adquiriu a consciência de lutar por direitos, nem encontrou formas de organizar-se politicamente, pois era completamente tolhida de seus direitos políticos pelo poder latifundiário e oligárquico. Sem contar com a participação popular, os processos de desenvolvimento do Brasil foram realizados pelas cúpulas do país, através de conciliações e da simples troca de um comando por outro. A própria República gestou-se dessa forma, segundo Marco Aurélio Nogueira (1998, p. 23):

A República acabou por receber todo o impacto desta situação: não pôde contar com qualquer sustentação popular, foi proclamada pelo exército e acabou monopolizada, após curta fase jacobina e militar, pela ultramoderada (e civilista) fração cafeeira da grande burguesia agrária, capitaneada pelos republicanos paulistas. [...] Acabaria sendo organizada à base de um jogo político regionalista, oligárquico e excludente que não só reproduziria o fosso entre povo e Estado, como deformaria a representação e descaracterizaria a federação (NOGUEIRA, 1998, p. 23).

Dessa forma, quando o governo imperial tornou-se insustentável, o ator das mudanças não foi a população, mas os militares, que tomaram o poder e instituíram a República. E em cada processo e a cada necessidade de alteração do quadro econômico ou político, as decisões foram tomadas por um dos grupos dominantes.

Nesse sentido, é pertinente a passagem do autor: “Na realidade material, na política e nas mentes, o Brasil mudava. No entanto, em certa medida, continuava o mesmo” (NOGUEIRA, 1998, p. 29). Isso porque as grandes massas da população continuavam sem participar nas decisões do Estado e os seus problemas como a miséria, a desigualdade e a falta de acesso aos seus direitos não eram sequer reconhecidos pelos governantes.

Analisando o processo de modernização capitalista no Brasil, Coutinho (1988, p. 121) explica:

Ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado (COUTINHO, 1988, p. 121).

Nesse sentido, o autor demonstra que essa forma de governo elitista, com mudanças realizadas pelo alto, tendo vários processos realizados sem a participação popular, foi caracterizada por Antonio Gramsci como *revolução passiva*. Coutinho ainda afirma que este conceito gramsciano, como visto no capítulo I, possui inteligibilidade na explicação da formação e consolidação do sistema capitalista no Brasil, e, portanto, da “nossa formação política e social” (COUTINHO, 1988, p. 125).

Apesar disso, Ianni (1984) lembra a importância de levar em conta também os protestos e levantes do povo. Segundo o autor, esse aspecto é deveras imprescindível na análise da cultura política brasileira, porque a História demonstra a quantidade de rebeliões e insurreições realizadas pelo povo brasileiro, dentro de suas condições objetivas de luta e enfrentamento. Assim, não houve uma apatia em relação ao que se passava, porém, a organização popular era dificultada através da repressão do Estado, e mesmo quando conseguia articular-se era tratada como caso de polícia, para que a ordem fosse assegurada e “os bagunceiros” não atrapalhassem o desenvolvimento econômico.

Mesmo nos governos eleitos através das instituições da democracia representativa, a população não teve acesso à participação efetiva. Os tão conhecidos votos de cabresto são exemplo disso. O liberalismo não conseguiu implantar a cidadania no Brasil, porque nem todos os direitos – nem mesmo a democracia em sua forma burguesa – foram amplamente implementados. Ou seja, apesar de o capitalismo estar desenvolvendo-se no país, seus ideais burgueses precursores e imperativos à sua consolidação em outros países, aqui foram dispensados.

A partir da análise da história brasileira, na tentativa de correlacionar os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos, percebe-se a incidência dos elementos que contribuíram no processo de constituição da cultura política, os quais continuam presentes na forma da participação social existente atualmente no Brasil. Salienta-se a importância de a população ter condições de participar ativamente nos processos decisórios em todos os níveis de governo, não só ocupando espaços institucionais de participação, mas também garantindo bases sólidas para o crescimento dos movimentos sociais e das forças populares. É importante que a população tenha condições e possibilidades de conquista real dos seus direitos políticos, para além das eleições quadrienais.

Apesar de haver várias evidências sobre o crescimento da participação social na última década, em que o Partido dos Trabalhadores esteve no comando do governo federal, com todas as congratulações e críticas existentes, importa salientar agora o aspecto qualitativo e não mais quantitativo dessa participação.

Nesse sentido, Ermínia Maricato (2012, p. 89) traz uma contribuição importante refletindo para além de “cada pequeno mundinho fervilhante de tanta atividade participativa”. Ou seja, é necessário repensar a questão da participação e sua forma institucional recorrente no Brasil, pois não é suficiente restringi-la apenas aos representantes de entidades atuantes nos Conselhos de Direitos e Conferências. É preciso que a população tenha voz e vez nos processos de participação, e que não seja simplesmente representada por pessoas que nem sempre defendem seus direitos.

Além disso, faz-se necessário repensar e questionar a complexa dinâmica capitalista, a qual está na raiz dos processos de desigualdade da sociedade contemporânea. Concorde-se com a participação ativa em assuntos que dizem respeito às necessidades imediatas de nossas comunidades, as quais implicam diretamente em nossa qualidade de vida dentro da ordem burguesa. Porém, também é preciso ir além do

imediatismo, construindo uma luta anticapitalista em favor da construção de uma nova sociedade sem exploração e autoritarismo, ou ainda, sem qualquer forma de escravidão.

Enfim, levando em consideração o processo de formação da sociedade e da economia brasileiras – destacando-se o período escravocrata, os processos de revolução passiva, e a cultura política – pode-se, agora, estabelecer alguns determinantes que incidiram na questão nordestina.

## **2.5 A constituição da questão nordestina**

A partir das análises dos autores a respeito do processo de formação socioeconômica do Brasil apresentadas no capítulo II e partindo do período colonial, a explicação preponderante para a ocorrência de desigualdades entre as regiões pode se dar nas diferentes formas de colonização e de posterior desenvolvimento destas regiões.

Sobre o Nordeste, Freyre oferece alguns pontos que nos auxiliam na explicação do próspero desenvolvimento da região no início da colonização, graças à boa adaptação da cana de açúcar em seu solo propício.

É claro que o triunfo do açúcar no extremo Nordeste foi favorecido por um grupo de circunstâncias, e não por um elemento só: pela proximidade da Europa como pelo contato fácil com a África, fornecedora de escravos; pela qualidade do elemento colonizador europeu – [...] gente boa e sã, habituada à vida rural e ao trabalho agrícola [...]. E ainda, favorecido pela experiência agrícola e pelos hábitos de relativa sedentariedade do elemento colonizador africano (FREYRE, 1951, p. 40).

Enfim, sabe-se que durante grande parte do período colonial – excetuando o período da mineração – a região mais importante do ponto de vista econômico, foi sem sombra de dúvida, o Nordeste.

Possíveis causas desse processo:

- a) localização geográfica: o Nordeste encontra-se mais perto da Europa, e as primeiras embarcações portuguesas atracaram nesta região;
- b) população: a densidade demográfica estava concentrada no litoral, mais especificamente no litoral nordestino;

- c) condições climáticas: o cultivo da cana-de-açúcar necessita de clima quente. Se fosse desenvolvida essa cultura na região Sul, não poderia ser produzida durante todo o ano;
- d) facilidade de transporte no litoral nordestino. Prado Júnior (1961, p. 57-58) demonstra as características de todo o litoral brasileiro, em sua maioria formada por manguezais. Já o litoral que se estende pelo Nordeste tem a formação de corais, oferecendo melhores condições para o abrigo de embarcações;
- e) em um país onde os meios de transporte e de comunicação mais utilizados eram embarcações, o interior era de difícil acesso. Os únicos dois sujeitos que adentraram as matas foram: os jesuítas com o intuito de catequizar os índios e criar as missões (comunidades indígenas católicas); e os bandeirantes<sup>13</sup>, caçadores de índios para o trabalho escravo nas fazendas. Ou seja, nem bandeirantes nem jesuítas povoavam e desenvolviam economicamente o interior;
- f) uma pequena parte da região Sudeste e grande parte das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, sequer faziam parte, inicialmente, das possessões de Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494. Mais tarde, o Tratado de Madri em 1750, designava que Espanha e Portugal ficariam com as terras por eles colonizadas (CORREA; GODOY, 2013). Ou seja, até 1750, Portugal não tinha direito de fato sobre aquelas terras.

Torna-se difícil delimitar com precisão a data em que houve o declínio econômico do Nordeste e a ascensão da região Sudeste na economia brasileira. Obviamente, este é um processo que ocorreu com certa morosidade, paulatinamente, conforme as condições históricas, sociais e políticas, bem como as próprias ações dos sujeitos, foram determinando essas modificações no cenário nacional.

Há uma questão interessante que diz respeito ao desenvolvimento do Brasil na era colonial. Como a população era pequena para um território muito vasto, ela movimentava-se conforme as condições econômicas fossem mais favoráveis em determinado local, segundo determinada atividade. Isso quer dizer que a taxa de natalidade e de

---

<sup>13</sup> Conforme Caio Prado Júnior (1981, p. 22) “A caça ao índio será um dos principais fatores da grandeza atual do Brasil”.

imigração era inferior às necessidades da colônia. Assim, no início da colonização, a população economicamente ativa encontrava-se no Nordeste, produzindo cana-de-açúcar. Depois, os minérios foram descobertos e parte dessa mesma população transferiu-se para a região central do país, buscando o enriquecimento. Vale ressaltar que neste período em especial Portugal fechou os portos brasileiros, receoso de perder o total controle sobre as minas.

Entretanto, logo após a derrocada dos minérios, a atividade principal voltou a concentrar-se no Nordeste, com a pecuária, mas contando também com engenhos de açúcar. Desta forma, a parte litorânea de Pernambuco e da Bahia voltam a se refazer e centralizar as atividades econômicas da colônia. Contudo, o grande problema do Nordeste, como já foi salientado anteriormente, são as grandes estiagens que devastam a região principalmente em sua área de sertão:

A Sêca Grande de 1791-3 foi o último e quase mortal golpe sofrido, no século XVIII, pelos sertões do Nordeste. [...] é esta a causa principal por que a região perdeu seus mercados nos grandes centros agrícolas do litoral norte, que passam, em proporções crescentes, a consumir o charque do Rio Grande do Sul. Neste se verificará por isso, concomitante e paralelamente, um grande surto econômico e adensamento da população (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 68 – grifos do autor).

Diante disso, apresentam-se duas situações no Nordeste em fins do século XVIII: de um lado, o sertão interiorano, abalado constantemente pelas estiagens; de outro, o litoral de terras férteis, porém já esgotadas pela constante exploração. Essas situações específicas da região Nordeste – somadas às condições positivas de outras regiões como o Sudeste e de alterações nos mercados açucareiro e cafeeiro – fizeram com o que a região perdesse suas potencialidades de produção.

Conforme Prado Júnior (1961, p. 130), esse modo de cultivar a terra – “agricultura extrativa” – foi herdado dos indígenas que cultivavam seus víveres desta maneira, porém em escala menor. Não havia um sistema apropriado de cuidados com o solo, como adubação, reposição de nutrientes, lavra, entre outras técnicas utilizadas largamente na agricultura moderna. O desmatamento era desenfreado, se faziam roçadas e queimadas constantes, e depois de sugados todos os nutrientes dessa terra, ela era simplesmente abandonada, para então regenerar-se lentamente por conta própria.

Também nos moinhos dos engenhos de açúcar havia desperdícios, pois não era conhecida a técnica de se utilizar o próprio bagaço da cana como combustível. Desta maneira, perdia-se uma enorme quantidade de madeira, conforme explicita o autor: “A devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço da sua parte” (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 130). Em decorrência disso, as terras eram rapidamente descartadas, pois os colonizadores tinham a ilusão de utilizar infinitamente os recursos naturais disponíveis.

Percebe-se, desta maneira, como os fazendeiros e senhores de engenho possuíam uma concepção completamente diferente da atual em referência ao uso da terra. A título de comprovação, Motta (2012, p. 113) indica através de documentos da época que, quando aqueles fazendeiros recebiam uma sesmaria ou tomavam posse de um terreno, realizavam cálculos avaliando a quantidade de anos em que aquela terra teria utilidade. Por isso, era importante conseguir o máximo de terra possível, para continuar produzindo por vários anos.

Por sua vez, Holanda (1963, p. 27) confirma: “A regra era irem buscar os lavradores novas terras em lugares de mato adentro, e assim raramente decorriam duas gerações sem que uma mesma fazenda mudasse de sítio, ou de dono”. Ou seja, não faltam exemplos do modo arcaico e inconsequente com que eram utilizadas as terras brasileiras na produção agrícola, caracterizada por extensas lavouras de um único dono, trabalhadas por escravos.

Dessa forma, as análises dos autores pesquisados oferecem um princípio explicativo a respeito do declínio da região Nordeste: a utilização da terra para produção agrícola da forma acima descrita causou esgotamento total ou parcial do solo na região. Segundo pesquisa publicada na Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, a qual acompanhou as condições climáticas do Nordeste,

O índice de aridez indicou aumento e os índices de umidade e hídrico mostraram redução para os cenários estudados, em toda a região do Nordeste do Brasil, principalmente na parte semiárida, indicando que ela pode se tornar até mesmo árida no futuro (SANTOS et al; 2010, p. 499).

Esses dados, somados aos estudos realizados pelos autores apresentados neste trabalho sobre o Brasil colônia, assinalam as condições climáticas e o mau uso do solo nordestino como um dos fatores que, progressivamente, tornaram essa região pouco produtiva.

Porém, com o avanço das tecnologias na área agrícola, esse problema poderia ser corrigido através de irrigações e de reposição nutricional dos terrenos, dentre outras técnicas.

Conforme sugere Amílcar Dória Matos (1986, p. 22):

A questão nordestina passou a ser enfrentada, ao longo de décadas, à luz do princípio do ‘combate à seca’. Hoje se sabe, exaustivamente, não ser a seca o único problema do Nordeste, e nem mesmo a principal fonte geradora de outros problemas. [...] também se verificou na região a manutenção de um sistema de exploração da terra e de relação de trabalho que favoreceu um processo de acumulação de capital em tudo danoso à busca de opções para o afrontamento do desafio (Amílcar Dória Matos, 1986, p. 22).

Desta forma, percebe-se que além dos fatores apontados acima, existem outros importantes e mais significativos no estudo da questão nordestina e do profundo agravamento das desigualdades regionais brasileiras, como por exemplo: a forma de povoamento realizada em cada região e a cultura política.



### **Capítulo III – Interpretações da questão nordestina: Francisco de Oliveira e Celso Furtado**

Neste capítulo, pretende-se apresentar dois autores que se preocuparam com a questão nordestina, e que não só escreveram sobre ela, mas inclusive puderam agir no Nordeste. A opção por estes dois autores deu-se levando em consideração a quantidade e qualidade das obras publicadas em relação ao tema. Esses dois intelectuais partem de perspectivas teóricas diferentes e, por conseguinte, apresentam interpretações diversas sobre o nordeste. Fala-se de Francisco de Oliveira e Celso Furtado, dois filhos do Nordeste: um pernambucano, o outro paraibano, respectivamente.

Em se tratando da questão nordestina, este é um tema relativamente recente na História do Brasil. Ele começou a ser debatido, segundo Tânia Bacelar de Araújo (2009), na metade do século XX. Porém, o povo já sentia na pele a questão nordestina há muito tempo antes disso:

Vinda a abolição (maio de 1888), as frágeis condições econômicas regionais e o não-acesso à terra, para os libertos, fizeram com que essa passagem para o trabalho livre, no Nordeste, fosse apenas formal, engrossando, na verdade, o enorme contingente de homens sem propriedade e sem mercado de trabalho (CANO, 2000, p. 100).

Ou seja, a situação de subalternidade da classe trabalhadora e o pauperismo da população nordestina não são novidades do século XX. Porém, é a partir deste mesmo século que outras regiões do país têm um crescimento acelerado, enquanto o Nordeste quase não avança, ou avança muito lentamente. Esse processo chama a atenção de uma parte da intelectualidade brasileira, sobretudo nordestinos, que inicia um debate nacional sobre a questão.

Segundo Amélia Cohn (1978), até meados de 1950, a atuação do governo federal junto ao Nordeste se caracterizava por ações imediatistas, voltadas estritamente para amenizar as consequências sofridas pelo povo em decorrência das secas. A partir daquele período, começou-se a pensar o problema das secas como uma questão que necessitava de interferência mais ampla pelo executivo federal. No ano de 1884 foi construído o primeiro grande açude na região, como uma solução hidráulica para o problema da seca. Depois disso, seguiu-se uma série de órgãos federais com o intuito de organizar as ações desenvolvidas, sendo eles:

- IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contr as Secas, criado em 1909;
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, substituindo o IFOCS em 1945;
- CVSF – Comissão do Vale do São Francisco, em 1948;
- CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco, também criada em 1948;
- CODENO – Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste, criado em fevereiro de 1949;
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil, criado em 1952;
- GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, criado em dezembro de 1956;
- Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em dezembro de 1959.

Os três últimos órgãos da lista - GTDN, CODENO e SUDENE - são liderados por Celso Furtado, e ambos possuem, portanto, as mesmas características de ação planejadas em todo o Nordeste, as quais serão explicadas mais adiante. Já os órgãos anteriores são aqueles considerados como ações de cunho assistencialista, sem práticas interventivas de cunho transformador.

O capítulo ora apresentado procura problematizar este mote a partir de dois intelectuais brasileiros, os quais tiveram relação direta com a SUDENE e a questão nordestina: Celso Furtado e Francisco de Oliveira. O objetivo, neste capítulo, não é realizar uma revisão de literatura da obra completa dos autores, mas sim tentar apresentar como cada um deles compreendeu o que denominamos por questão nordestina.

### **3.1 Celso Furtado e a questão nordestina**

Celso Furtado foi um dos grandes pensadores da ciência econômica no Brasil, deixando sua marca no intelecto brasileiro e também na prática política. Teve a oportunidade de aplicar seus conhecimentos quando foi Superintendente da SUDENE, no período de 1960 a 1964.

Antes de ser convidado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek a construir um projeto de ação no Nordeste, Celso Furtado desenvolvia pesquisas na Cepal dando centralidade ao tema desenvolvimento e subdesenvolvimento, estudando os países do centro e da periferia do capitalismo. Vários autores apontam a influência das

ideias cepalinas nos textos de Furtado (OLIVEIRA, 1981a; COHN, 1978; PEREIRA, 2009; ARAÚJO, 2009), principalmente na tese do dualismo – em que o Brasil estaria dividido entre país moderno e país atrasado –, nas relações entre regional e nacional e também na grande ênfase dada à industrialização.

Segundo Araújo (2009), é na década de 1950 que começa a surgir o debate em torno do tema da questão regional no Brasil. Mudanças profundas estavam ocorrendo na sociedade brasileira: urbanização acelerada, industrialização e presença de empresas multinacionais. “Do ponto de vista do debate nacional, havia uma discussão muito intensa sobre os rumos que tomava o desenvolvimento do país, e a questão do desenvolvimento regional se integra nesse debate” (ARAÚJO, 2009, p.34). Assim, surge a necessidade de debater a questão regional em decorrência da centralização e/ou concentração de indústrias na região Centro-Sul, no entorno de São Paulo. A partir desse período, essa região passou a se destacar de forma aguçada em relação às outras regiões brasileiras.

Naquele que é um dos livros mais importantes de Furtado, *Formação Econômica do Brasil* publicado em 1959, o autor já explora temas importantes para se compreender o Nordeste e a questão regional brasileira. Porém, em dois textos posteriores – *Operação Nordeste* e *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* – é que Furtado expõe com clareza os problemas do Nordeste, apontando inclusive, soluções.

Para Araújo (2009, p. 53):

Aí aparece o Celso Furtado contestador das teses hegemônicas da época. No nível nacional, o objeto de contestação é a política de Juscelino Kubitscheck. A tese central é a seguinte: o que está sendo feito é muito bom para o Brasil, mas, lido da perspectiva regional, é muito ruim para o Nordeste. Nesse contexto, ele ousa defender uma tese que punha em questão a unanimidade da época: o rápido avanço da industrialização brasileira, concentrada em São Paulo (ARAÚJO, 2009, p. 53).

De acordo com as palavras da autora, Furtado foi um contestador do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitscheck, defendendo que a industrialização concentrada apenas em uma área do país acabava por prejudicar as outras regiões. Certamente esta foi a política prevalente no governo de JK, um conjunto de políticas que abriu as portas do Brasil para a mundialização do capital produtivo.

No intercurso que antecede a ditadura de 1964, espalharam-se boatos inclusive, de que Furtado fosse comunista e estivesse a serviço do Partido Comunista para realizar a Revolução Comunista no Nordeste, igualmente como Cuba havia feito há pouco tempo. Tanto que após o golpe, Furtado foi para o exílio.

Já Cohn, partindo de outro ponto de vista, destaca diferentemente que o projeto de Furtado para o Nordeste não era contestador das políticas de JK, mas ao contrário, ia ao encontro do projeto desenvolvimentista nacional e do Plano de Metas. Nas palavras da autora:

A própria implementação do Plano levava ao aumento dos desequilíbrios regionais e das disparidades sociais, na medida em que implementava o desenvolvimento do polo dinâmico da economia nacional, através exatamente de um mecanismo de concentração de renda – não só por estratos sociais como também por regiões (COHN, 1978, p. 127).

Neste sentido, a autora argumenta sobre o período em que a SUDENE e seu projeto de desenvolvimento para o Nordeste foram pensadas e implementadas, ou seja, já no final do governo JK, quando houve um esgotamento do modelo de industrialização seguido pelo Brasil. Desta forma, “o documento do GTDN se coaduna ao Plano de Metas, podendo inclusive ser interpretado como um ‘mini’ Plano de Metas para a região” (COHN, 1978, p. 132).

As diferentes posições de Araújo e Cohn revelam não só as diversas interpretações a respeito da política de desenvolvimento constante na SUDENE, mas também visões diferentes em relação ao próprio Celso Furtado e ao papel por ele desempenhado como mentor desta política de desenvolvimento regional.

A partir dessa breve introdução, parte-se para os textos de Furtado propriamente ditos. O primeiro texto escrito pelo autor, quando convidado por Juscelino Kubitschek para estudar o Nordeste e construir uma proposta de desenvolvimento, foi chamado de *Operação Nordeste*. Segundo Rosa Freire d’Aguiar Furtado (2009), esposa de Celso, o nome do documento não foi escolhido por acaso: por muitas vezes se tratou verdadeiramente de uma batalha. Este documento foi apresentado aos oficiais das forças armadas em um curso no ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – em 1959.

Furtado faz uma análise histórica da conjuntura nacional para demonstrar como as formas adotadas de crescimento e de

desenvolvimento da economia brasileira têm consequências nefastas para algumas regiões. O autor inicia o texto apontando que no século XIX cada região representava uma ilha econômica isolada das demais. Porém, este quadro muda a partir do século XX, quando passa a ocorrer uma maior integração entre estas ilhas. Acontece que esta integração não se deu de maneira homogênea em todas as regiões brasileiras, pois se reproduziu um “esquema de divisão geográfica do trabalho que viciara todo o desenvolvimento da economia mundial, com suas metrópoles industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas” (FURTADO, 2009a, p. 31). O autor frisa que esta etapa do desenvolvimento econômico brasileiro foi feito em nome do mercado da região Centro-Sul, em detrimento dos mercados das outras ilhas econômicas.

Consequentemente, quando se constrói um esquema desses, há uma tendência a formas de exploração entre os dois setores: economia industrial e economia primária. E, por fim, como toda forma de exploração, produz-se desigualdade econômica entre as regiões, a qual pode institucionalizar-se com o passar do tempo. Segundo a tese do autor, foi o que ocorreu com o Brasil: o grau de desigualdade entre os níveis de vida das diferentes regiões atingiu patamares muito elevados, não podendo reverter-se espontaneamente. Ou seja, o Nordeste, por si só, não conseguiria sair da sua condição de subdesenvolvimento sem o auxílio externo do Estado, pois perdeu a capacidade própria de reverter sua condição econômica subalterna. Daí a necessidade de o governo federal criar um mecanismo para retrotrair esse movimento crescente de subdesenvolvimento da região Nordeste. Percebe-se como, já no início do documento *A Operação Nordeste*, aparecem nitidamente as referências cepalinas, principalmente no que tange aos temas do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico mundial e dos países periféricos.

Partindo deste ponto de vista, Furtado apresenta o que para ele significaria o maior desafio advindo desta forma de desenvolvimento econômico no país: a unidade nacional. Esta é a principal justificativa apresentada aos oficiais das Forças Armadas para a necessidade de intervenção do governo federal na política econômica nordestina com o lançamento da Operação Nordeste (Openo).

Como Furtado sabia da importância que o apoio das Forças Armadas representava para a Openo e posteriormente para a SUDENE, o principal elemento apresentado pelo autor aos militares foi a questão da unidade nacional, ou a ameaça que pairava sobre ela. Observemos a explicação do autor:

Se nas primeiras etapas do desenvolvimento o fator escasso é o capital, nas fases mais avançadas o capital passa a ser relativamente abundante e a mão de obra relativamente escassa. Quando a economia chega a essa etapa, em que a mão de obra se torna escassa, deixa de ser subdesenvolvida. Em tais circunstâncias, a classe trabalhadora, seja qual for o regime, se organiza eficientemente e assume posição política poderosa. E, a partir desse momento, não mais permite que seus salários sejam condicionados por uma afluência desorganizada de mão de obra (FURTADO, 2009a, p. 34).

Segundo as expectativas do autor, isso aconteceria em breve no polo industrial de São Paulo, onde a força de trabalho operária estaria organizada e não permitiria que houvesse transferência de mão de obra de outra região, forçando o rebaixamento de seus salários. Nesse sentido, estaria germinando no país a formação de dois grupos antagônicos de trabalhadores: operários do Centro-Sul contra agricultores do Nordeste<sup>14</sup>. Para Celso Furtado, esta situação ameaça o que ele chama de “a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional” (FURTADO, 2009a, p. 34). Vale frisar que estes elementos não aparecem de forma tão elaborada no documento *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*. Portanto, o autor sabia quais argumentos deveriam ser mais notáveis para o público dos militares, demandando o apoio dos mesmos ao seu projeto. Essa posição é compartilhada por Francisco de Oliveira (1981a) e Amélia Cohn (1978).

A partir dos apontamentos elencados acima, Furtado propõe uma reforma administrativa através da SUDENE:

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pretende ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos (FURTADO, 2009a, p. 35).

---

<sup>14</sup> Francisco de Oliveira faz uma dura crítica contra este posicionamento de Celso Furtado. Segundo ele, Furtado “inverte a equação” quando diz que a migração de nordestinos para São Paulo pode abalar a unidade nacional, ao invés de ser “solução para a questão da mão-de-obra, clássico componente, desde o século XIX, da Questão Regional!” (OLIVEIRA, 1993, p. 41).

A SUDENE seria, portanto, um órgão renovador da política pública em nível federal implementada no Nordeste. A proposta apresentada é de que todos os órgãos federais criados até então nesta região, teriam a partir de agora suas ações coordenadas pela SUDENE, com a finalidade de aumentar a eficácia dos recursos, centralizando o seu planejamento. A coordenação da execução continuaria a cargo de cada órgão, porém, o planejamento seria realizado em conjunto através do Conselho Deliberativo da SUDENE, composto pelo Superintendente, os nove governadores de cada estado nordestino, e mais um representante de cada órgão federal atuante no Nordeste.

Depois de apresentar sumariamente a SUDENE e de justificar a necessidade da criação deste órgão, Furtado passa a discorrer sobre a gênese do problema do Nordeste, ou seja, o processo histórico que deu origem ao quadro de subdesenvolvimento atingido pela região.

O autor elenca três características principais que explicitam as condições sociais e econômicas do Nordeste: a monocultura, o latifúndio e a concentração de renda (FURTADO, 2009a). Esses três fatores estão interligados e exercem pressão negativa na região, obstruindo o seu desenvolvimento. A monocultura da cana monopolizou todas as áreas agricultáveis através dos latifúndios, ocasionando a concentração da renda na mão dos grandes proprietários de terra.

Além da economia do açúcar, ocorrem no Nordeste a pecuária e a economia de subsistência. Segundo o autor, desde o período colonial a primeira foi uma economia subsidiária do açúcar, pois os engenhos necessitavam dos animais para tração e alimentação. Porém, conforme pontua o autor, é uma economia de baixa produtividade no Nordeste.

“A economia açucareira, não podendo absorver a mão de obra que nela se formava, por insuficiência da demanda externa, criava excedentes populacionais, que se deslocavam para o interior, indo ocupar as terras mais pobres do agreste” (FURTADO, 2009a, p. 38). Essa economia de subsistência também possui baixa produtividade e não contribui para o desenvolvimento econômico da região, servindo apenas para manter sua população viva até a próxima seca.

Para Furtado, esse tipo de economia não traz lucro e, desse modo, não serviria para o Brasil, necessitando ser substituída por outra forma de produzir. Furtado não procura resolver o problema da distribuição de renda ou da concentração de terras. O maior problema que o autor visualiza está na agricultura de subsistência – a qual é improdutiva para a região. Porém, mesmo afirmando que o problema está na economia altamente concentradora de renda que é a produção de açúcar, se exime de discutir a forma de distribuição das terras agricultáveis.

Como se pode notar, Furtado não toca no problema dos latifúndios, os quais congregam a maior parte das terras nas mãos de poucos proprietários. Isso lhe rendeu críticas de vários autores, por não propor uma reforma agrária, apesar de perceber que o latifúndio e a monocultura da cana eram dois dos grandes problemas no Nordeste. Ao contrário disso, Furtado afirmou que o ponto fulcral a ser modificado era a economia de subsistência, a qual permitia que a população permanecesse no semiárido, gerando quantidades enormes de retirantes na época de grandes secas.

Em detrimento da reforma agrária, o autor prefere centrar a problemática na alta densidade demográfica na região da caatinga, consequência da economia de subsistência. Esse tipo de economia, congregada ao plantio do algodão mocó – o camponês recebe, como meeiro, parte dos lucros desta atividade – permite ao sertanejo sua sobrevivência em épocas normais, mesmo sendo uma área de solos com baixa qualidade. Contudo, em anos de seca, toda essa população não consegue colher os alimentos para sua subsistência, constituindo uma massa de retirantes sem renda e sem comida. Nas palavras do autor:

Quando ocorre a seca, o gado e o algodão-mocó – que é uma xerófila – resistem mais tempo. A produção de alimentos que é a mais afetada. A grande massa de meeiros fica praticamente sem ter o que comer. Meio século de “obras contra as secas” em nada modificou esse elemento do problema, que, com o crescimento da população, tende a agravar-se dia a dia, ou melhor, de seca em seca. Não tendo o que comer, não adianta sequer ao homem ficar à espera da renda proporcionada pelo algodão. É esse o homem que sai para a estrada, que “se retira”, em busca de alguma fonte de emprego que lhe permita sobreviver (FURTADO, 2009a, p. 43).

Dessa forma, a compreensão do autor é que foi criada no Nordeste uma economia completamente inadequada ao bioma da caatinga. Como as secas são periódicas, o desastre causado era muito grande, devido ao sistema econômico estar vulnerável ao clima e inadaptado ao meio. Segundo o autor, caso houvesse apenas a economia da pecuária na caatinga, não haveria problema, porém, como há uma densidade demográfica na região em consequência da economia de subsistência, as secas tornaram-se problema social cada vez mais grave. A proposta contida na Operação Nordeste, portanto, é ampliar a base



econômica da região, e não simplesmente armazenar água, como nas ações anteriores dos órgãos federais.

Após apresentar como estava organizada na época a economia nordestina, o autor demonstra o plano de ação da Openo, baseado em quatro objetivos principais:

- criar na caatinga uma economia resistente à seca;
- incorporar novas terras ao Nordeste deslocando sua fronteira agrícola;
- aumentar os investimentos industriais na região;
- abastecer de alimentos as zonas urbanas.

Nota-se que, dos quatro objetivos apresentados, três deles referem-se à questão da agricultura. Diz Furtado:

O ponto nevrálgico da economia nordestina está, portanto, em sua agricultura. Se não resolvermos o problema da utilização adequada das terras da faixa úmida – subutilizadas nos grandes latifúndios do açúcar e nos chamados vales úmidos da zona litorânea – não poderemos criar, no Nordeste, uma indústria capaz de sobreviver (FURTADO, 2009a, p. 48-49).

No final da apresentação da Operação Nordeste no ISEB, um dos ouvintes perguntou a respeito da reforma agrária, tema que gerou muitas discussões no debate do ISEB, e fora dele também. Furtado afirma que na caatinga, por exemplo, reforma agrária não deve significar divisão de terras, “e sim reorganização da agricultura, proporcionando ao homem melhor nível de vida” (FURTADO, 2009a, p. 63). No agreste, a reforma agrária também não será com divisão de terras, e sim com a junção dos pequenos sítios de meeiros existentes na região. Já na região da zona da mata: “É ali que se encontra o latifúndio açucareiro. O maior mal não está em que seja latifúndio, mas em que seja açucareiro” (FURTADO, 2009a, p. 65). Em suma, o autor não se posiciona contra a desapropriação de terras dos grandes proprietários, porém, também não julga esta ação absolutamente indispensável para o desenvolvimento do plano de ação da SUDENE.

Nesta explicação, Furtado foi enfático em responder que ele – enquanto técnico economista – propunha ações para promover o desenvolvimento de uma região. A escolha por uma reforma agrária que operasse destruindo os latifúndios seria uma decisão política, competência do agente político e não do técnico.

Nesse sentido, torna-se relevante a seguinte explicação:

Cabe ressaltar que as posições que Furtado assume representam as de um intelectual inserido no universo das ações governamentais. Enquanto representante da política desenvolvimentista daquele período, o autor demonstra posicionamentos técnicos frente à reforma agrária, dissimulando as implicações políticas em torno do Plano de Desenvolvimento do Nordeste (SCHAPPO, 2008, p. 240).

Conforme a autora destaca, cabe lembrar que Celso Furtado respondia por suas ações enquanto técnico contratado pelo governo federal para buscar soluções de um problema regional. A posição dele como Superintendente seria entendida como a posição da própria SUDENE, então era necessário um cuidado na defesa dos seus argumentos. Assim, compreende-se que Furtado não falava apenas como teórico ou intelectual da área, mas antes de tudo como funcionário do Estado.

Destarte, torna-se pertinente apresentar o debate ocorrido na época entre as ideias de Celso Furtado e Josué de Castro. No período em que Furtado foi Superintendente da SUDENE, Josué de Castro exercia um dos seus mandatos de deputado federal, tendo proferido diversos discursos contra as formas de atuação da SUDENE. Os dois eram unânimes na questão de que o Nordeste necessitava de um planejamento específico para desenvolver-se, porém, a forma de fazê-lo diferia em suas visões.

a principal controvérsia entre Josué de Castro e Celso Furtado refere-se à necessidade ou não de se realizar a reforma agrária como um pré-requisito para o desenvolvimento regional e do país. Esta controvérsia central remete a outra no que se refere à prioridade de investimentos. Enquanto Furtado ressaltava os investimentos industriais, em especial na siderurgia nacional, Josué defendia enfaticamente um equilíbrio entre os investimentos na indústria e na agricultura, criticando a prioridade do aço sobre o pão (SCHAPPO, 2008, p. 243).

Desta forma, o tema da reforma agrária é tema central no debate entre os dois autores. Isso ocorre porque Furtado dá ênfase a outras características do Nordeste, como o clima, as secas, a inadaptação da agricultura local às condições físicas do solo, a falta de investimento em indústrias, porém sem tocar no tema da dominação latifundiária. Josué de Castro escreve, em 1965:

A princípio influenciado pelo exagerado tecnicismo dos seus colaboradores diretos, Celso Furtado não chegou a discernir bem toda a trama de forças de contenção que impediam o progresso regional e no seu primeiro documento, chamado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, atribui em grande parte a pobreza do Nordeste ao que ele chama “a pobreza da base física do seu solo” e preconiza como solução real a industrialização planejada da região. Não fala da estrutura agrária. Não fala em mudar esta estrutura. É como se o problema não existisse. Só ao travar conhecimento mais direto com os problemas da terra na sua condição de Superintendente da SUDENE é que o problema se lhe revelou na sua totalidade e a nova organização passou a cuidar não só dos problemas da indústria, mas dos problemas bem mais graves da agricultura regional (CASTRO, 1965, p. 215-216).

Entretanto, de acordo com Castro, sem realizar uma reforma radical na divisão de terras no Nordeste e sem modificar a estrutura agrícola da região não haveria um desenvolvimento real nos planos econômico e social. Outro problema encontrado por Castro foram os acordos realizados com o governo dos Estados Unidos, o qual temia que a Revolução Cubana se espraiasse no Nordeste através das Ligas Camponesas e resolveu intervir na política desenvolvimentista da SUDENE. A superintendência foi apoiadora das propostas dos Estados Unidos, pois este país representava também uma fonte de recursos necessários para a execução dos projetos da Superintendência.

Ainda no ano de 1969, o GTDN lançou a público o documento *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*. Atualmente é de largo conhecimento que este documento foi escrito na verdade por Furtado. Ele inicia apresentando uma análise do Nordeste a partir de 11 pontos centrais:

1 – A disparidade de níveis de renda entre Nordeste e Centro-Sul é o mais grave problema nacional.

2 – Se assim persistir, há o risco de que se diferenciem cada vez mais os dois sistemas econômicos e surjam áreas de antagonismo nas relações destes.

3 – Às causas profundas que respondem pela tendência ao atraso da economia nordestina vieram a adicionarem-se outras decorrentes da própria política de industrialização seguida no último decênio.

4 – As relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul caracterizam-se por duplo fluxo de renda: operando o setor privado como instrumento de transferência contra o Nordeste e o setor público (federal) em sentido inverso.

5 – O impulso básico da economia nordestina é o setor exportador.

6 – As transferências do governo – que são maiores que as arrecadações – possuem caráter assistencialista.

7 – A arrecadação dos impostos é regressiva. Então, os nordestinos pagam mais impostos do que as populações de outras regiões.

8 – Política de industrialização que visa: dar emprego à massa populacional flutuante, criar uma nova classe dirigente (burguesia industrial), fixar na região os capitais formados em outras atividades.

9 – A economia da zona semiárida define-se por complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento.

10 – O combate às secas até o momento tem consistido em medidas de curto prazo, as quais só serviram para fixar na região um excedente demográfico crescente.

11 – Plano de ação em quatro frentes: aumento dos investimentos industriais; reorganização da economia da zona semiárida; aumento da produção de alimentos na faixa úmida; e deslocamento da fronteira agrícola da zona semiárida em direção ao *hinterland* maranhense e goiano.

Após a apresentação desses onze pontos fulcrais que de certa forma resumem a proposta de política de desenvolvimento para o Nordeste, Furtado (2009b) realiza uma análise mais detalhada da participação da região na economia brasileira, buscando as causas das diferenças estruturais entre o Centro-Sul e o Nordeste.

Em síntese: na forma como foram conduzidas no último decênio, as relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul têm sido prejudiciais à região mais pobre de recursos e de menor grau de desenvolvimento. No que respeita à transferência de renda, a ação do governo federal tem se limitado a compensar a tendência imigratória dos capitais privados nordestinos para a região que oferece melhores oportunidades (FURTADO, 2009b, p. 105).

Conforme as palavras do autor, a ação do governo federal não conseguiu responder à altura dos problemas que o Nordeste enfrentava. Apesar de ser revertido um montante considerável de dinheiro – principalmente em épocas de seca – esse valor não era realizado em investimentos, mas em assistencialismo e obras particulares, as quais não traziam resultados consubstanciais para a superação do quadro de subdesenvolvimento econômico daquela região.

Nesse sentido, a perda é dupla para o Nordeste: os capitais privados são transferidos para outras regiões do Brasil, e quando há o retorno do governo federal – que segundo Furtado compreende o mesmo valor perdido em capitais privados – esse retorno não se reverte em investimentos, mas em mero assistencialismo, porque as populações se encontram em situação lastimável nas épocas de seca.

Segundo o autor, as políticas dos governos federais serviram apenas para reproduzir o subdesenvolvimento do Nordeste. Além da disparidade entre os níveis de renda, é maior ainda a diferença entre níveis de condição de vida, ou de bem-estar, entre populações do Centro-Sul e do Nordeste.

No documento *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, Celso Furtado apresenta inúmeros dados para embasar seus argumentos de que “o principal problema econômico do Brasil, na atual etapa de seu desenvolvimento, é o da disparidade regional de ritmos de crescimento” (2009b, p. 94). Além das causas ditas naturais para esta discrepância – disponibilidade de recursos naturais –, o autor defende que as causas de natureza econômica agravaram esse fenômeno em decorrência do tipo de política econômica adotada pelo país.

Demonstrando os dados numéricos que orientam suas declarações, afirma o autor:

Duas conclusões [...]. A primeira é de que o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, tem contribuído para o desenvolvimento desta última região com o fator nela mais escasso: capacidade de importação. [...] A segunda conclusão é que o Nordeste constitui um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul que o inverso (FURTADO, 2009b, p. 100-101).

Portanto, segundo a tese do autor, a economia brasileira funciona de tal maneira que beneficia a região Centro-Sul em detrimento do Nordeste. Isso ocorre principalmente por duas razões: a) o Nordeste fornece divisas ao mercado nacional pelo alto número de exportações realizadas, e essas divisas acabam sendo utilizadas pelo Centro-Sul, que

necessita importar implementos para suas indústrias; b) o Centro-Sul vende mais produtos no Nordeste do que o contrário, pois o Nordeste produz matéria-prima para exportação, enquanto o Centro-Sul vende produtos no mercado interno.

Com base nesse quadro de subordinação econômica e nos recursos naturais disponíveis, Celso Furtado (2009b, p. 124) chega à seguinte conclusão:

[...] Diante da escassez da oferta de terras adequadas, a única saída é a industrialização. Na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se e permanecer como região de baixíssimo nível de renda (FURTADO, 2009b, p. 124).

Nessa passagem do texto, percebe-se como a industrialização é o fator mais importante do plano de desenvolvimento pensado para o Nordeste. Ou se industrializa, ou permanecerá como uma região inviável do ponto de vista econômico.

Entretanto, mais adiante no texto, o autor reconhece que focar apenas na industrialização é insuficiente para resolver os problemas da região. A indústria, por si só, não conseguirá alterar completamente a economia do Nordeste porque existem muitos problemas sociais, além de econômicos: uma grande população de desempregados excedentes da região semiárida. Desta forma, completa o autor:

Para modificar a estrutura ocupacional da região e elevar, efetivamente, o padrão de vida, será necessário atacar em duas frentes simultâneas: a da industrialização, para absorver os excedentes urbanos, e a do deslocamento da fronteira agrícola e da irrigação das zonas áridas, para aumentar a disponibilidade de terras aráveis por homem ocupado na agricultura (FURTADO, 2009b, p. 127).

Agricultura e industrialização são, portanto, os dois pilares da estrutura econômica nordestina que o autor busca transformar na região, a fim de promover o seu desenvolvimento. Porém, apesar de três dos quatro pontos elencados no Plano de Ação se referirem à produção de alimentos, o desenvolvimento de uma indústria regional acabou sendo o

campo em que mais houve sucesso nas ações da SUDENE. Não é difícil explicar o porquê: as lideranças regionais eram do latifúndio e se posicionavam contra qualquer alteração na ordem agrícola; e por outro lado, havia um interesse por parte das indústrias do próprio Centro-Sul em expandir-se para outras regiões do país.

Por fim, como se pode notar, os textos de Celso Furtado possuem um alcance muito mais político do que estritamente técnico. Em texto posterior, escrito no ano de 1979, diz o autor:

Uma ideia simples cristalizou-se então: o problema do Nordeste é essencialmente político. Na medida em que essa região perdeu o acesso aos verdadeiros centros de decisão do país, ela acabou assumindo um verdadeiro estatuto colonial. Como “região problema”, que vive pedindo “ajuda”, que aceita ser considerada como uma “carga”, o Nordeste foi relegado ao segundo plano das prioridades nacionais (FURTADO, 2009b, p. 181).

Tendo em mente esta perspectiva, Furtado sabia que apenas propor sugestões no ramo econômico não seriam suficientes na resolução da questão nordestina. Seria preciso saber intervir na política regional, pois o maior entrave estava nas lideranças políticas estaduais e municipais.

### **3.2 Francisco de Oliveira e a questão nordestina**

Francisco de Oliveira, ou Chico de Oliveira como é mais conhecido, é sociólogo e possui vários livros publicados no Brasil, analisando temas relacionados à economia, à política e à sociologia, sempre realizando análises autênticas a partir da teoria marxista. Sobre a sua atuação na SUDENE, explicita: “Pertencente aos quadros da Sudene desde sua fundação até o ano de 1964, estive em posição privilegiada vendo, participando, dissentindo, perdendo dentro do processo” (OLIVEIRA, 2008, p. 126).

Nos textos em que Francisco de Oliveira trata sobre este tema, em nenhum momento aparece o termo “questão nordestina”, sendo mais recorrente o termo “Questão Regional” como a questão do Nordeste.

O trabalho de Oliveira que talvez melhor responda – qualitativa e quantitativamente – aos nossos objetivos, é o livro *Elegia para uma Re(li)gião*, publicado pela primeira vez em 1977. Em entrevista recente, o próprio autor diz considerar esse texto “um ajuste de contas com a ideia regional” (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 608), e que, portanto,

não retomaria este tema na atualidade. Segundo ele, a ideia de região contida naquele texto não mais corresponde com a realidade atual, pois hoje o Nordeste encontra-se completamente integrado à economia nacional. As diferenças e desigualdades regionais persistentes dizem respeito à cultura popular, à linguagem, à riqueza e à pobreza; mas não ao desenvolvimento econômico capitalista. Francisco de Oliveira defende que a questão regional foi debatida unicamente por intelectuais nordestinos. Diz o autor:

No campo intelectual, a Questão Regional sempre foi tratada por nordestinos. Nenhum intelectual de fora do Nordeste ou da Amazônia abalçou-se a temas regionais ou à Questão Regional propriamente dita. Não há erro possível: percorra-se a bibliografia, ou frequente-se qualquer das reuniões das grandes sociedades científicas das áreas humanas e sociais, tais como ANPOCS, ABAS, SBS, SBPC. Nestas, quando se estiver tratando de algum tema regional, haverá sempre nordestinos (OLIVEIRA, 1993, p. 44).

Já em 1993, Oliveira demonstrava que há tempos a questão regional havia abandonado a pauta de discussão dos problemas nacionais. Para o autor, “o êxito da SUDENE marca o ponto de inflexão da presença de nordestinos na política nacional, e o abastardamento tanto da Questão Regional quanto da política” (OLIVEIRA, 1993, p. 44). Neste sentido, a partir da explicação do autor, percebe-se que após a SUDENE, não houve outros projetos que tratassem da questão regional, e por consequência o debate dessa questão perdeu força no cenário nacional.

Ainda segundo o mesmo autor:

A Questão Regional é, antes de tudo e sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida. Tal como as clássicas *questões regionais* no mundo – *Mezzogiorno*, Sul dos Estados Unidos [...] – no fundo da Questão Regional tipicamente brasileira jaz uma questão agrária irresoluta, de par com a do mercado de força de trabalho. As duas formam uma unidade inextricável, e suas gêneses são praticamente simultâneas em forma e fundo: a de uma nova forma de produção de mercadorias (OLIVEIRA, 1993, p. 45 – grifo do autor).

É interessante observar que na análise do autor a questão nordestina não se constitui em decorrência de fenômenos naturais, das condições climáticas da região, da seca, ou da falta de vontade dos



nordestinos – tanto da classe dominante, quanto da subalterna. A questão nordestina é resultado da forma de desenvolvimento do capitalismo estabelecida no país, a qual não pode resolver em definitivo a unidade nacional, mas protelou-a indefinidamente através de um conjunto de revoluções passivas. Nesse sentido, Francisco de Oliveira defende que a suposta unidade nacional bem resolvida é um mito. E para embasar a justificação deste mito, acredita-se que as inúmeras revoluções ocorridas no Brasil são simples rebeliões sem fundamento:

Pelo processo dessa luta, as revoluções (Cabanada, Balaiada, Sabinada, Confederação do Equador, Revolta dos Malés, Farroupilha e Praieira, já na metade do século XIX, esgotando e fechando o ciclo) são degra(e)dadas à condição de rebeliões – regionais a simples episódios locais – contra uma tendência que estava escrita... nas estrelas. Coisa de marginais, de gente sem importância, contra a elite imperial. Desconhece-se o caráter de algumas transformações econômicas que estavam na base das revoluções, para abastardá-las num funcionalismo necessário à construção dos grandes mitos nacionais (OLIVEIRA, 1993, p. 47).

Dessa forma, não se dá o devido crédito para estas revoluções, enquanto acredita-se – ou se quer acreditar – que realmente existe uma forte unidade nacional. Aquém destas interpretações, a questão regional foi se desenhando.

Fazendo uma crítica ferrenha às interpretações de Caio Prado Júnior e Celso Furtado sobre a formação econômica brasileira, Oliveira (1993) explica que a economia do café não surgiu de si mesma, pelo contrário. Primeiramente, ela se expande com mão de obra escrava. Quando chega a um impasse em seu crescimento, ela resolve os seus problemas de terra e de mão de obra adotando a imigração europeia para continuar sua expansão – em detrimento dos trabalhadores que já estavam no Brasil. Disso decorrem duas consequências: o congelamento das regiões que dependiam de mão de obra escrava e a competição entre imigrantes e negros.

Dessa forma ocorre o que o autor chama de “a primeira e mais determinante segmentação do mercado de trabalho que estrutura a moderna economia brasileira” (OLIVEIRA, 1993, p. 48). Conforme o autor, na tentativa de parecerem progressistas defendendo o trabalho livre e refutando o trabalho escravo, as classes dominantes – e a maioria dos intelectuais – não abordaram o fato da discriminação étnica

introduzida pela imigração. Essa discriminação perdura até a atualidade na cultura brasileira, tendo como desdobramentos a ideia – defendida por muitos brancos da região Sul – de que o Sul deveria constituir país à parte do Brasil<sup>15</sup>.

É, portanto, esse problema do mercado de trabalho, somado à irresolução da questão agrária, e às intervenções do Estado em favor do café – vide política café com leite – e mais tarde em favor da industrialização os elementos que geraram a irresolução da questão nacional brasileira, e por consequência a constituição da questão regional nordestina.

A unidade nacional foi composta, nas palavras de Oliveira (1993, p. 51), por um “um arquipélago de ilhotas oligárquicas”, que assim permaneceram até a década de 50 do século XX. Segundo o autor, foi com a SUDENE – e através dela, o Estado – atuando maciçamente na região Nordeste, e mais tarde na Amazônia, que as ilhotas se aproximaram unificando o país de alguma forma.

“A questão regional do Nordeste centrava-se na ampliação das desigualdades inter-regionais no Brasil, com a marginalização crescente da região no contexto de uma economia cujo crescimento industrial, sediado no Centro-Sul, experimentava recordes inusitados”, explica Oliveira (1981, p. 21). Segundo o autor, foi a grande seca de 1877 que fez “emergir dramaticamente” a questão nordestina como um problema que necessitava de intervenção do governo, pois o quadro era de “centenas de milhares de nordestinos tangidos como gado, errantes, desenraizados e famintos; e a morte” (OLIVEIRA, 1981, p.20). Até o Imperador D. Pedro II pensou em vender as joias da Coroa no intuito de salvar os nordestinos da seca, “iniciando o ciclo dos ‘salvadores’ e das obras de redenção” (OLIVEIRA, 1981, p. 20).

Corroborando com esta ideia, Cohn (1978, p. 57) escreve que “É somente a partir da grande seca de 1877 que o governo brasileiro passa a encarar as secas nordestinas como um problema que, embora regional, exige uma interferência federal”.

Nesse sentido, como solução óbvia para o problema da seca, surgem os projetos de irrigação, através da construção de açudes e barragens. Como se acreditava que o problema decorria das condições climáticas buscava-se soluções apenas neste sentido. E assim foram criados diversos órgãos para atuarem na região a partir deste período. “Finalmente, a partir de 1956 tem início uma série de medidas que

---

<sup>15</sup> Francisco de Oliveira (1993, p. 48) chama essa ideia separatista de “separatismo dos ricos”, considerando-a “uma espécie de *limpeza étnica*”.

passam a tornar viável, no nível técnico sobretudo, um planejamento regional” (COHN, 1978, p. 63). Isso ocorre no governo de Juscelino Kubitschek, o qual solicita estudos realizados por técnicos do governo para criar um plano de desenvolvimento regional. A partir daí, percebe-se que a seca não é o problema principal do Nordeste e que as ações do governo federal devem ser mais efetivas, longe de apenas apresentar “medidas paliativas para minorar a calamidade social” (COHN, 1978, p. 63).

A essa mudança na forma de o governo federal ver o Nordeste, soma-se a seca de 1958, as Ligas Camponesas e o excedente de mão de obra. Esses fatores, segundo Amélia Cohn, geraram tensões sociais no Nordeste, podendo colocar em jogo a estrutura política vigente.

As Ligas Camponesas tiveram um caráter muito peculiar quando da sua formação em 1955: o objetivo inicial dos camponeses era garantir uma morte decente às pessoas, exigindo “sete palmos de terra e um caixão” (CASTRO, 1965) para cada funeral. Segundo o autor:

[...] as 140 famílias que habitavam as terras do Engenho Galiléia, criaram a sua Liga Camponesa e depois de elegerem sua primeira diretoria, convidaram, num gesto de tradicional humildade do servo para com o senhor, o próprio senhor de engenho para ser seu presidente de honra. E êle aceitou (CASTRO, 1965, p. 30).

O problema ocorreu mais tarde, contudo. Outros senhores de engenho o alertaram da loucura que tinha feito em presidir a Liga, em ter consentido esse perigoso instrumento de agitação social, e o homem não quis mais ser presidente, exigindo o fechamento da sociedade. Foi nesse momento que os camponeses revoltaram-se, resistindo ao fechamento da Liga e rebelando-se, então, contra a opressão dos senhores de engenho. Necessitando de representatividade frente ao tribunal, os camponeses procuraram um advogado, Francisco Julião, para defender suas causas. Francisco Julião era deputado estadual em Pernambuco e aproveitava sua imagem política para denunciar os “crimes hediondos do latifundiarismo” (CASTRO, 1965, p. 33). Com isso, surgiram várias Ligas Camponesas por todo o interior do Nordeste, sendo que a primeira delas data de 1955. Destarte, foi no período no qual as Ligas exerciam sua maior proeminência na vida política nordestina que a SUDENE começou seus trabalhos na região.

Criou-se uma imagem errônea destas Ligas Camponesas, como se elas fossem um instrumento de agitação social muito maior do que de fato eram. Nos Estados Unidos, conforme relata Josué de Castro (1965),

havia notícias de que as Ligas tinham forte entrelaçamento com os partidos comunistas da Rússia e de Cuba, e que seria iminente o estopim de uma revolução comunista no Nordeste brasileiro. Daí o interesse dos Estados Unidos em financiarem os projetos da SUDENE.

Surge a imagem de um Nordeste explosivo (CASTRO, 1965) e torna-se cada vez mais urgente a necessidade de criação de um plano de desenvolvimento do Nordeste. Entram em cena a SUDENE e Celso Furtado.

Tendo trabalhado na SUDENE no período entre 1959 e 1964, inclusive como Superintendente substituto de Furtado a partir de 1960, ainda assim Oliveira tece algumas críticas a determinadas ações da superintendência e também ao seu antecessor.

Por exemplo, quanto ao enfoque dado pela SUDENE à tese dos “desequilíbrios regionais”. Esta tese não busca as causas ou o processo de constituição desses desequilíbrios, com a finalidade de compreender e agir no cerne da questão. Ao contrário, centra-se tão somente nos efeitos, consequências ou ainda resultados do desenvolvimento desigual, tendo uma visão estática do todo, como se a situação da desigualdade fosse dada no modo em que se apresenta.

Primeiramente, é necessário esclarecer o sentido que o conceito de região possui na análise que Oliveira realiza sobre o Nordeste:

[...] Privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral (OLIVEIRA, 2008, p. 145).

Neste sentido, o Nordeste brasileiro do século passado estudado pelo autor não compreenderia apenas uma região, mas sim duas: a região do Nordeste algodoeiro-pecuário e a região do Nordeste açucareiro. Em outro exemplo, São Paulo – juntamente com Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná – constituiria a região do café, para mais tarde tornar-se a região industrial. Portanto, o conceito de região é antes socioeconômico do que geográfico, pois se baseia na luta de classes e nas formas de reprodução do capital.

Em outras palavras:

Uma "região" seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência, uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem

uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição (OLIVEIRA, 2008, p. 148).

Esse conceito de região possibilita perceber, dentro de uma economia nacional, as “diferenças na divisão regional do trabalho”, causadas pelas “contradições entre a forma de reprodução do capital em escala nacional e regional” (OLIVEIRA, 2008, p. 149). Desenvolve-se uma lógica no sentido de relações inter-regionais; ao contrário da ótica dos desequilíbrios regionais, a qual não percebe correspondências entre as regiões. É o caso, por exemplo, entre Sudeste e Nordeste: São Paulo se industrializa, enquanto os estados nordestinos disponibilizam a reserva de mão de obra. Há, portanto, deste ponto de vista, uma divisão do trabalho também regional.

Em seu trabalho, Oliveira parte do pressuposto de que o “planejamento” no sistema capitalista não possui neutralidade, nem é revolucionário; mas responde aos objetivos deste sistema, na medida em que “é a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital” (OLIVEIRA, 2008, p. 140). Assim, a estagnação econômica e a miséria não são os fatores determinantes para que seja desenvolvida uma ação planejada do Estado, mas sim a alteração na luta de classes, que no caso do Nordeste significou a politização das massas do campo.

O autor ressalta que só existe de fato planejamento quando são transformadas as condições da produção social, ou seja, as formas de reprodução do capital. A partir do planejamento regional, ocorreria uma homogeneização das formas de capital<sup>16</sup>, comumente chamada de integração regional. Portanto,

A ação "planejada" do Estado, no sentido aqui proposto, ocorre somente quando a luta de classes chega a um ponto de ruptura, em que não apenas a estrutura existente não tem mais condições de continuar a reproduzir-se, como se vê seriamente ameaçada pela emergência *política* dos agentes

---

<sup>16</sup> É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos: um país completamente homogêneo do ponto de vista das formas de reprodução do capital. Porém, essa tendência quase nunca chega a ser completa em todos os países: “É óbvio que essa exacerbação da homogeneização ocorreu no caso norte-americano *precisamente* por ser o país líder da economia capitalista mundial: a face interna do imperialismo é essa incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico, enquanto sua face externa na maioria das vezes não apenas aproveita as diferenças regionais reais, como as cria para seu próprio proveito” (OLIVEIRA, 2008, p. 146 – grifo do autor).

que lhes são contrários (OLIVEIRA, 2008, p. 175 – grifos do autor).

Neste sentido, de acordo com o conceito de planejamento regional indicado pelo autor, todas as iniciativas do Estado brasileiro relacionadas ao Nordeste anteriores à SUDENE, não são consideradas por Oliveira como formas de planejamento regional<sup>17</sup>. Isto porque elas não alteraram as formas de o capital reproduzir-se na região, mas significaram apenas uma resposta assistencialista à população vítima da seca.

Até mesmo o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – órgão que atuou por muito tempo no Nordeste e promoveu grandes obras, segundo o autor, não poderia ser considerado um órgão que representasse um planejamento organizado do ponto de vista econômico.

Ora, ainda que se aceite que os gastos do DNOCS eram *investimentos do Estado, não significavam eles em absoluto transformação das formas do ciclo produtivo*; não tiveram, sob nenhuma circunstância, o condão de transformar as condições da produção social do Nordeste algodoeiro-pecuário. Significaram simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação (OLIVEIRA, 2008, p. 175 – grifos do autor).

De forma geral, as ações realizadas pelo IFOCS e depois pelo DNOCS são as seguintes: construção de barragens, perfuração de poços, construção de estradas e elaboração de estudos ecológicos no sentido de melhoramento das técnicas de agricultura (OLIVEIRA, 2008). O problema é que as barragens e os poços foram construídos nas propriedades dos grandes fazendeiros, enquanto as estradas serviram quase exclusivamente para o transporte do algodão, pois era o único produto que necessitava ser transportado. Ou seja, os beneficiários dessas obras foram os latifundiários, e não a massa de trabalhadores do campo, população que mais sofria nos grandes períodos de seca.

Além disso, em anos de estiagem, o DNOCS era responsável por ações emergenciais, as quais também beneficiavam os grandes proprietários. A intenção era ofertar emprego aos trabalhadores rurais, para que não ocorresse o êxodo rural e consequente superpopulação nos centros urbanos. Assim, o DNOCS financiava a construção de uma

---

<sup>17</sup> Posição diferente de Celso Furtado.

barragem ou de uma estrada, geralmente de uso privado, utilizando a mão de obra desocupada pela seca; pagava esses trabalhadores com víveres dos armazéns locais, o que beneficiava os comerciantes – muitas vezes também fazendeiros; e por último, como os recursos públicos sempre chegavam atrasados, o DNOCS adiantava o crédito junto aos grandes proprietários. Essa situação é denunciada por vários autores (OLIVEIRA, 2008, FURTADO, 2009; COHN, 1978), e ficou conhecida na história do Nordeste como “indústria da seca”.

Entretanto, a intenção principal dessas obras do DNOCS em épocas de longas secas era garantir que os fazendeiros não perdessem sua mão de obra cativa, reproduzindo assim o sistema algodoeiro-pecuário, predominante nos sertões nordestinos.

Os benefícios eram mais que econômicos, eram também políticos, pois como explica Oliveira (2008), os eleitores dos coronéis tinham preferência nas frentes de trabalho, além de existirem muitos casos de trabalhadores fantasmas nessas obras. Este quadro de corrupção explica como “o controle político do Dnocs tenha permanecido durante décadas nas mãos dos políticos, em particular os oligárquicos, do Estado do Ceará, talvez entre todos os Estados do Nordeste o mais encarniçadamente oligárquico” (OLIVEIRA, 2008, p. 179-180).

Esses casos de corrupção da indústria das secas não eram exclusivos do DNOCS. Segundo Cohn, a CVSF também entrou no jogo político regional, não tendo realizado obras consideráveis onde atuou. Caso contrário da CHESF, a única dessas instituições a apoiar e cooperar com a SUDENE, quando da sua criação.

O contexto de criação da SUDENE, explicado minuciosamente por Oliveira, é de intensos conflitos sociais no Nordeste, demonstrados pelo surgimento de vários sindicatos, alguns ligados à Igreja Católica; das Ligas Camponesas; e de lideranças como Miguel Arraes, Francisco Julião e Djalma Maranhão. A luta de classes, somada à necessidade de concentração e centralização do capital industrial, materializam-se na criação da SUDENE, incentivada antes pelos industriais do Sudeste do que pelos próprios nordestinos.

Documentos produzidos pela SUDENE,

Reafirmam o caráter antagonístico da luta de classes que se travava no Nordeste e o risco que representavam para a "unidade e a segurança nacional", fórmula eufemística que no fundo queria dizer "risco para a expansão do capitalismo no Brasil" (OLIVEIRA, 2008, p. 249 – grifos do autor).

O risco era de que a classe trabalhadora nordestina, camponeses e semicamponeses, estavam entrando na luta política de forma autônoma, sem a intervenção dos votos de cabresto. A burguesia não podia deixar que isso acontecesse, então, ela começou agir em nome da unidade nacional. Os documentos de criação da SUDENE o demonstram tacitamente.

Nesse sentido, questiona Oliveira:

De que "unidade nacional" se falava, senão da "Unidade Nacional" da burguesia? Talvez até por ironia, essa "unidade nacional" é escrita em letras maiúsculas: a nação de que se trata no caso não é outra senão a *nação burguesa*, espaço de expansão da forma capitalista de produção; e essa "unidade" é a unidade produzida agora pela expansão capitalista do Centro-Sul (OLIVEIRA, 2008, p. 250 – grifos do autor).

Evitando o ataque frontal contra as classes subversivas, a classe burguesa, através do Estado monopolista, cria mecanismos para expansão do capitalismo do Centro/Sul. A SUDENE implantou várias indústrias por todo o Nordeste, empresas de capital privado, misto e ainda estatal. Segundo Oliveira, é a primeira vez que o Estado nacional age diretamente no Nordeste com a intenção de se tornar também produtor, assim como já o era em outras regiões do país.

Neste sentido, convertia-se “toda a riqueza nacional, especialmente a parte que era captada pelo Estado, em pressupostos da nova produção: um mecanismo típico do capitalismo monopolista e de seu correlato, o Estado monopolista” (OLIVEIRA, 2008, p. 252). Através desse mecanismo, os impostos e taxas recolhidos pelo governo eram transformados em capital e aplicados na região Nordeste.

Através dos textos dos autores até aqui estudados (OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 1993; FURTADO, 2009; COHN, 1978; CASTRO, 1965), nota-se que havia certa reserva – evidenciada também nos textos da própria SUDENE – quanto à questão agrária nordestina. O tema da reforma agrária não poderia ser tocado para se garantir o apoio político das oligarquias locais. A posição da SUDENE era de que através do desenvolvimento e da implantação de um parque industrial no Nordeste, juntamente com os projetos de colonização, diminuindo-se a população camponesa, e aumentando o preço dos produtos comercializados, a questão agrária seria resolvida.

Resumidamente, Oliveira expõe as convicções e pressupostos da SUDENE, os quais, se por um lado, foram insuficientes para a resolução



das desigualdades sociais do Nordeste; por outro, eram pressupostos compatíveis com os interesses da burguesia industrial brasileira.

As proposições da Sudene evitam, por um lado, o ataque frontal às condições de reprodução da economia agrária nordestina, deslocando o eixo do problema para uma suposta inviabilidade da economia da zona semi-árida; o que se estava flanqueando com isso era, na verdade, o conflito agrário; colocam o problema da economia açucareira nordestina como uma questão de inadequação entre recursos naturais de boa qualidade e uma divisão *técnica* inadequada do trabalho, saltando outra vez sobre o caráter de conflito que estava no âmago da reprodução da economia açucareira; abordam o problema das migrações de nordestinos para o Centro-Sul, seja do lado da inadequação da economia da zona semi-árida, seja do lado de um falso conflito entre migrantes nordestinos e classe trabalhadora do Centro-Sul, evitando falar do agravamento do conflito de classes no próprio centro da acumulação capitalista; enfatizam o "inchamento" das cidades litorâneas e o subemprego, evitando ter que refletir sobre a natureza desses movimentos da força de trabalho, cuja pedra de toque é a redivisão regional do trabalho em escala nacional, comandada pela industrialização do Centro-Sul (OLIVEIRA, 2008, p. 253).

Portanto, de um modo geral, a SUDENE cumpriu seus objetivos de integrar o Nordeste à economia capitalista nacional. Mas persistem as desigualdades regionais. Diz Oliveira em depoimento aos parlamentares em 1978:

Não estou negando que houve crescimento no Nordeste, que houve industrialização, mas os resultados dessa industrialização, com o capital da forma como se montou, sobretudo numa região que sequer tinha resolvido os seus problemas agrários e onde o custo do trabalho era bem inferior ao do resto do Brasil, somente poderia produzir isso que aí está. Crescimento, sim, evidente que houve. [...] Este crescimento, entretanto, repartiu-se desigualmente e de uma forma desigualmente crescente, isto é, não só as disparidades entre as regiões não se atenuaram,

como no interior do próprio Nordeste as disparidades sociais se agravaram (OLIVEIRA, 2009, p. 213).

Ou seja, aquela divisão regional do trabalho, construída em “Elegia para uma Re(li)gião”, não é mais válida depois da Sudene, pois o Brasil não se encontra dividido em regiões economicamente diferentes. Porém, socialmente, as desigualdades se perpetuam, tanto entre as regiões, como dentro do Nordeste.

## Considerações sobre a Questão Nordestina

Assim como Gramsci analisa a questão meridional em relação à forma de unificação nacional italiana – o *Risorgimento*, que foi a revolução burguesa (e passiva) da Itália –, também se pode afirmar que a questão nordestina é resultado da forma de organização da economia e da política brasileira – através de ditaduras e de fenômenos da revolução passiva – após o período colonial.

No caso italiano, o *Risorgimento* criou um Estado unificado sob direção do Piemonte, porém, essa unificação ocorreu com prejuízo de uma região mais do que outras. Conforme Gramsci explica nos Cadernos do Cárcere:

A “miséria” do *Mezzogiorno* era “inexplicável” historicamente para as massas populares do Norte; elas não compreendiam que a unidade não ocorreria numa base de igualdade, mas como hegemonia do Norte sobre o *Mezzogiorno* numa versão territorial da relação cidade-campo, isto é, que o Norte concretamente era um “sanguesuga” que se enriquecia à custa do Sul, e que seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional (GRAMSCI, 2014, p.73).

Nesta passagem, o autor demonstra como a revolução passiva na Itália teve seus desdobramentos no aparelhamento do Estado e na consolidação da questão meridional. A diferença cultural somada à forma de organização dos intelectuais em cada região, entrelaçadas com o preconceito alimentado pelas massas populares do Norte, foram aprofundando o fosso já existente economicamente entre a Itália meridional e setentrional.

Nesse mesmo sentido abordado por Gramsci com relação à hegemonia do Norte sobre o Sul da Itália, Furtado abordou a mesma ideia a respeito das regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil. Nos textos em que se aprofundou sobre a questão nordestina, Furtado não utiliza o conceito de hegemonia de uma região sobre a outra, mas explica que a forma de desenvolvimento capitalista brasileiro a partir do século XX privilegiava a região mais industrializada. O Nordeste vendia açúcar e borracha – além de outras matérias primas – para o Centro-Sul, enquanto este comercializava seus produtos industrializados com o Nordeste. Esta forma de organização econômica do mercado brasileiro

reproduzia o esquema de divisão geográfica do trabalho que viciara todo o desenvolvimento da economia mundial, com suas metrópoles industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas. Em consequência desse tipo de evolução, à medida que a industrialização alcançava etapas mais avançadas, as desigualdades, dentro do Brasil, tenderam a acentuar-se (FURTADO, 2009a, p. 31).

Destarte, afirmando tal como fazem Bianchi (2006), Coutinho (1988) e Vianna (2004), que o desenvolvimento capitalista no Brasil deu-se através de formas de revolução passiva, pode-se assumir que, assim como no exemplo da questão meridional, a questão nordestina é resultado dos contínuos processos históricos desencadeados sob a forma de revolução passiva, conforme definição de processos autoritários de transformação social arquitetados pela burguesia e realizados pelo Estado, sem a participação das massas populares.

Outro ponto comum entre as duas questões regionais é o preconceito entre as classes subalternas, em prejuízo das regiões menos desenvolvidas. Em muitos dos seus textos, Gramsci rejeita este preconceito, o qual possui o objetivo de inviabilizar a união das classes subalternas italianas.

É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capilar pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento civil na Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, compensando esta sorte ingrata com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitárias num árido e estéril deserto (GRAMSCI, 1987, p. 139-140).

Este tipo de afirmação era cientificamente ratificada por intelectuais da época, numa forma de preconceito sancionado, culpabilizando a população meridional pelo atraso econômico da sua região e escondendo a forma desigual do desenvolvimento capitalista na Itália. Ainda, nos Cadernos do Cárcere Gramsci escreve que “permaneceu no Norte a crença de que o *Mezzogiorno* fosse um ‘peso

morto' para a Itália, a convicção de que a civilização industrial da Itália do Norte faria maiores progressos sem este 'peso morto' etc." (GRAMSCI, 2014, p. 74).

Esta ideia de que o Sul italiano era um peso de chumbo que atrasava o país, enquanto sua população seria bárbara, também encontra correspondentes na questão nordestina brasileira. O autor que melhor expressa esses fatos é Francisco de Oliveira. Dando a este preconceito a nomenclatura de "separatismo dos ricos" (OLIVEIRA, 1993), o autor fala sobre a discriminação étnica e racial existente entre as regiões brasileiras. Ele parte do fato de que o Centro-Sul recebeu predominantemente trabalhadores europeus na forma de trabalho remunerado, enquanto o Nordeste recebeu grande população africana, a qual trabalhava como mão de obra escrava. Desta herança colonial, ainda persiste a discriminação contra nordestinos, classificados com adjetivos pejorativos, como pessoas não dadas ao trabalho, preguiçosas, responsáveis por uma região atrasada perante as demais. A mídia é um grande equalizador deste processo, reproduzindo o preconceito e a discriminação étnica, perfazendo a ideia de que o Nordeste é nada mais que a seca.

Apesar de não ser este o foco do presente trabalho, parece que não há no Brasil uma análise densa sobre o "bloco histórico nordestino" e a atuação dos intelectuais brasileiros neste bloco. É uma tarefa histórica que a esquerda precisa realizar se quiser entender concretamente a realidade para então transformá-la.

A questão agrária é ponto fulcral e, portanto, indispensável na análise de Gramsci sobre o *Mezzogiorno*. Como se tem assinalado, Francisco de Oliveira entende que a questão nordestina foi mal resolvida, dentre outros motivos, porque não houve uma reforma agrária no Brasil. Já Celso Furtado desviou-se deste tema – criando polêmicas com alguns autores como Josué de Castro.

"A unidade nacional mal resolvida é simultaneamente a resolução da questão do Estado nacional, a qual somente é assegurada na medida em que as questões do mercado de trabalho e da terra são enquadradas pelas novas classes dominantes" (OLIVEIRA, 1993, p.47). Ou seja, o fato de o Brasil não "resolver" a sua unidade nacional de um lado, significa de outro, um Estado burguês autoritário que organiza o mercado de trabalho e a distribuição da terra de forma a estabelecer a hegemonia da classe dominante, no caso, os cafeicultores paulistas.

Utilizando as justificativas de que um único idioma permanecera em todo o território, bem como a inexistência de rebeliões populares – as quais foram duramente silenciadas com a coerção estatal –, e o fato

jubiloso de uma Independência sem revolução violenta, estabeleceu-se a ideia de uma unidade nacional fortemente construída. Porém, se assim fosse, não haveria a necessidade de um projeto do porte da SUDENE para tentar impedir uma ameaça contra “a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional” (FURTADO, 2009a, p. 34).

Tratando as questões da reforma agrária e do mercado de trabalho de forma conjunta, Francisco de Oliveira refere que, na verdade,

[...] Do que se tratou é menos de uma descoberta da superioridade do trabalho livre sobre o escravo e mais das rebeliões dos escravos, de um lado, e de outro, da possibilidade de que, em presença de terras livres, a fuga de escravos se transformasse em estabelecimento de quilombos – a lembrança de Palmares não estava extinta – e mesmo em possibilidade de descontrole do processo de grilagem das terras. Então, o apelo ao imigrante torna-se a solução *economicamente* superior: na verdade, a social e politicamente mais segura, e um mercado de terras começa na região em expansão do café (OLIVEIRA, 1993, p.47).

Desta feita, no lugar de realizar uma reforma agrária democrática, incluindo a massa trabalhadora – em sua grande maioria ex-escravos – o Estado apelou para uma política de “importação” de trabalhadores vindos, sobretudo, da Europa para colonizar as áreas livres e agricultáveis; pois era imperiosa a necessidade de expandir o desenvolvimento do capital, impedindo, ao mesmo tempo, a posse de terras de forma indevida. “Portanto, a Questão Regional é, basicamente, a história da resolução da questão do mercado de força de trabalho, a qual vai ter conseqüências sobre a irresolução da questão agrária” (OLIVEIRA, 1993, p. 50). Importa salientar, em suma, que esta irresolubilidade da questão agrária permanece até nossos dias, apesar da urgência em uma distribuição de terras igualitária para a população rural.

Assim como Oliveira, Furtado também reconhece a importância da questão agrária na discussão sobre a Questão Nordestina. Furtado, porém, se utiliza de outros embasamentos teóricos e culpa a inadequação das práticas agrícolas para o tipo de solo e clima nordestinos. Mesmo reconhecendo os problemas da monocultura da cana de açúcar, do latifúndio e da concentração de renda, o autor não manifesta interesse em destruir esse sistema de organização da produção. Talvez já soubesse que esta seria uma guerra perdida contra a oligarquia agrária nordestina.

O fato é que a questão agrária sempre possui um peso muito grande sobre o desenvolvimento de questões regionais, vide exemplo dos Estados Unidos, da Itália ou do Brasil, conforme lembra Oliveira (1993). Cada um destes países, obviamente, traz um desdobramento diferente na resolução, ou não, da questão agrária. Diz Gramsci sobre a Itália:

Mas a questão camponesa na Itália está historicamente determinada, não é a “questão camponesa e agrária em geral”. Na Itália, em decorrência da tradição italiana determinada e do desenvolvimento determinado da história italiana, a questão camponesa assumiu duas formas típicas e peculiares: a questão meridional e a questão vaticana. Conquistar a maioria das massas camponesas, portanto, significa para o proletariado italiano apropriar-se dessas duas questões do ponto de vista social, compreender as exigências a seu programa revolucionário de transição, colocar essas exigências entre as reivindicações de luta (GRAMSCI, 1987, p. 139).

Para Gramsci, o proletariado era o sujeito coletivo responsável pela revolução socialista na Itália, porém, este sujeito necessitava do apoio da numerosa massa camponesa. Neste sentido, as classes proletárias precisavam tomar conhecimento a respeito da questão agrária e das demandas do povo camponês. Segundo o autor, já no *Risorgimento* se manifestava “a relação histórica entre Norte e Sul como uma relação análoga à de uma grande cidade e um grande campo” (GRAMSCI, 2014, p.88).

Percebe-se que Gramsci possui a preocupação prática de resolver a questão agrária como um caminho para resolução da questão meridional. De certa forma, pode-se dizer que Oliveira e Furtado também se utilizaram desta mesma lógica, porém, com objetivos completamente distintos: Oliveira fala em socialismo, enquanto Furtado sugere o desenvolvimento pleno do capitalismo em todo o país; mas ambos não refutavam a necessidade de resolução da questão nordestina e o impacto disso no país como um todo.

Apesar de não citar Gramsci diretamente, Oliveira faz uma nota de rodapé em *Elegia para uma re(li)gião* sobre a questão meridional, corroborando com a forma como o autor italiano compreendeu o desenvolvimento do Mezzogiorno:

Fica claro que a noção da região do Mezzogiorno, para Gramsci, *não* sugere que está em presença de

outro modo de produção que não o capitalista, mas a formação de sua economia, suas relações com a economia industrial do Norte italiano e a peculiar composição de classes a que as relações externas-externas dão lugar conformam uma região “fechada”. E que o conjunto dessas relações Norte-Sul contraditoriamente é parte imprescindível da gênese do capitalismo na Itália e de suas debilidades (OLIVEIRA, 2014, p. 145-146).

A partir desta passagem, pode-se destacar uma posição em comum dos dois autores: nem o *Mezzogiorno* nem o Nordeste poderiam ser considerados bolas de chumbo que atrasam a economia da Itália ou do Brasil. Mas, ao contrário, são as relações entre Norte/Sul e Centro-Sul/Nordeste, respectivamente, que sustentaram o capitalismo em ambos os países, sendo parte imprescindível do processo de desenvolvimento do capital.

Foi significativa a tentativa de Celso Furtado, através da SUDENE, de modificar a estrutura econômica do Nordeste. Entretanto, este intelectual não conseguiu o apoio necessário para realizar todas as transformações pelas quais a SUDENE se propunha a trabalhar. Levando em consideração as críticas de Josué de Castro e de Francisco de Oliveira, percebe-se que Celso Furtado tomou uma iniciativa de “neutralidade” quando não propôs uma reforma agrária radical no Nordeste, por entender que esta seria responsabilidade do poder executivo. Porém, mesmo quando um intelectual tenta ser neutro, acaba tomando partido de um dos lados da guerra de posição. Neste sentido, Furtado beneficiou as oligarquias agrárias nordestinas em detrimento da população rural.

Apesar de ser um nordestino e escrever sobre a questão nordestina, Furtado escreveu muito mais sobre a economia brasileira e “a rigor, ele percebe a Questão Regional em termos de um diagnóstico, o qual foi a base de criação da SUDENE” (OLIVEIRA, 1993, p. 41). Neste sentido, para Francisco de Oliveira, Celso Furtado é muito mais um intelectual da economia nacional brasileira do que da questão regional ou nordestina.

Deste modo, poder-se-ia arriscar a dizer que Celso Furtado atuou como um intelectual tradicional, dentro do Estado - o qual não operava tendo como prioridade os interesses das classes subalternas -, enquanto Francisco de Oliveira poderia ser considerado um intelectual orgânico da classe trabalhadora, de acordo com as suas proposições teóricas mais contestadoras.



Aqui, cabe inteiramente lembrar o propósito de “classificar” estes sujeitos, não os julgando pessoalmente pelas escolhas realizadas, mas sim, compreendendo a amplitude de seus posicionamentos no processo histórico.

É preciso, porém, entender tais personagens como *personas* no sentido de Marx: representam forças sociais; seus nomes privados são nomes próprios das classes e grupos sociais que representavam, e dos processos contraditórios a que o embate e o confronto dessas classes davam lugar (OLIVEIRA, 2008, p. 126).

No que tange ao trabalho de Furtado, por exemplo, apesar de ser identificado aqui como um intelectual tradicional, enquanto Superintendente da SUDENE, foi acusado inúmeras vezes de socialista e marxista pelos seus inimigos, muitos dos quais governadores dos estados nordestinos. Mesmo tendo posicionamentos neutros a respeito de temas como reforma agrária, Furtado não era bem aceito pelas oligarquias agrárias onde a SUDENE atuava, sendo considerado um agitador social quando propunha seus projetos na região. Grande prova disso é que, quando do Golpe Militar de 1964, Celso Furtado foi imediatamente deposto de seu cargo.

Destarte, enquanto política pública de desenvolvimento regional, a SUDENE deixou sua marca no Nordeste. Porém, é necessário responder à seguinte questão: a SUDENE conseguiu responder aos objetivos propostos na sua criação, ou foi apenas mais um órgão criado pelo governo federal que foi cooptado pelas elites locais em favor dos seus interesses particulares?

A partir das ilações dos diversos autores apresentados, chega-se a conclusão de que a SUDENE foi mais um espaço de luta hegemônica na política regional brasileira. Quando de sua criação, havia as duas possibilidades inscritas: tanto transformação da sociedade nordestina – o novo –, quanto reestabelecimento da velha ordem – o velho.

Ela anunciava um dos dois *novos*: se os vencedores tivessem sido as forças populares, o Nordeste e o Brasil de hoje seriam muito diferentes; tendo sido vencedoras as forças do capitalismo monopolista, chamadas a socorrer combatidos latifundiários e barões do açúcar, esta vitória também mudou o curso da história. A SUDENE, na sua ambiguidade, anunciava as duas possibilidades (OLIVEIRA, 2008, p. 131-132).

Inclusive, Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 2008, p. 144) diz que a intenção primeira da SUDENE era de fortalecer a burguesia regional nordestina, mas acabou transferindo a hegemonia da burguesia do Centro-Sul para o Nordeste, em decorrência da organização e do conflito social existente naquele momento histórico na região. Obviamente que a burguesia nordestina também foi beneficiada e se fortaleceu substancialmente neste período, porém, os interesses da burguesia do Centro-Sul prevaleceram.

Se por um lado perseguia-se a finalidade de alavancar a economia brasileira - principalmente na área industrial, controlando ou ainda, apassivando, a grande massa de meeiros, retirantes, pobres, sem terra e sem teto, ou seja, a classe subalterna nordestina -, por outro lado, também havia a necessidade de ampliar a qualidade de vida do povo nordestino, além de ser um espaço democrático onde as classes subalternas tiveram voz através de seus representantes.

Graças às forças da antítese, a SUDENE não deixou um legado apenas de retrocessos, mas ao contrário, o Nordeste realmente transformou-se positivamente em alguns setores. Porém, as desigualdades sociais continuam aguçadas dentro da região e em comparação com as demais do país. A organização popular da época, estabelecida através das Ligas Camponesas foi completamente extinta.

É importante lembrar que essas oportunidades são sempre melhor aproveitadas pelas forças conservadoras, pois elas possuem mais habilidade no jogo de revolução-restauração. Gramsci explica esse fato quando diz que Cavour tinha consciência do seu dever e do dever do Partido da Ação no *Risorgimento* italiano, enquanto Mazzini não tinha a consciência nem do seu próprio dever, tampouco do dever de Cavour (GRAMSCI, 2014). Neste sentido, percebe-se que faltou consciência por parte das forças modernizadoras da SUDENE do momento histórico que viviam e da oportunidade que alcançavam enquanto que as forças conservadoras estavam sempre prontas para defender seus interesses, vide as atas das reuniões do Conselho deliberativo da SUDENE, demonstradas por Amélia Cohn (1978).

Assim como Kebir ressalta que “A presente época de restauração só se tornaria catastrófica se a antítese perdesse qualquer esperança de intervir na construção de um futuro diverso” (KEBIR, 2003, p. 151), a partir da SUDENE, percebe-se que as forças da antítese devem estar sempre atentas, entrincheiradas em suas posições, para compreender o jogo de forças e avançar na conquista da hegemonia.

## REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio. Gramsci no seu tempo – e no nosso. Prefácio à edição brasileira. IN: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs). **Gramsci no seu Tempo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; coedição – Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. pp. 11-23

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. (Reconquista do Brasil, v. 70).

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Desenvolvimento regional no Brasil. IN: FURTADO, Celso. **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Banco do Nordeste do Brasil, 2009. pp.33-43.

BELLO, Enzo. **Teoria dialética da cidadania**: política e direito na atuação dos movimentos sociais urbanos de ocupação na cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva: o pretérito do futuro. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.23, 2006, pp. 34-57

BOBBIO, Norberto. Intelectuais e Poder. IN: **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. pp. 67-90.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BUTTIGIEG, Joseph. O método de Gramsci. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, 1998. IN: **Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=290>>. Acesso em: 11 Maio 2015.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. IN: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA. **Biblioteca Virtual de Literatura**. [S.l: s.n]. [2015]. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/provazcaminha/carta.htm>>. Acesso em: 08 Abril. 2015.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 3 ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão** – Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CHAUÍ, Marilena. et al. **Leituras da crise: Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento: O processo de criação da SUDENE**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectivas, 1978.

CORREA, Jessica; GODOY, Paulo. O Tratado de Madri e as políticas territoriais no Brasil meridional (1750-1777). **Colóquio Bahiano Tempos, Espaços e Representações: Abordagens geográficas e históricas, Vitória da Conquista, v.1, n.1 2013**. Disponível em: <[http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2878/pdf\\_103](http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2878/pdf_103)>. Acesso em: 10 Junho 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal, 2007. IN: **Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=790>>. Acesso em: 20 Setembro 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele, (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 28-43

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. IN. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988. pp. 119 a 137.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. IN: **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988. p. 119 a 137.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. Consultoria supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEL ROIO, Marcos. A estratégia da frente única antifascista. IN: **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 137-187.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos – gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FELICE, Franco de; PARLATO, Valentino. Introdução. IN: GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 3 ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981.

FRESU, Gianni. **Continuidade ou Descontinuidade?** Leituras sobre o pensamento e a obra de Antonio Gramsci. Minicurso ministrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina, entre 14 Outubro 2014 e 17 Outubro 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. **Nordeste**. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste no Brasil. 2 ed. São Paulo: José Olympio Editora, 1951.

FURTADO, Celso. A Operação Nordeste. IN: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009a. (Arquivos Celso Furtado vol.3). pp.29-71

\_\_\_\_\_. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. IN: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009b. (Arquivos Celso Furtado vol.3). pp.83-164

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. Introdução – A batalha da Sudene. IN: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. (Arquivos Celso Furtado vol.3). pp.7-19

GAGLIARDI, Alessio. O problema do corporativismo no debate europeu e nos *Cadernos*. IN: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs). **Gramsci no seu Tempo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; coedição – Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. pp. 233-261

GALASTRI, Leandro de Oliveira. Revolução passiva e jacobinismo: uma bifurcação na história. **Filosofia e educação**. [S.l.] v. 2, n. 1, p. 101-126, abr./set. 2010. ISSN 1984-9605. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/rfe/article/view/972/896>>. Acesso em: 27 Agosto 2015.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. V2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. V3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V4. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere** – V5. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **O ressurgimento e a unificação da Itália**. Introdução de Carmine Donzelli; tradução Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Concepção Dialética da História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Prefácio de Antonio Candido. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**, [S. l.], p. 145-154, set./out./ nov. 1989. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/03/17-octavio.pdf>>. Acesso em: 12 Abril 2015.

\_\_\_\_\_. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico de 2010**. [S.I: s.n]. [2013]. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 08 Junho 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica** – Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. Brasília: IPEA, 2006.

KEBIR, Sabine. “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal”. IN: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.147-155

LEITÃO, Roberto Guilherme. Constituição e a questão nordestina: por uma política de enfrentamento/superação das desigualdades regionais. **Rev. Direitos Fundamentais & Democracia**. jul./ dez. 2010, v.8, n.8. pp. 80-100. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/67/66>>. Acesso em: 11 Maio 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálysis**. 2001, vol. 10, n.spe, pp. 37-45.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, nº 50, p. 83-101, 1976.

MARICATO, Ermínia. Nunca formos tão participativos: reflexões sobre os movimentos sociais urbanos. IN: MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. pp. 89-98.

MARX, Karl. O método da economia política. In: **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATOS, Amílcar Dória. **Nordeste: Um desafio para nós todos**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

MATTA, Roberto da. A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. IN: **Relativizando: Uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981. pp. 58-85

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: A gestação do conflito: 1795-1824**. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2012.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.



NOGUEIRA, Marco Aurélio. Os anos 30 e a nova forma do Estado. IN: **As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. pp. 21-44.

OLIVEIRA, Francisco de. Anos 70: as hostes errantes. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo. dez. 1981, vol. 1, pp. 20-24. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/9>>. Acesso em: 07 Agosto 2015. pp. 20-24.

OLIVEIRA, Francisco de. Depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Sudene (1978). IN: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da SUDENE: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. (Arquivos Celso Furtado, v.3). pp. 193-222.

\_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. IN: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele, (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 21-27

\_\_\_\_\_. **Noiva da Revolução; Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste**. Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. A questão regional: a hegemonia inacabada. Estudos avançados. 1993, v. 7, n. 18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a03.pdf>>. Acesso em: 11 Maio 2015. pp. 43-63.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele, (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A Questão Regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. TOPOI, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, jan.-jun.2009. Disponível em: <<http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/topoi18.html>>. Acesso em: 15 Setembro 2015. pp. 48-66.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**; Entrevista Chico de Oliveira; posfácio Lincoln Secco e Rubem Murilo Leão Rêgo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Colaboradores José Augusto de Souza Peres (et al.). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIDENTI, Marcelo Siqueira; MENDES, Flávio da Silva. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. *Cad. CRH* [online]. 2012, vol.25, n.66, pp. 601-622. ISSN 0103-4979. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792012000300014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300014)>. Acesso em: 25 Novembro 2015.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. RBCS, n. 25. Ano 9, Junho 1994. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=212:rbc-25&catid=69:rbc&Itemid=399](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=212:rbc-25&catid=69:rbc&Itemid=399)>. Acesso em: 25 Setembro 2014.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e Técnicas de pesquisas bibliográfica**: Elaboração e relatórios de estudos científicos. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 1973.

SALVADOR, Evilasio. et al. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, David N. dos. et al. Estudo de alguns cenários climáticos para o Nordeste do Brasil. **Rev. bras. eng. agríc. ambient.** [online]. 2010, vol.14, n.5, pp. 492-500. ISSN 1807-1929. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-43662010000500006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662010000500006)>. Acesso em: 09 Abril 2015.

SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro por uma agricultura de sustentação.** 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SECCO, Lincoln. Por um novo marxismo. IN: Dossiê: Antonio Gramsci. **Revista Cult.** Ano 12, nº 141. São Paulo: Editora Bregantini, Novembro 2009. pp. 60-62

SECRETARIA DE SEDENVOLVIMENTO REGIONAL. **Documento de Referência.** I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, Julho de 2012. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157)>. Acesso em: 29 Maio 2015.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a Filosofia da História “Nacional-Popular”. IN: SEMERARO, Giovanni; D’ANGELO, Martha (orgs.). **Filosofia da História.** Niterói: Editora da UFF, 2014. pp. 45-74

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis.** Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Avaliando o Bolsa Família:** unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Contribuição da Sudene ao desenvolvimento do Brasil.** [S.l.] [2015]. Disponível em: <[http://www.sudene.gov.br/sudene#instituicao\\_sudene](http://www.sudene.gov.br/sudene#instituicao_sudene)>. Acesso em: 29 Maio 2015.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais 2014.** [2015]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014>>. Acesso em: 28 Maio 2015.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.